



Andreia Sofia Lopes da
Ponte João

Relatório do Projeto de Investigação

A utilização do friso cronológico no ensino e aprendizagem da História e Geografia de Portugal

Relatório da Componente de Investigação de Estágio
no 2.º Ciclo do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º
Ciclo do Ensino Básico

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Maria Pires Pessoa

Setúbal, fevereiro de 2015

Agradecimentos

No decorrer da vida, os nossos caminhos cruzam-se com os de outras pessoas que nos marcam, de uma forma muito especial, e que dão um sentido mais profundo à nossa existência. Como diz o ditado “palavras leva-as o vento” e, por vezes, não são suficientes para agradecer a todos aqueles que me acompanharam não só na realização deste relatório, como também em todo o meu percurso académico.

Começo por agradecer aos Professores da Escola Superior de Educação de Setúbal, que de alguma forma, acompanharam a minha formação.

À minha Orientadora, Prof.^a Doutora Ana Maria Pessoa, pelo encorajamento e confiança depositada, assim como pelos momentos de aprendizagem que me proporcionou. Ao meu Supervisor de Estágio, Prof. Doutor Luís Souta, pelo apoio prestado durante esta experiência de ensino, o meu enorme apreço e gratidão.

À professora cooperante pelo apoio e disponibilidade. Às crianças envolvidas neste estudo, pela autenticidade e amabilidade com que me receberam. À minha parceira de estágio, Marta Guerreiro, pela troca de experiências e de emoções que me ajudaram nesta caminhada.

À minha mãe, pela mulher extraordinária que é e por ser uma grande motivação, tanto a nível profissional como pessoal. Ao meu pai, que sempre se esforçou por me apoiar quando mais precisei. Os alicerces da minha vida, que me educaram com tanto amor e dedicação. Aqui fica o meu mais sincero bem-haja a ambos!

Ao meu irmão, um dos meus grandes pilares, a quem agradeço pela partilha de vivências e pelo companheirismo. Aos meus avós, pelo orgulho que demonstram por mim, em especial ao meu avô, por todo o carinho e compreensão que revela nas suas palavras sábias e reconfortantes.

Aos meus amigos, com quem partilho uma história carregada de amizade, que me ouvem quando preciso de falar e que me falam quando preciso de ouvir. Em especial à Mariana, à Catarina e à Rita, pelo incansável apoio.

E por fim, mas não menos importante, à minha prima, porque apesar de já só poder recordar-me do seu sorriso, as memórias vividas não me deixam esquecer a coragem que sempre me transmitiu.

«Aqueles que passam por nós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.»

Antoine de Saint-Exupéry

Resumo

O presente estudo tem como finalidade analisar de que modo os(as) alunos(as), de uma turma de 5.º ano de escolaridade do Agrupamento Vertical de Escolas Pinhal de Frades, utilizam o friso cronológico, de modo a clarificar a perceção temporal relativamente à disciplina de História e Geografia de Portugal. Nesse sentido, o mesmo insere-se numa dupla vertente, uma vez que se centra, não só, no desenvolvimento de competências específicas, como também no envolvimento com esta disciplina.

Metodologicamente, o estudo segue uma abordagem qualitativa, de cariz interpretativo, baseada numa experiência de ensino. Em termos pedagógicos, encontra-se organizado em três fases: (1) construção da base do friso cronológico; (2) preparação das aulas com o friso cronológico e (3) aulas de exploração com o friso cronológico. A proposta pedagógica desenvolveu-se ao longo de quatro semanas.

A análise dos dados recolhidos permite encarar com otimismo a utilização e o contributo do friso cronológico para a estruturação das noções de tempo em História e Geografia de Portugal. O estudo evidencia que o trabalho com o friso cronológico envolve um processo sistemático com os(as) alunos(as), que leva o seu tempo e obriga a uma certa persistência e continuidade da parte do(a) professor(a).

Palavras-chave: Recursos educativos; Friso Cronológico; Ensino de História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico

Abstract

The present study's target is to analyze the way 5th grade students from Agrupamento Vertical de Escolas Pinhal de Frades, use the timeline as a tool to clarify the temporal perception regarding Portuguese History and Geography discipline. In this way, the use of a timeline has two slopes because it regards not only the development of specific competences, as also the involvement with this discipline.

Methodologically, the study follows a qualitative approach, of interpretative nature, based on a teaching experience. In pedagogic terms, the study is organized in three phases: (1) construction of a timeline's base; (2) preparation of classes regarding timelines and (3) exploration classes making usage of a timeline. The pedagogic proposal was developed over four weeks.

The analysis of the collected data allows to face with optimism the use of timelines and their contribute for structuring time notions in the discipline of Portuguese History and Geography. This study shows that the work with a timeline needs a systematic process with students that takes its time, and requires a certain persistence and continuity from the teachers' part.

Keywords: Educational resources; Timeline; Teaching of Portuguese History and Geography discipline in the 2nd Cicle of Basic Education.

Índice

1 - Introdução	1
2 - A utilização do Friso Cronológico como recurso educativo no ensino da História e Geografia de Portugal: Breve Visão Panorâmica	10
2.1. Conceito de tempo.....	10
2.2. Estruturação das noções de tempo	17
2.3. O friso cronológico como recurso educativo	22
2.3.1. Da História Ciência à História Disciplina: Aplicabilidade/Adequabilidade	22
2.3.2. Conceito de Friso Cronológico como Recurso Educativo.....	24
2.4. O Friso Cronológico nas Práticas.....	29
3 - Metodologia	35
3.1. Contexto e participantes	35
3.1.1. Contexto	35
3.1.2. Turma e professora cooperante.....	36
3.2. Opções metodológicas gerais	38
3.3. Processo de recolha de dados	40
3.3.1. Observação	40
3.3.2. Entrevista.....	41
3.3.3. Recolha documental	44
3.4. Processo de análise de dados.....	45
	VI

4 – Proposta Pedagógica.....	50
4.1. Construção da base do friso cronológico	50
4.2. Preparação das aulas com o friso cronológico	51
4.3. Aulas de exploração e utilização do friso cronológico	52
5 - Resultados	67
5.1. Análise detalhada das tarefas propostas	67
5.1.1. Tarefa: “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII” ...	67
5.1.2. Tarefa: “Friso Cronológico: Revolução de 1383-85”	71
5.1.3. Tarefa: “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX” ..	77
5.1.4. Tarefa: “Friso Cronológico: Expansão Marítima”	80
5.1.5. “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”	85
5.2. Análise das entrevistas aos(às) alunos(as)	92
5.2.1. Análise da entrevista à Ra. (10 anos)	92
5.2.2. Análise da entrevista à I. M. (10 anos)	95
5.2.3. Análise da entrevista ao J. (10 anos)	97
5.2.4. Análise da entrevista ao R. (10 anos)	99
5.2.5. Análise da entrevista ao F. (10 anos).....	101
5.3. Análise da entrevista à Professora Cooperante	103
6 – Considerações finais	106
Referências Bibliográficas.....	111

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tarefas, datas e critérios de análise	46
Tabela 2 - Questões das entrevistas e objetivos	47
Tabela 3 - Conversa desenvolvida com a turma na sessão do dia 30 de abril.....	53
Tabela 4 - Conversa desenvolvida com a turma na sessão do dia 2 de maio	55
Tabela 5 - Tarefa de construção do friso cronológico desenvolvida no dia 16 de maio	62
Tabela 6 - Tarefa de construção do friso cronológico desenvolvida no dia 23 de maio	64

Índice de Figuras

Figura 1 - Resolução do R. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"	68
Figura 2 - Resolução da I. M. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"	69
Figura 3 - Resolução do J. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"	69
Figura 4 - Resolução do F. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"	70
Figura 5 - Resolução da Ra. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	71
Figura 6 - Resolução da I. M. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	72
Figura 7 - Resolução do F. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	72
Figura 8 - Resolução do R. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	73
Figura 9 - Resolução do J. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	73
Figura 10 - Resolução da Ra. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	74
Figura 11 - Resolução do J. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	74

Figura 12 - Resolução da I. M. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	75
Figura 13 - Resolução do R. (10 anos) na questão 4 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"	75
Figura 14 - Resolução do R. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XXI"	77
Figura 15 - Resolução da I. M. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XXI"	78
Figura 16 - Resolução do J. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XXI"	78
Figura 17 - Resolução do F. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX"	79
Figura 18 - Resolução do J. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	81
Figura 19 - Resolução da Ra. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	81
Figura 20 - Resolução do F. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	82
Figura 21 - Resolução da I. M. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	83
Figura 22 - Resolução do F. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	83
Figura 23 - Resolução do J. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	84

Figura 24 - Resolução da Ra. (10 anos) na questão 4 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"	84
Figura 25 - Resolução do J. (10 anos) na questão 2 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	87
Figura 26 - Resolução da Ra. (10 anos) na questão 1.2 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	88
Figura 27 - Resolução do R. (10 anos) na questão 2 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	88
Figura 28 - Resolução do F. (10 anos) na questão 2 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	89
Figura 29 - Resolução da I. M (10 anos) nas questões 1.3 a 1.6 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	89
Figura 30 - Resolução do F. (10 anos) na questão 1.6 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	90
Figura 31 - Resolução do R. (10 anos) na questão 1.1 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	90
Figura 32 - Resolução do J. (10 anos) na questão 1.3 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	91
Figura 33 - Resolução do F. (10 anos) na questão 1.3 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"	91

1 - INTRODUÇÃO

A História, enquanto ciência social, autonomiza-se da Filosofia, desde finais do séc. XIX, até se transformar em História disciplina. A passagem da ciência histórica para disciplina, envolve um processo metodológico rigoroso. Noémia Félix (1998) clarifica que "a História, como todas as ciências, é mais do que um corpo organizado de conhecimentos elaborados, é também um método de investigação do passado, onde o processo e o produto não são facilmente separáveis. Método e conteúdos implicam-se reciprocamente." (p. 17) O(a) professor(a) tem um papel fundamental neste processo. É considerado(a) o(a) agente responsável por conhecer a natureza própria do conhecimento histórico, transpondo-a para a prática pedagógica. Necessita de ter em conta que o seu conhecimento, obtido através do estudo e da reflexão sobre a ciência histórica, tem de ser adaptado às características do público a que se destina, de forma a conseguir estabelecer este elo de ligação entre a História enquanto ciência e enquanto disciplina.

Quando nos colocamos na "ponte" entre a História-ciência e a História curricular, as questões a resolver são as que se referem àqueles a quem se destina o conhecimento, ao modo como aprendem em geral e como adquirem especificamente o conhecimento histórico e às dificuldades trazidas pela natureza própria deste conhecimento. (Félix, 1998, p. 27)

Este estudo foca-se, essencialmente, na vertente didática da História, estabelecendo uma ligação com a História enquanto ciência, no que diz respeito ao rigor científico que o envolve. Nesse sentido, insere-se numa dupla vertente de trabalho, pois vê a História enquanto disciplina mas também enquanto ligação com outra área específica disciplinar, a Geografia, uma vez que se centra, não só, no desenvolvimento de competências nos(as) alunos(as), como também no envolvimento com a História e Geografia de Portugal, enquanto disciplina.

Deste modo, o desenvolvimento, na Escola, destas competências, da área da História enquanto ciência e enquanto "forma de pensar" (Rui Ramos, 2009), são importadas, segundo a autora, de três tipos de áreas, a saber: o tratamento de informação/utilização

das fontes, a compreensão histórica (contendo subáreas de temporalidade, espacialidade e contextualização) e as competências de comunicação. A autora faz referência ao conhecimento histórico que a Escola deve promover, integrando as suas características nas seguintes categorias: a aprendizagem de conceitos, a explicação histórica e a questão do tempo.

Partindo destas premissas orientadoras, este estudo visa refletir sobre os conteúdos de História e Geografia de Portugal no 5.º ano de escolaridade, tendo como principal finalidade contribuir para situar os(as) alunos(as) no mundo em que vivem, através do desenvolvimento da noção operatória de tempo, desenvolvendo, simultaneamente, conhecimentos acerca da realidade que os envolve.

A abordagem curricular dos conteúdos de História e Geografia de Portugal permite que os(as) alunos(as) tenham uma visão integradora sobre o que os(as) rodeia, contribuindo para uma reflexão aprofundada em relação às mais diversas questões. O estudo desta disciplina desenvolve atitudes de autoquestionamento e de rigor na abordagem científica desta área e promove um espírito crítico em quem estuda História e Geografia de Portugal, mesmo que ainda só no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

Outro dos objetivos da disciplina de História e Geografia de Portugal, em todos os ciclos do ensino básico, visa o desenvolvimento de uma consciência histórica. Deste modo, a autora identifica como finalidade deste nível de ensino, a construção de uma identidade histórica, definida a partir da ligação/do significado que as crianças atribuem à História, capaz de as situar geograficamente e temporalmente. Essa identidade histórica é construída pelas próprias crianças, com o apoio do(a) professor(a), em sala de aula e estabelece a ponte de ligação entre o passado, o presente e o futuro:

Para atingir esta identidade é preciso orientar-se no tempo, adquirir a consciência histórica, ou seja, a capacidade de articular o antes, o hoje e o amanhã, sabendo, ao mesmo tempo, distinguir, nesse cenário de três tempos, o real do imaginário, a permanência da mudança e os tempos das mudanças. (Félix, 1998, p. 62)

A autora demonstra que a construção de cronologias em sala de aula, em diferentes anos da escolaridade básica, é um processo fundamental para a estruturação dos conteúdos

dos programas referentes a esta disciplina, revelando que "através da cronologia, os alunos poderão aprender a sucessão e encadeamento dos acontecimentos e também as mudanças, numa História em que a perspectiva diacrónica não significa esquecer a perspectiva sincrónica." (p. 63) A elaboração de uma cronologia requer a definição de um critério prévio a respeitar/orientador (por exemplo, os grandes períodos históricos, a vida/biografia das personagens) que se pretende seguir para se organizar a mesma.

Dado a faixa etária da maioria das crianças deste nível de escolaridade, há uma certa dificuldade, por parte dos(as) alunos(as), na perceção da dimensão temporal, justificada, também, pela autora como a "(...) necessidade de definir com precisão o que se entende por tempo histórico no currículo escolar e, na prática, a que variáveis damos prioridade, quando e como as ensinamos e como pretendemos que os alunos aprendam (...)." (p. 84)

Relativamente a este último aspeto, e para atingir os objetivos previstos no 2.º Ciclo do Ensino Básico, a mesma autora defende a utilização de recursos didáticos diversificados, definindo-os como os "materiais para aprender o "saber-fazer" (procedimentos)" (p. 48) Existem diversos recursos didáticos que podem ser utilizados em História e Geografia de Portugal (como é o exemplo do manual escolar, da banda desenhada, das Tecnologias de Informação e Comunicação, c. f. p. 28-31). Um deles trata-se do friso cronológico que opera como uma possibilidade de trabalhar a temporalidade em História, na sala de aula. O próprio Programa de História e Geografia de Portugal do 2.º Ciclo do Ensino Básico (1991) faz referência ao friso cronológico, propondo a sua utilização nas escolas, esclarecendo que se trata de uma "(...) representação gráfica da sequência dos eventos numa escala proporcional." (p. 94) Assim sendo, visto que os(as) alunos(as) que frequentam este ciclo de estudos ainda se encontram num período em que o seu raciocínio necessita de ser apoiado por operações concretas, o recurso ao friso cronológico possibilita, através da representação física, a observação e contextualização cronológico/temporal dos temas estudados nesta disciplina. O friso cronológico é, portanto, um recurso educativo com bastante valor didático. A sua organização estruturada permite uma interpretação, de forma acessível,

sobre a passagem do tempo, servindo como um recurso pedagógico indispensável no processo de aprendizagem nesta disciplina.

A abordagem do tempo enquanto conceito mais abstrato é um assunto que tem de ser visto a partir da vertente filosófica, no sentido da definição e, simultaneamente, do "senso comum", que se enuncia, habitualmente em conversas informais do quotidiano. Vários são os autores que consultei e que refletem a respeito da definição de tempo, de entre os quais, destaco Leofranc Holford-Strevens (2008). A partir da leitura da sua obra, comecei a refletir acerca das questões que envolvem este conceito:

(...) se é verdade ou não que o tempo tem um princípio ou um fim; se é verdade ou não que é impossível aplicar aos buracos negros as leis gerais do espaço-tempo; se alguma vez seria possível inverter o fluxo do tempo e alterar o passado - esta é, aliás, uma das fantasias preferidas das pessoas que imaginam que teriam o privilégio de o fazer sozinhas e que se esquecem de que, nesse passado aperfeiçoado, os seus pais poderiam nunca ter chegado a conhecer-se. (p. 9)

No sentido mais vulgar, o tempo por estar bastante presente no nosso quotidiano é mais complicado encontrar um significado para este conceito, torna-se uma tarefa de difícil explicação para qualquer pessoa. Essa dificuldade aumenta quando se lida com crianças, faixa etária de que aqui me ocupo.

O tempo, para nós, é uma espécie de evidência familiar, um ser claro, uma realidade unânime. Adivinhamo-lo sempre, em nós, em redor de nós, secreto, silencioso, mas constantemente em acção, na folha que cai, na criança que nasce, na parede que decai, na vela de aniversário que se sopra, no amor que começa, nesse outro que desvanece. (Étienne Klein, 2007, p. 13)

Todos(as) temos a noção de que tudo o que acontece, cada instante da nossa vida, todos os momentos que vivemos, estão localizados num tempo. Nós próprios, inconscientemente, por vezes, consideramos que as nossas vivências têm mais valor se tiverem uma duração de tempo maior. O autor revela que "se o tempo é realmente este "sendo" que nunca encontramos directamente mas que contém tudo o que encontramos, não pode haver mundo sem tempo. O tempo é consubstancial ao mundo: nada pode acontecer ou permanecer fora dele." (p. 37)

Cada cultura tem os seus modelos temporais, os seus meios de definir, contar e sentir o tempo. Esta questão conduziu José Manuel Sousa Pinto (2001) à colocação de um conjunto de interrogações relativamente a este assunto: "mas como se mede o tempo, que significado tem, o que é um minuto para mim e para os outros? Quanto vale, em concreto, uma hora? Questões complicadas como estas não poderão ter uma resposta fácil." (p. 16)

Depois de ter estudado quer as questões filosóficas subjacentes ao conceito mais abstrato de tempo quer e com maior profundidade neste segundo aspeto do tempo, visto a partir do quotidiano das noções de “senso comum”, centrei este estudo na problemática da temporalidade em História e Geografia de Portugal, no 5.º ano de escolaridade. Para concretizar, o friso cronológico foi utilizado como recurso educativo para auxiliar os(as) alunos(as) a melhorar a perceção do tempo em História e Geografia de Portugal.

Nesse sentido, formulei a minha questão de partida que é: De que forma contribui o friso cronológico para a aquisição e/ou desenvolvimento da noção de temporalidade em História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico? A mesma deve e pode agora ser subdividida nas seguintes questões:

- (1) O que é o friso cronológico?
- (2) O friso cronológico será um recurso educativo adequado para ajudar a desenvolver nos(as) alunos(as) a noção do tempo em História e Geografia de Portugal?
- (3) Que facilidade(s)/dificuldade(s) apresentam os(as) alunos(as) na utilização do friso cronológico?
- (4) Que dúvidas se colocam na utilização do friso cronológico (crianças e estagiária/investigadora)?

Atendendo à operacionalização da definição de um conjunto de respostas a estas questões foi necessário definir os objetivos deste estudo, que passo a enunciar:

- (1) Usar o friso cronológico como recurso educativo na disciplina de História e Geografia de Portugal;
- (2) Analisar a forma como os(as) alunos(as) utilizam o friso cronológico nas aprendizagens previstas na disciplina de HGP;
- (3) Identificar as facilidades/dificuldades que apresentam os(as) alunos(as) na utilização do friso cronológico;
- (4) Interpretar as dúvidas que surgem e estudar as possíveis respostas que se colocam na análise do friso cronológico;
- (5) Verificar se o uso do friso cronológico como recurso educativo permite uma melhor compreensão de noções como as de século e década;
- (6) Observar o modo como os(as) alunos(as) desenvolvem a noção de temporalidade;
- (7) Perceber de que forma é que os(as) alunos(as) consolidam a noção de temporalidade na aprendizagem da disciplina de HGP.

No decorrer deste estudo foi-me possível identificar/enumerar alguns limites que o condicionaram. O que mais implicações teve no resultado final/trabalho que aqui apresento foi o da definição do tema/questão de partida. Foi um processo que requereu mais tempo que o previsto inicialmente e que me obrigou a ir ler o que, do ponto de vista teórico, fazia sentido para mim, sobretudo a nível de conhecimentos mais complexos sobre o conceito de tempo e de recursos educativos. Como consequência, só efetuei a recolha de dados durante o segundo período de estágio (de 28 de abril a 23 de maio). Por outro lado, creio que, este entrave, deu-me a oportunidade de definir, com maior rigor, a forma como iria aplicar o projeto.

Embora tenha começado a definir o tema/questão de partida com antecedência, também o facto de ter estabelecido contacto com a turma com que desenvolvi esta investigação apenas durante o período previsto para a recolha de dados, se tornou condicionante, no sentido em que me levou a aperfeiçoar o que tinha previsto, de forma a que se

identificasse com estes(as) alunos(as), o que me obrigou a requerer mais tempo para refletir acerca destas questões.

Apesar do processo de recolha de dados estar inicialmente previsto, por mim, para oito aulas, três destas sessões não foram destinadas ao projeto. Numa destas aulas desenvolveram-se revisões para o teste de avaliação e na seguinte, o teste de avaliação (estas duas sessões ficaram a cargo da professora cooperante). No decorrer deste período, realizaram-se, ainda, os exames nacionais de 4.º ano, pelo que os(as) alunos(as) não se deslocaram à escola num dos dias destinados à recolha de dados.

A colocação/utilização do friso cronológico em sala de aula foi outro limite que considero pertinente salientar. Segundo indicações da escola, não era possível que este recurso educativo ficasse exposto neste local permanentemente, implicando que, em todas as sessões, fosse dispensado um tempo extra (cerca de 5 minutos) para se colocar o friso cronológico e, posteriormente, retirá-lo.

O desagrado que a professora cooperante demonstrou com a aplicação do friso cronológico nas sessões também gerou algumas limitações, no sentido em que a docente optava, maioritariamente, pelo recurso exclusivo ao manual escolar. O que, se por um lado poderia ser uma vantagem, no sentido em que os(as) alunos(as) não usavam o friso cronológico, sendo, portanto uma “novidade” para eles, o que me permitia desenvolver com maior rigor este estudo. Por outro lado, não poderia descuidar a vontade da professora cooperante, que, amavelmente me aceitou como estagiária. Esta situação conduziu à redução do tempo previsto para a recolha de dados, sendo que, apenas tive a possibilidade de utilizar o friso cronológico em metade do período da duração de cada sessão, sendo o restante tempo da aula dedicado à utilização do manual escolar e à resolução de exercícios do mesmo.

Outro aspeto condicionante diz respeito à informação disponível acerca do friso cronológico. Embora seja um recurso educativo a que se recorre com frequência, poucos são os(as) autores(as) que o exploram, não só em termos didáticos, como em outras áreas afins, o que dificultou, em certa medida, a pesquisa bibliográfica acerca do

mesmo. No entanto, o facto de ser um recurso educativo ainda pouco explorado neste sentido, considereei que seria pertinente desenvolver uma investigação acerca deste, como tentativa de inovação e também como possível suporte de apoio aos meus futuros colegas e profissionais de educação, para que se sintam orientados e motivados em experimentar este recurso educativo nas suas práticas.

Para além destes limites mais ultrapassáveis, existiu um outro constrangimento respeitante à orientação do estudo. A professora orientadora deste projeto não era professora supervisora do meu estágio. Embora, ambos os professores (orientadora do projeto e supervisor de estágio) cooperassem entre si e se mostrassem disponíveis para me apoiar no projeto, foi difícil não poder contar com o apoio da professora orientadora como observadora, ao longo da implementação real do projeto.

Todos estes limites que citei manifestaram-se, sobretudo, como referirei adiante, durante o processo de recolha de dados. Os mesmos implicaram alterações no modo como tinha inicialmente previsto a realização do projeto.

Relativamente à estruturação deste relatório, o mesmo encontra-se organizado em seis capítulos, seguidos da bibliografia e de um conjunto de apêndices (documentação criada por mim) que sustentam este estudo.

O primeiro capítulo (este que agora termina) inclui a identificação do tema eleito como objeto de estudo e como projeto de estágio e a justificação e pertinência do problema de investigação, as motivações pessoais e profissionais que orientaram esta escolha, os objetivos e finalidades do mesmo, as questões em estudo, os limites que se colocaram à sua aplicação e, ainda, a descrição da organização que defini para este relatório.

O enquadramento teórico do tema em estudo está intitulado como "A utilização do friso cronológico como recurso educativo no ensino da História e Geografia de Portugal: breve panorâmica", no segundo capítulo. Numa primeira secção, elaboro uma sistematização relativamente ao conceito de tempo e centro-me também, por diversos momentos, numa leitura mais vasta da visão deste conceito ao nível do "senso-comum", tomando como referência autores(as) que o estudaram e dos quais destaco Holford-

Stevens (2008), Klein, (2007) e Pinto (2001). Na segunda secção, abordo, de um ponto de vista mais aprofundado, as questões que dizem respeito à estruturação das noções de tempo, isto é, à aquisição e desenvolvimento da consciência de temporalidade, baseando-me, fundamentalmente, em Jean Piaget (1946). Relativamente à terceira secção, foco-me no friso cronológico enquanto recurso educativo, ensaiando uma definição, significado e utilidade e refletindo sobre o contributo deste tipo de recurso educativo para a abordagem da História enquanto ciência e enquanto disciplina. Por fim, na quarta e última secção, é referenciado(a) quem já explorou o conceito de tempo e ainda outros(as) autores(as) que já abordaram o uso do friso cronológico na área de História e Geografia de Portugal e em áreas afins.

No terceiro capítulo descrevo as opções metodológicas que me guiaram ao longo da construção, aplicação e reflexão sobre o tema em estudo. Caracterizo o contexto escolar e a turma onde se desenvolveu este projeto. Elaboro uma descrição dos procedimentos utilizados na recolha de dados, indicando as técnicas e métodos que usei. Concluo com a descrição dos processos de análise dos dados.

No quarto capítulo é apresentada a proposta pedagógica, onde faço, inicialmente, uma explicação aprofundada do modo como construí, previamente, a base do friso cronológico. Posteriormente, explico como preparei as aulas com este recurso educativo e, por fim, como decorreram estas sessões, transcrevendo as conversas que desenvolvi com os(as) alunos(as).

No quinto capítulo descrevo os resultados obtidos, identificando os procedimentos utilizados pelos(as) alunos(as) nas tarefas propostas e faço uma análise das entrevistas aos(as) alunos(as) e à professora cooperante.

Por fim, no sexto capítulo apresento uma reflexão final, onde tento sistematizar/enunciar todas as aprendizagens que eu própria fiz ao aplicar este projeto no meu estágio no 2.º Ciclo do Ensino Básico em HGP.

2 - A UTILIZAÇÃO DO FRISO CRONOLÓGICO COMO RECURSO EDUCATIVO NO ENSINO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL: BREVE VISÃO PANORÂMICA

2.1. CONCEITO DE TEMPO

O dicionário Priberam da Língua Portuguesa, define "tempo" como uma "série ininterrupta e eterna de instantes; medida arbitrária da duração das coisas; época determinada; prazo, demora; estação, quadra própria; época (relativamente a certas circunstâncias da vida, ao estado das coisas, aos costumes, às opiniões); estado da atmosfera (...)". A Infopédia revela uma definição aproximada, clarificando que se trata de uma "sucessão de momentos em que se desenrolaram os acontecimentos; parte da duração ocupada por acontecimentos (...)".(Informação consultada a 3 de julho de 2014)

O dicionário Houaiss também estabelece uma breve definição sobre este conceito, identificando-o como a “duração relativa das coisas que cria no ser humano a ideia de presente, passado e futuro; período contínuo e indefinido no qual os eventos se sucedem.” Do seu conjunto vasto de indicações acerca do “tempo” destaco a exploração que é feita a partir das diversas áreas, como é o caso do Desporto, em que o tempo pode ser visto como “cada um dos períodos em que se dividem as partidas de determinados jogos <no futebol, cada t. tem 45 minutos>.” Também faz referência à Física, revelando que nesta área pode ser interpretado como a “dimensão que permite identificar dois eventos que, caso contrário, seriam idênticos e que ocorreram no mesmo ponto do espaço.” A nível da Gramática, é entendido como uma “categoria verbal que indica o momento em que se dá o facto expresso pelo verbo ou o tempo em que transcorrem [O conteúdo dessa categoria varia segundo as línguas; em português, compreende presente, pretérito (ou passado) e futuro, e suas subdivisões]”. Relativamente à música, trata-se de uma “unidade abstracta de medida do tempo musical, a partir da qual se estabelecem as relações rítmicas; pulsação.”

Todos nós temos consciência deste conceito e utilizamo-lo, diariamente. No entanto, quando confrontados com a elaboração de uma definição, de um modo geral, ou indicamos que é indefinível ou tentamos identificá-lo, acabando por existir variadas definições para o mesmo, uma vez que é tido como um conceito polissémico.

Vários são os autores (de diversas áreas como a ciência, a religião, a política, a sociologia, a história, entre outros) que elaboram uma reflexão acerca do tempo, de forma a encontrarem uma definição para este conceito. Piaget (1946), analisando o conceito de tempo sob o ponto de vista do foro cognitivo/psicológico, conclui que se trata da "coordenação operatória dos movimentos, e que as relações temporais resultam de uma construção progressiva em que as relações de simultaneidade, de sucessão e de duração se apoiam reciprocamente." (p. 12) Já Holford-Strevens (2008), na sua obra onde reflete acerca de diversas questões sobre o tempo em diferentes aspetos do quotidiano e a perspetiva do mesmo nas diferentes culturas, indica que "a palavra tempo pode referir-se a um período definido com maior ou menor precisão, desde «pouco tempo», que significa «de breve duração», até «o tempo dos faraós», que foi há três mil anos." (p. 11)

Aspetos relativos ao sujeito, como a civilização onde se encontra, as vivências, a maneira de encarar o mundo que o rodeia, a idade, o género, a classe social ou mesmo a cultura, influenciam a forma de pensar. A definição de tempo, ao nível do “senso comum”, varia de indivíduo para indivíduo, dependendo de diversos fatores que contribuem para a forma como cada sujeito o encara. Como poderemos abordar a questão do tempo se nunca nos conseguimos distanciar da mesma?

Holford-Strevens (2008) revela que "(...) este conceito de duração contínua indefinida tornou-se tão familiar para a civilização ocidental que a sua ausência seria inimaginável em qualquer cultura avançada." (p. 11) De facto, encontra-se presente na nossa realidade. Os aspetos culturais influenciam a perspetiva que temos relativamente às questões temporais.

Estamos de tal modo habituados a designar os anos através de um número numa era padrão que, apesar de sermos capazes de compreender que outra

cultura pode usar uma era diferente, ficamos perplexos quando descobrimos que determinada cultura não recorre a era alguma. (Holford-Strevens, 2008, p. 165)

Vejamos um exemplo que nos mostra a influência da cultura relativamente à nossa percepção temporal: desde a Roma Antiga que o mundo ocidental reconhece a divisão do ano em quatro estações. Contudo, tal como esclarece este autor, "(...) esta não é de todo uma divisão universal. Na Nigéria, os Yoruba referem-se a duas estações de meio ano, a estação seca e a estação das chuvas, ao passo que a Índia tem seis estações (...)." (p. 128)

Outro fator que, de uma forma universal, influencia a percepção que temos do tempo é a idade. Edward Twitchell Hall (1996) indica que "(...) quando se tem quatro ou seis anos, um ano parece interminável; aos sessenta anos, começa-se a confundir os anos e é, por vezes, difícil distingui-los uns dos outros - de tal modo passam depressa!" (p. 158) O autor indica que, a percepção que temos do tempo varia com as diferentes experiências, com o decorrer da vida. Quando somos crianças, consideramos que alguém que se situe na faixa etária acima dos quarenta anos já é "velho". À medida que os anos vão passando e observamos as pessoas que nos rodeiam, verificamos que a idade que antes marcávamos como sendo o ponto de viragem para se chegar a "velho", não é mais do que uma convenção.

Uma outra questão que se coloca, em simultâneo, com a da definição do conceito, é a forma como se pode medir o tempo. Qual o significado que a sua medição tem para cada um de nós? De facto, tal como afirma Holford-Strevens (2008), "(...) mesmo na mais elementar das sociedades, ainda que possam não ter consciência do tempo como uma coisa em si mesma, as pessoas sentem necessidade de o medir." (p. 11) Existem instrumentos que o medem e, como tal, ajudam-nos a tomar consciência da sua passagem. A necessidade de o medirmos, para a definição de um ritmo, levou à produção destes medidores de tempo. Pinto (2001) revela que "com o decorrer dos anos, a medição do tempo passa a ser do interesse público." (p. 37)

A medição do tempo revela-se, a partir da Física enquanto ciência, no que diz respeito à contagem dos dias e das noites. Holford-Strevens (2008) esclarece que "na maior parte das sociedades, a unidade de medição de tempo fundamental é o período de rotação da Terra em torno do seu eixo, o qual é geralmente denominado como «dia»." (p. 17)

Tal como já referi, de forma a gerar um "padrão" na sociedade, criaram-se instrumentos de medida do tempo, como é o caso do relógio. Todos nós sentimos necessidade de observar o relógio com frequência, permitindo que este comande a nossa vida, estabelecendo uma rotina.

O triunfo do relógio sobre o relógio de sol, enquanto instrumento preferido de medição do tempo, acarretou ainda uma outra mudança, para além da adopção da hora equinocial: a substituição da *hora solar*, indicada no relógio de sol, pela *hora solar média*, indicada no relógio. (Holford-Strevens, 2008, p. 28)

Mesmo utilizando o relógio como "medidor" de tempo, no nosso quotidiano, que valor tem este instrumento para cada um de nós? Poderemos sobrepor o tempo físico, medido por um instrumento que o ser humano produziu, ao tempo psicológico, que se define a partir das nossas vivências a nível individual?

(...) quanto vale o tempo? A resposta é que o tempo vale aquilo que quisermos, vale o que definimos que devia valer, tem o significado que convencionámos que deveria ter. Porque o tempo não é uma realidade concreta, não tem realidade nenhuma. (Pinto, 2001, p. 20)

Através do relógio poderemos definir um ritmo não só em sociedade, como também individual. Contudo, cada um de nós, tem a sua própria medida de tempo, isto é, os indivíduos necessitam de durações de tempo diferentes, entre si, nas atividades que desenvolvem durante o seu dia a dia.

Tudo deve andar "a horas", ao mesmo ritmo, se possível começar ao mesmo tempo ou durar o mesmo tempo, nas mesmas praças financeiras, nos mesmos aeroportos, etc. Mas a sincronização pessoal não existe. É uma imposição violenta. Cada pessoa, como aliás cada ser vivo, tem o seu ritmo próprio e deverá por isso ter o seu tempo. (Pinto, 2001, p. 35)

Com este medidor de tempo, seria possível que uma sociedade estivesse toda ela sincronizada num só ritmo, definindo assim, uma medida igual para medir o tempo, a que todos os indivíduos tivessem acesso. Os intervalos iguais de tempo definem uma

sincronização rítmica da sua passagem. O relógio foi, sem dúvida, uma grande viragem para a medição do tempo. Este mostra-nos as horas, é uma verdade. Passa as horas a mostrar a passagem das horas. No entanto, não nos elucida sobre mais nada, para além deste processo. Na realidade, não nos permite definir o tempo, servindo como uma camuflagem deste. Tal como Klein (2007) cita "quando um relógio avaria, os seus ponteiros imobilizam-se sem que isso impeça o tempo de continuar a fluir." (p. 14)

Quando nos perguntam o que sentimos na presença de um relógio mecânico, respondemos todos que ouvimos um barulho que faz "tiquetaque". E por esta "ficção" nós humanizamos esse som, porque somos nós afinal que lhe damos o tom ficcional da diferença entre os dois sons: *tic* para o início e *tac* para o final. Somos nós que lhe atribuímos vida. (Pinto, 2001, p. 17)

Por vezes, a perceção que temos do tempo é influenciada pelo momento que estamos a viver. Quando estamos atrasados para chegar ao nosso destino, o tempo de espera nos transportes públicos parece interminável. Por outro lado, se estivermos a fazer uma atividade de que gostamos, temos a perceção de que o tempo passou, sem termos dado conta.

O tempo comprime-se quando passa mais depressa. Este fenómeno manifesta-se com evidência em situações de urgência; por exemplo, quando alguém pensa que vai morrer («Revi a minha vida inteira no espaço de alguns segundos»), ou quando se encontra em perigo de morte. (Hall, 1996, p. 152)

Dada a impossibilidade de considerar o tempo em si, o tempo físico é o que acontece na realidade, sendo que o tempo psicológico não é mais do que a relação pessoal que cada um de nós tem com este.

Em diversos momentos da nossa vida, todos nós já nos apropriámos do tempo como se o possuíssemos, enunciando que temos "falta de tempo". Frequentemente, esta expressão associa-se à gestão que fazemos do tempo. Quando este se torna escasso, isto é, quando temos de cumprir um determinado prazo e verificamos, através dos medidores de tempo, que o nosso ritmo não está dentro do previsto. Perante esta situação, começo a interrogar-me: Como poderemos ter falta de tempo se o tempo é algo que não é de ninguém e que nunca escasseia? Queremos antes referir-mo-nos à gestão que fazemos do tempo?

Segundo Pinto (2001) "quando nos referimos à falta de tempo misturamos, frequentemente, realidades distintas ou tipos de tempo diferentes. Podemos estar a considerar uma falta de tempo pessoal ou então de tempo profissional." (p. 31) Ao utilizar a expressão "tipos de tempo", o autor refere-se, de certo, ao tempo psicológico e físico, sendo que o psicológico é medido através da nossa mente e o físico baseia-se num instrumento de medição de tempo. O mesmo autor esclarece que "ao dizer que o tempo é algo de escasso estou a reportar-me ao significado que cada um de nós atribui a este conceito (...)" (p. 33) Insistimos em repetir a questão da falta de tempo, sistematicamente, essencialmente, para nós próprios. A organização temporal é imposta de forma clara. Existe uma definição rigorosa face a esta organização, existindo sempre um início e um término definidos à priori, para tudo o que realizamos.

A temática do tempo pode ainda relacionar-se com questões religiosas. A Bíblia Sagrada indica que "existe um tempo certo para cada coisa, momento oportuno para cada propósito debaixo do Sol: Tempo de nascer, tempo de morrer; tempo de plantar, tempo de colher." Existem datas assinaladas no calendário ocidental que se relacionam com aspetos religiosos, como é o caso da Páscoa.

A origem da Páscoa é judaica (...). Na tradição judaica, em tempos bíblicos, a Páscoa era a data do sacrifício do cordeiro pascal, no dia 14 do Nissan, o qual se comia ao anoitecer, quando, de acordo com os cálculos dos hebreus se iniciava o 15º dia e, logo, os sete dias da Festa do Pão Ázimo. (Holford-Strevens, 2008, p. 75 e 76)

Tal como revela o autor, ao invés de recordarem a crucificação, os cristãos optaram por ter em consideração o dia em que Jesus Cristo ressuscitou, o domingo, passando este a ser considerado como o dia festivo da semana.

A maior parte das pessoas utiliza três grandes momentos para definir o tempo: o passado, o presente e o futuro. Na verdade, só podemos sentir, realmente, o tempo presente porque o estamos a vivenciar. Na melhor das hipóteses, poderemos ter memórias do passado, tratando-se de uma realidade que não vai além da nossa própria idade. Klein (2007) questiona "se alguém encontrasse no futuro uma máquina de recuar no tempo, como explicar que não dispomos dela já hoje?" (p. 73) Querendo com isto

dizer que, se a máquina existisse no futuro, deveria existir no presente, uma vez que se trata de uma ferramenta que se desloca no tempo. O autor prossegue a reflexão afirmando que a máquina:

(...) deveria poder efectuar esta excursão temporal, dado que é essa precisamente a sua função! Então, por que é que não está já cá? Uma máquina de recuar no tempo, capaz de visitar todas as épocas, não deveria ser intemporal por natureza?" (Klein, 2007, p. 73)

Sabemos, portanto, que existiu um passado e que estamos a viver um presente, o que não sabemos é como será o futuro. Como poderemos pensar acerca de algo que ainda não aconteceu? Fernando Pessoa (1982) afirma que "não tendo uma ideia de futuro, também não temos uma ideia de hoje, para o homem da acção não é senão um prólogo do futuro." (p. 223) O futuro traz-nos a perspectiva do que irá ocorrer seguidamente. Podemos pensar no futuro como o que vai acontecer daqui a uma hora, mas também daqui a um século.

Para se formar, a ideia de futuro supõe efectivamente a espera, pois é a duração que nos separa dele; supõe igualmente a imaginação, pois só o podemos antecipar de maneira fictícia; e supõe por último a memória, a única capaz de reconhecer o que o futuro terá de necessariamente repetitivo (...) a memória "mobila" o futuro *a priori*. Sem ela só o poderíamos pensar como um grande buraco. (Klein, 2007, p. 87 e 88)

A presença do tempo em tudo o que nos rodeia é marcada pela duração das coisas. Desde uma música que estamos a escutar, a um jogo de futebol, a uma aula na escola, até os mais simples gestos são cronometrados, tendo sempre um período de tempo pré-estabelecido. Somos conduzidos pela passagem das horas, por esta duração temporal referente a todas as coisas em que nos envolvemos. Somos, portanto, guiados pelo tempo e disso, não podem restar quaisquer dúvidas. Klein (2007) esclarece que "o tempo é precisamente este mecanismo, esta máquina que produz permanentemente novos instantes. Este motor íntimo, este respirar escondido no seio do mundo, pelo qual o futuro se torna primeiro presente, depois passado." (p. 15) O grande mistério centra-se no modo como podemos ser conduzidos por uma realidade que nós próprios não sabemos como definir. O autor elabora uma reflexão acerca deste assunto referenciando que "se o tempo é realmente este "sendo" que nunca encontramos directamente mas que

contém tudo o que encontramos, não pode haver mundo sem tempo. O tempo é consubstancial ao mundo: nada pode acontecer ou permanecer fora dele." (p. 37)

Contudo, o tempo refugia-se por trás das suas aparências, não deixando que o identifiquem. Invocamo-lo por todas as razões que possam surgir, sem nunca termos contactado com ele. Mencionamos inúmeras vezes que o tempo é a causa para muitos dos nossos problemas. A grande questão é que fomos nós próprios que optámos por lhe entregar o comando das nossas vidas.

É aí que está a sua grande originalidade: invisível, mesmo a raios X, ele não se digna nunca a entregar-se como um objecto empírico. No entanto, a língua não pára de o invocar, como a um ser familiar, embora ninguém o tenha visto cara a cara e ele não dê sinal. (Klein, 2007, p. 17)

2.2. ESTRUTURAÇÃO DAS NOÇÕES DE TEMPO

Tal como tenho vindo a referir no subcapítulo anterior, o tempo é uma realidade muito abstrata e, conseqüentemente, de difícil percepção, especialmente para as crianças.

No início da vida, a criança vive um presente, relacionada com a dimensão de "aqui" e "agora". O tempo sensório-motor, respeitante aos primeiros dois anos de vida, é um momento em que o indivíduo ainda desconhece o tempo enquanto categoria universal e começa a ter acesso a esta realidade, a partir das rotinas que lhe são pré-estabelecidas. As horas de dormir, de acordar, de tomar banho, de comer permitem que o bebé compreenda que existe uma ordem casual nas ações que desenvolve. Com o desenvolvimento destes hábitos, começa a adquirir a consciência da sucessão dos acontecimentos.

Numa fase inicial da vida, as noções que os indivíduos têm do tempo são muito subjetivas, tornando-se mais objetivas progressivamente. Piaget defende que existe um progresso contínuo relativo à noção temporal que nos possibilita pensar que é possível elaborar, sistematicamente, explicações mais objetivas.

Antes de tudo o resto, a própria memória das crianças providencia um passado pessoal. Elas lembram-se das suas experiências passadas... de membros da família, locais, horas das refeições, ocasiões anteriores em que certas coisas aconteceram e em que elas fizeram determinadas coisas (...) (Iram Siraj-Blarchford, 2004, p. 115)

Até ao primeiro ano de vida, o sujeito não tem noção da duração dos dias e das noites. À medida que envelhecemos, a duração dos dias parece ser mais curta e o calendário parece andar mais depressa. Pinto (2001) esclarece que "para uma criança de cinco anos, a duração de um dia é uma parte muito significativa da totalidade da sua existência (...) um dia pode parecer-lhe um tempo infinito." (p. 17)

À medida que evolui, o indivíduo, na sociedade ocidental, vai desenvolvendo, inconscientemente, a noção de tempo. Assim, começa a aperceber-se de que tem de cumprir horários que começam a ser criados pela própria rotina. Desde a hora de acordar até ao deitar, passando pelas refeições. A entrada para a escola é fortemente marcada pela definição de horários que têm de ser cumpridos. Todos passamos por esta evolução e, sem nos apercebermos, a nossa vida acaba sempre por ser gerida em função do tempo. Acabamos por nos modelar a esta rigidez insistente em seguir as horas que o relógio dita.

Siraj-Blarchford (2004) relata que "apesar de a compreensão das convenções da medição do tempo não se desenvolver rapidamente, as crianças pequenas demonstram claramente que conseguem compreender a natureza de uma sequência cronológica de acontecimentos (...)." (p. 117) Mais uma vez, a rotina que a criança se habitua a seguir, é um apoio para o seu desenvolvimento relativo à consciência temporal. Ainda sem saber interpretar o relógio, sabe qual é a ordem cronológica dos acontecimentos que se desencadeiam no seu dia. O autor salienta ainda que, "inicialmente, as crianças podem não ter noção do «quando?» ou do «há quanto tempo atrás?», mas elas percebem «antes de agora»." (p. 115)

Segundo Piaget (1946) "a sucessão e a simultaneidade temporais só são compreendidos operatorialmente na medida em que permitem engendrar um sistema de durações cujas imbricações sejam univocamente determinadas por elas." (p. 47) Até aos seis anos, a

criança nega categoricamente a simultaneidade, tendo presente a ideia de que um movimento mais rápido equivale a mais tempo. A sua dificuldade prende-se com a percepção para a inexistência de um tempo simultâneo para dois movimentos de velocidades diferentes. Para o autor referido acima, é "como se a criança ao julgar dois ou mais movimentos com velocidades diferentes centrasse a sua intuição representativa sobre a dimensão espacial, considerando os vários movimentos como etapas de um mesmo movimento." (p. 131)

Até por volta dos três anos, os sujeitos revelam dificuldade em reconstruir a ordem de sucessão de uma sequência de acontecimentos. A criança tem consciência de que um fenómeno ocorre depois de outro. No entanto, não consegue encadeá-los corretamente. Piaget (1946) distingue três etapas relativas à ideia de sucessões temporais. Numa primeira etapa, as sucessões temporais e espaciais não se diferenciam e as relações de simultaneidade não se encontram coordenadas com as de duração, tornando-se as afirmações das crianças incoerentes. Na segunda etapa, a criança começa a distinguir ordem espacial, temporal e intuições temporais articuladas. Na terceira e última etapa, a sucessão e a ordem espacial são distinguidas, tendo a criança noção de que o sentido de duração é inversamente proporcional à velocidade. O autor indica que "é preciso dissociar, por um esforço de relatividade do pensamento e de reversibilidade, a sucessão temporal e a ordem espacial, construindo um tempo único que ultrapassa o tempo egocêntrico e imediatamente vivido (...)" (p. 104), isto é, a tomada de consciência de sucessão é vista como um processo progressivo em que a criança começa a obter uma intuição das posições inerentes a um movimento, para que, seguidamente, dissocie essa intuição da espacialidade quando compara dois movimentos de velocidades diferentes.

Piaget revela que o adulto tem um papel fundamental na construção do conhecimento acerca do tempo. Do ponto de vista temporal, o adulto integra, no seu diálogo com a criança, o que já aconteceu e o que irá ocorrer, posteriormente, relativo à ação que se desenvolve. Tomemos como exemplo, quando o adulto indica à criança o que vai acontecer pormenorizadamente (ex.: "Primeiro vamos almoçar, depois temos de ir ao supermercado e, por fim, voltamos para casa").

Com a transformação do pensamento intuitivo em operatório, a memória da criança assume um papel relevante, permitindo-lhe organizar sequências de ações, apesar de não conseguir avaliar a duração dos intervalos de tempo que separam dois acontecimentos.

Hall (1996) revela que o desenvolvimento da noção de tempo encontra-se "totalmente dependente não apenas do modo como a cultura se desenvolve, mas também do modo como os membros dessa cultura percebem o meio que os rodeia". (p. 13) Nesse sentido, o desenvolvimento da noção de tempo é o resultado de um processo de maturação, a nível intelectual.

As realidades «espaço» e «tempo» surgem, constantemente, interligadas. Ao pensarmos numa é quase impossível não nos lembrarmos da outra, são parceiras. No entanto, Siraj-Blarchford (2004) explica que existe "uma diferença óbvia entre a percepção de «lugar» e a percepção de «tempo passado», é que os locais existem aqui e agora e podem ser experienciados, mas o passado, de certa forma, já «passou» (...)" (p. 115) Ao recordamos um determinado sítio, podemos lá regressar e viver, novamente, essa experiência. As nossas memórias não podem ser vividas novamente. Por muita vontade que possamos ter em reviver esses momentos, não pode ser igual ao que já passou. Na verdade, é isso mesmo, já passou, não podemos repetir. A única coisa a fazer é guardar estes momentos nas nossas memórias, para que possamos viver o presente alimentando-nos do passado. O mesmo autor ressalva que "esta é, aparentemente, uma das características da História que fez com que algumas pessoas fossem levadas a pensar que é demasiado abstracta para as crianças." (p. 115)

A indiferenciação inicial da ordem temporal e da ordem espacial é mesmo tão forte que os progressos obtidos pela criança, na descoberta da sucessão dos acontecimentos, se encontram estritamente ligados aos de coordenação espacial dos movimentos, na construção gradual do grupo empírico dos deslocamentos. (Piaget, 1946, p. 294)

A percepção do tempo está diretamente associada à compreensão dos intervalos que separam os acontecimentos. Piaget (1946) defende que "para que a duração seja compreendida operatorialmente é necessário que os intervalos de tempo correspondam

univocamente a um sistema de sucessões e de simultaneidades." (p. 47) Os intervalos de tempo são de difícil compreensão para as crianças, no sentido em que não conseguem ter percepção do início e fim dos períodos de tempo. É nesta coordenação de, pelo menos dois movimentos que, se iniciam, as relações propriamente temporais. O que ocorre no intervalo de tempo, influencia a percepção da duração do mesmo, na medida em que os julgamentos são elaborados com base nos resultados obtidos. Deste modo, explica-se a imprecisão do julgamento e a dificuldade que a criança revela em compreender e interpretar as suas ações. Segundo Jacques Montangero (1977) "por volta dos 4, 5 anos, a criança utiliza alguns sentimentos de tempo, que podem consistir quer no trabalho executado, distância percorrida, número de objectos deslocados, quer na quantidade das mudanças imaginadas no curso da acção". (p. 38) Para o autor, a duração pode ser apreciada através do designado "sentimento de tempo", que se traduz no modo afetivo de sentir o tempo. Deste modo, o mesmo autor explica que uma criança que se situa na faixa etária entre os cinco e os seis anos é capaz de perspetivar, aproximadamente, os intervalos de tempo e de verificar que existe regularidade em alguns horários. Quando uma criança relata uma história, situa os acontecimentos num determinado momento, encadeando a sucessão das ações, repetindo, por diversas vezes, a expressão "e depois... e depois...".

A aprendizagem do tempo integra, portanto uma lógica, que é dirigida pelas experimentações que a criança desenvolve, através das quais começa a organizar as estruturas lógicas, fundamentais para a aquisição da noção de tempo.

A estruturação das noções de tempo é um aspeto importante para a compreensão de diferentes áreas, de entre as quais, a História enquanto ciência e enquanto disciplina (área disciplinar em que se centra esta investigação), sendo esta explorada a partir das questões cronológicas que lhe estão associadas. Este aspeto será desenvolvido no subcapítulo que se segue.

2.3. O FRISO CRONOLÓGICO COMO RECURSO EDUCATIVO

2.3.1. Da História Ciência à História Disciplina: Aplicabilidade/Adequabilidade

A natureza da História é marcada a partir da relação passado-presente-futuro. O tempo histórico define-se a partir das vivências, vincado pela diversidade de aspetos e dimensões. Carlo Maria Cipolla (1989) revela que o pensamento histórico se traduz nas seguintes capacidades: "identificar e explicar permanências e rupturas entre passado, presente e perspectivas de futuro; a capacidade de relacionar acontecimentos e seus estruturantes de durações e ritmos diferenciados; identificar ainda simultaneidade de acontecimentos no tempo cronológico." (p. 99)

A consciência de um passado histórico revela-se a partir de investigações feitas pelo historiador. No entanto, tratando-se de um tempo que já passou, a sua análise é feita com base em suportes físicos que restaram do passado, tais como documentos, pinturas, objetos. É a partir destes materiais que existem, atualmente, que o historiador constrói um relato do que ocorreu no passado.

As fronteiras do termo História são incertas. Designa quer o passado humano, quero o conhecimento desse passado (...) O historiador trabalha num constante vai-e-vem entre o seu presente, no qual ele insere a sua prática e a sua reflexão, e o passado que é o *objecto* do seu trabalho. (Suzanne Citron, 1990, p. 39 e 40)

A dimensão do tempo histórico vai além dos instrumentos que utilizamos no quotidiano como medidores do tempo (relógios, calendários, ampulhetas). Na verdade, não existe um ponto na História que defina o seu início e o seu fim. Klein (2007) salienta que "a História ensina-nos que a medida das durações é muito anterior à elaboração do conceito de tempo físico." (p. 15) A cronologia permite que identifiquemos a sucessão dos acontecimentos.

O tempo histórico não pode existir sem referência às unidades de tempo cronológico. A datação é um processo indispensável, sendo que localiza o mundo histórico. Marlene Rosa Cainelli (2008) defende que "nas interpretações historiográficas, a noção de causa e efeito faria parte da noção de tempo, trabalhada a partir de uma historiografia tradicional que não conseguia romper com a ideia de linearidade (...)" (p. 139)

De forma inconsciente, ou não, a noção de periodização desenvolve-se com o estudo da História, uma vez que é importante que, para a sua compreensão, se "divida" o tempo em períodos. Apesar destes serem estudados singularmente, são suportados por um estudo global do tempo histórico, estabelecendo-se relações entre estes. Diversos momentos na História são marcados por acontecimentos históricos que se desencadearam simultaneamente, por vezes, em espaços diferentes.

A História enquanto ciência baseia-se, não só na reconstituição do passado, como também na interpretação expressa em narrativas, apelando ao despertar da curiosidade e da imaginação histórica. Jacques Le Goff (1977) revela que "a melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é constituída pelo facto de que necessita de técnicas, de métodos e que é ensinada." (p. 100)

O ensino da História exige uma especial atenção no que se refere à questão do tempo. Ensinar História envolve um trabalho permanente com o tempo.

Com efeito, a construção da concepção de tempo acaba por ser um aspeto essencial no ensino da História. Pinto (2001) afirma que "o tempo é uma variável fundamental no acto de aprendizagem, um elemento significativo e identificativo de políticas, teorias e práticas, mas que tem sido pouco observado e pouco estudado no plano pedagógico." (p. 13) A reflexão acerca do tempo e os significados que este conceito envolve, podem ser utilizados pelos(as) alunos(as) para se contextualizarem com o tempo histórico.

A ponte entre o "passado e o "presente" é estabelecida a partir da disciplina de História. Segundo Magda Madalena Tuma *et al* (2010) "(...) as crianças buscam imprimir ao "presente" uma diferenciação em relação à sociedade de outros tempos, destacando a modernidade da atualidade para a demarcação de diferenças em relação ao tempo passado." (p. 363)

Deste modo, os(as) alunos(as) necessitam de estruturar as noções de tempo para a compreensão dos conteúdos relacionados com a História. Nesse sentido, os recursos educativos são uma forma de apoiar as crianças, no desenvolvimento da consciência de

temporalidade, tratando-se de representações concretas. De entre os diversos recursos educativos, destaco o friso cronológico que é explorado no subcapítulo seguinte.

2.3.2. Conceito de Friso Cronológico como Recurso Educativo

O desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas é um desafio para os(as) profissionais da educação, vivendo em constante atualização relativamente às metodologias que utilizam. Selecionei o friso cronológico, de entre um conjunto muito vasto de recursos educativos, dos quais destaco aqueles que ponderei explorar com esta investigação. São estes: o manual escolar, as Tecnologias de Informação e Comunicação, a iconografia, a banda desenhada e o filme.

O manual escolar como recurso educativo no ensino da História e Geografia de Portugal foi a primeira hipótese que coloquei ao repensar no tema desta investigação, tendo em conta as vantagens e desvantagens que operam na sua utilização. Este recurso educativo estabelece uma correspondência com o(a) professor(a) e o Currículo Nacional, permitindo que o(a) docente se mantenha em contacto com os conteúdos a lecionar. Também para os(as) alunos(as) serve como "guião" da matéria trabalhada nas aulas. João Lima (2010), no Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino e Geografia do 3.º Ciclo e Ensino Secundário, realizado no Instituto de Educação da Universidade do Minho, esclarece que "enquanto instrumento de trabalho, o manual escolar apresenta-se como um grande centro de mensagens, valores, sendo por vezes implícitas as intenções e perspectivas dos autores ou do regime político-cultural vigente." (p. 1) Deste modo, recorrendo ao manual escolar, o(a) professor(a) "corre o risco" do mesmo ir contra os seus ideais, transmitindo às crianças outros valores que não são os seus. O autor esclarece ainda que este recurso educativo só deve ser usado se o(a) docente refletir sobre o mesmo e estabelecer o conteúdo científico que pretende abordar, não podendo ser encarado como o único recurso, pois, "(...) não pode ser encarado como guião único, possuidor de todas as orientações, ou ser seguido de forma cega ou dogmática." (p. 7)

Numa altura em que as TIC começam a ganhar, cada vez mais evidência, também considere a hipótese de explorar este recurso educativo. Ana Sofia Duarte (2013) na Dissertação de Mestrado em Educação, realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, refere que "a disciplina de História é complexa e exige que os alunos "desconstruam" os conhecimentos e que se confrontem com diferentes perspetivas face a um mesmo acontecimento e a partir daí construam os seus próprios conhecimentos." (p. 7). Esta é uma questão que também procuro desenvolver na minha prática, no sentido em que considero que os conteúdos lecionados nesta disciplina se tornam demasiado abstratos para os indivíduos da faixa etária a que se destinam, existindo uma necessidade de apoiar o seu ensino/aprendizagem com recursos educativos significativos para os(as) alunos(as), neste caso, as TIC. Segundo a autora, "estas novas gerações de estudantes tendem a revelar-se muitas vezes altamente capazes de atuar com as tecnologias (...)", a mesma prossegue o seu raciocínio indicando que "(...) as novas tecnologias potenciam a consciência crítica, permitindo aos alunos fazer uma ponte entre o passado e o presente (...) poderão formular raciocínios de causa efeito, percebendo os acontecimentos de forma estrutural." (p. 7)

A iconografia é a ciência que estuda a origem e a produção de imagens. O recurso a imagens no ensino da História e Geografia de Portugal pode tornar-se um recurso ilustrativo, apoiando os(as) alunos(as) na construção do seu pensamento histórico. Maria Remédio (2012) na Dissertação de Mestrado em Didática da História afirma que "os meios audiovisuais permitem despertar a curiosidade dos alunos, devido ao facto das aulas se tornarem menos rígidas e do impacto que as imagens causam junto dos mesmos." (p. 18) No processo de descodificação das imagens é necessário que ocorra uma leitura da obra e, simultaneamente, uma pesquisa biográfica do artista que a reproduziu, sendo que "na análise de uma imagem não interessa apenas saber o que se vê, mas como se vê." (p. 18) A análise iconográfica exige, portanto, um conhecimento profundo dos temas e conteúdos a lecionar. Assim, a seleção das imagens deve ser cuidadosamente feita pelo(a) professor(a), tendo também em conta a sua adequação aos conteúdos programáticos. A autora revela ainda que "certas obras podem ser muito relevantes para o estudo de um dado tema, mas a sua difícil leitura pode na aula não ser

eficaz.", a mesma justifica esta questão com "(...) as características do público-alvo e o nível de aprofundamento que o programa propõe em cada abordagem." (p. 121) As imagens são, portanto, entendidas como representações gráficas do conhecimento científico, contudo, a sua utilização requer uma análise meticulosa, no sentido em que pode colocar em causa o rigor científico que se pretende transmitir.

A banda desenhada ilustra, de modo lúdico, os conteúdos lecionados, permitindo que os(as) alunos(as) organizem as suas imagens mentais relativamente a outras épocas históricas, para que possam ser melhor compreendidas. Ana C. C. Mota (2012) no Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino da História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, realizado no Instituto de Educação da Universidade do Minho, destaca inúmeras vantagens da utilização deste recurso educativo, a saber: "a componente visual e literária presente na BD faz com que o leitor se torne mais recetivo (...) as palavras têm um tratamento plástico fora do vulgar, devido à forma como são colocadas." (p. 9) A autora salienta também outros benefícios da banda desenhada como o desenvolvimento da criatividade e o despertar da imaginação. No que diz respeito à utilização deste recurso na disciplina de História, indica que:

A BD possibilita ver a história desde ângulos distintos àqueles apresentados pelo texto escrito, e a sua grande vantagem deriva da sua índole eminentemente visual e a diminuição de textos, visto que as imagens substituem as longas descrições de lugares, personagens ou trajes que exige, inevitavelmente, uma novela se quer que o leitor se situe na história. (Mota, 2012, p. 14)

O(a) docente necessita de ter em consideração o modo como estabelece a ponte entre a ficção, presente na Banda Desenhada e a realidade. Também a faixa etária dos(as) alunos(as) pode ser uma condicionante na utilização da este recurso educativo, uma vez que a maturidade que revelam é um aspeto relevante para a distinção entre o real e a ficção.

No mesmo sentido, com uma visão que também pode incidir na ficção, existe o filme como recurso educativo. Apesar de ser visto com uma vertente de entretenimento, também pode contribuir para o conhecimento científico. Pedro Pereira (2012) no Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino da História e de Geografia no 3.º Ciclo do

Ensino Básico e Secundário, feito no Instituto de Educação da Universidade do Minho, aponta o filme como "um instrumento que poderá permitir retratar as paisagens, as dinâmicas sociais e culturais de uma época, e - como qualquer produção humana - que compreende no processo interpretativo a influência daqueles que fizeram o filme na construção da realidade registada." (p. 9) De forma a que a aprendizagem desenvolva o conhecimento científico dos(as) estudantes, o autor ressalva a importância do papel do(a) professor(a), no sentido em que é o responsável por construir a ligação entre o conteúdo do filme e o que pretende que os(as) alunos(as) aprendam, sendo que "é (...) uma ferramenta que está muito próxima do aspeto lúdico, podendo por isso, sobrepor-se ao rigor científico, impossibilitando ou dificultando o desenvolvimento de um pensamento crítico" (p. 11). O autor alerta ainda para uma questão a ter em consideração na utilização deste recurso como educativo, sendo esta "a duração do filme que geralmente é mais extensa que a própria aula, que se passado totalmente impossibilita a realização de um debate imediato." (p. 11)

Perante este abrangente leque de opções que poderiam ser exploradas, optei pelo friso cronológico. Uma das razões que sustentam esta escolha prendem-se com a informação disponível acerca deste recurso educativo. Apesar de ser utilizado com frequência nas escolas (estando, frequentemente, incluído nos manuais escolares), são poucos os(as) autores(as) que o exploram, tanto na área da educação/ensino, como em outras áreas afins. Assim, considereei que seria interessante desenvolver uma investigação com base neste recurso educativo, como tentativa de inovação e também como possível apoio aos meus futuros colegas e profissionais de educação, para que se sintam orientados e motivados em experimentar/utilizar o friso cronológico nas práticas.

Para além do que já mencionei anteriormente, o friso cronológico é um recurso educativo que se utiliza para localizar temporalmente, de forma mais visível, os acontecimentos e factos históricos. Este recurso educativo estabelece a ligação entre a História enquanto ciência e a História enquanto disciplina, no sentido em que os conteúdos que representa devem ter rigor científico. Antes da construção/utilização do friso cronológico, é importante que se tenha em consideração e se explore a informação

que se pretende representar com este recurso educativo, havendo, portanto necessidade de recorrer à História enquanto ciência para se verificar a fiabilidade dos conteúdos a serem trabalhados. Numa fase seguinte, esta informação é apresentada às crianças, a partir da implementação do friso cronológico em sala de aula.

Através do friso cronológico pode, em níveis de escolaridade mais básicos, representar-se o tempo cronológico. Este fornece informações rápidas, destacando as datas e acontecimentos considerados pertinentes, apoiando, deste modo, os(as) alunos(as) na estruturação das noções de tempo.

Os(as) alunos(as) que frequentam o 2.º Ciclo do Ensino Básico, encontram-se "(...) num período em que o raciocínio se efectua ao nível das operações concretas, apoiado em experiências vividas afectivamente." (p. 77). Nesse sentido, de forma a que as crianças fiquem contextualizadas com o conceito de tempo, para que "(...) desenvolvam atitudes que favoreçam o seu conhecimento do presente e do passado (...)" (Programa de História e Geografia de Portugal, 1991, p. 77), o friso cronológico poderá ser utilizado como recurso para se atingir esta finalidade.

Com a utilização deste recurso educativo, os(as) alunos(as) têm um suporte físico/concreto onde podem visualizar os aspetos temporais estudados nas sessões de História e Geografia de Portugal em todos os ciclos de ensino. Poderá, portanto, funcionar como um recurso de apoio para o desenvolvimento da consciência de temporalidade, sendo que, desta forma, as crianças conseguem ter melhor perceção da duração dos acontecimentos, bem como a datação.

Com a construção do friso cronológico (...) pretende-se que os alunos localizem no tempo os acontecimentos mais importantes da história nacional e os situem em relação uns aos outros e, eventualmente, em relação a acontecimentos de âmbito local. Pretende-se, ao mesmo tempo, superar os cortes cronológicos que resultam do facto de os subtemas propostos não serem rigorosamente contínuos." (Programa de História e Geografia de Portugal, 1991, p. 94)

O recurso ao friso cronológico, em sala de aula, revela inúmeras vantagens, de entre as quais, a ordenação temporal dos temas históricos estudados. Muitas vezes, os(as) alunos(as) encontram "pedaços" de informação desta disciplina que não se encontram

interligados, temporalmente. Consequentemente, desenvolvem uma percepção de uma História que se encontra fragmentada, não tomando consciência de que estes temas ocorreram segundo uma sucessão cronológica, reduzindo o envolvimento das crianças com esta disciplina. O friso cronológico permite a identificação mais visual e a organização cronológica dos temas estudados, a partir de uma visualização enriquecedora e atrativa.

O Programa de História e Geografia de Portugal salienta, ainda, a importância de serem os(as) alunos(as) a construir o friso cronológico, de modo a que consigam analisar a informação que este recurso representa, utilizando-o como apoio à aquisição/desenvolvimento da consciência de temporalidade.

Feita uma breve abordagem ao friso cronológico, enquanto recurso educativo, segue-se uma exploração do modo como outros autores exploram o conceito de tempo e este recurso educativo, quer na área da educação quer em outras áreas afins, no subcapítulo que se segue.

2.4. O Friso Cronológico nas Práticas

O conceito tempo em sala de aula, é abordado por diversos autores que se apoiam noutras estratégias e recursos educativos. Isabel Cláudia Nogueira (2006) tem um artigo que integra a grandeza tempo na área de Matemática no 1.º Ciclo do Ensino Básico, referindo que "localizar, definir e organizar o Tempo aparecem assim, naturalmente, no que se preconiza para as explorações sobre o Tempo no âmbito do actual currículo para a Matemática no 1.º Ciclo do Ensino Básico." (p. 73) A autora esclarece que a grandeza tempo deve ser, inicialmente, abordada, a partir dos instrumentos de medição existentes, indicando que "as actividades relacionadas com a medição do Tempo devem fazer com que o aluno seja capaz de seleccionar, de maneira adequada e autónoma, os instrumentos de medida e de realizar correctamente o processo, indicando o resultado dessa experimentação." (p. 75) A mesma revela que a influência das restantes áreas curriculares na contextualização dos(as) alunos(as) com esta grandeza, é um aspeto

fundamental para a sua apropriação. Assim, "as áreas do Estudo do Meio e da Expressão e Educação Físico-Motora e Plástica parecem construir excelentes pontos de partida para a contextualização e justificação da existência de processos de medição do Tempo nas salas de aula do 1.º Ciclo (...)." (p. 81)

Na área de Português também se pode abordar a questão do tempo. Bruna I. J. Plácido (2010) identifica as diferenças entre dois tempos, explicando que "o tempo cronológico é o tempo vivido, o tempo dos acontecimentos, disposto socialmente através de calendários. Por seu turno, o tempo linguístico é o tempo estabelecido, pelo locutor, no momento da enunciação, aceite e compartilhado pelo seu interlocutor." (p. 8) Na dissertação do Mestrado em Letras: Área de Português como Língua Segunda e Estrangeira, intitulada "A Aquisição do Campo Semântico do Tempo em Português Língua não Materna", apresentada na Faculdade de Letras de Coimbra, esta autora foca-se neste último. Assim, o seu estudo baseia-se na análise da expressão do tempo nas produções escritas de alunos(as) de Português Língua não Materna, principalmente, dando relevância à escrita narrativa destes indivíduos.

No que diz respeito ao friso cronológico, a sua presença como recurso educativo vem sendo seguida, mais frequentemente. Contudo, existe pouca investigação acerca do mesmo. É, comumente visto como um recurso inovador, que facilita a visualização, sistematização e estruturação temporal dos conteúdos lecionados.

Cristina Sacramento (2014) no Relatório Final do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos dos Ensino Básico sobre o desenvolvimento de competências de recolha e tratamento da informação na aprendizagem de HGP no 1.º e 2.º CEB, apresentado na Escola Superior de Educação de Lisboa, revela como utilizou o friso cronológico numa das aulas que desenvolveu no estágio curricular. O público-alvo foi uma turma do 5.º ano de escolaridade, numa escola situada na zona centro de Lisboa. A aplicação do friso cronológico ocorreu numa aula de História e Geografia de Portugal, cujo tema era "Os Romanos na Península Ibérica - Resistência e Romanização". A autora relata como procedeu, referindo que "(...) em primeiro lugar procedeu-se ao ensino explícito das unidades fundamentais de medida do tempo histórico (ano e século) e do método de

datação (a.C. e d.C.) com o objetivo de se realizar uma atividade de construção de um friso cronológico." (p. 28) Assim, antes de propor a tarefa em que iria utilizar este recurso, optou por elaborar uma breve revisão acerca das unidades fundamentais de medida do tempo histórico. Após este momento, esclarece que, seguidamente, apresentou à turma, alguns frisos cronológicos, indicando aos(as) alunos(as) a utilidade dos mesmos. Relativamente a esta atividade, apesar de não ter procedido do mesmo modo no presente estudo, na fase inicial também senti a necessidade de dialogar com os(as) alunos(as) acerca das unidades temporais, sendo este o assunto que abordei logo na primeira sessão. É muito importante esta abordagem inicial, que serve de alicerce à estruturação da noção de temporalidade.

Também Marisol dos Reis Marques (2012) descreve como recorreu ao friso cronológico nas aulas que lecionou durante o estágio curricular do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico feito na Escola Superior de Bragança. Relativamente ao contexto, o trabalho decorreu numa turma do 6.º ano de escolaridade numa escola situada na zona de Santa Maria da Feira. Mais uma vez, este recurso educativo foi utilizado numa das sessões de História e Geografia de Portugal, no subtema a "Implementação da República". Marques (2012) recorreu ao friso cronológico como forma de sistematização final dos conteúdos abordados na aula. A autora descreve como procedeu: "apresentei um cartaz que mostrava um friso cronológico sobre acontecimentos relevantes sobre a queda da monarquia e a 1.ª República." (p. 81) O intuito da autora era, como esclarece, avaliar os conhecimentos dos(as) alunos(as) durante a aula. Prossegue a explicação referindo o que fez posteriormente: "apresentei os respetivos acontecimentos em pequenos cartões, convidando os alunos para o seu preenchimento e posterior colocação no friso." (p. 81) O produto final, elaborado pelas crianças, individualmente, foi colocado nos cadernos diários, para que as crianças ficassem com o registo. Nesta situação, o friso cronológico funcionou como um recurso para a sistematização da sessão, para que os(as) alunos(as) ficassem com o registo dos "acontecimentos-chave" que se destacaram naquele subtema.

Na mesma situação que as anteriores autoras, Maria da Luz P. Calixto (2012) explica o modo como recorreu ao friso cronológico nas aulas que lecionou, durante o estágio curricular do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico realizado na Escola Superior de Educação de Bragança. Apesar de não revelar a escola onde aplicou o estudo, informa que o trabalho se desenvolveu junto de uma turma do 6.º ano de escolaridade, numa sessão de História e Geografia de Portugal, cujo tema era "Salazar e o Estado Novo". Após um breve esclarecimento de como decorreu a parte inicial da aula, a autora relata como utilizou o friso cronológico:

Apresentei no quadro um friso cronológico construído por mim (...), e pedi a um aluno para ir assinalar a data em que Salazar foi convidado a fazer parte do Governo como ministro das finanças (1928), os restantes alunos assinalaram no friso cronológico anexado ao manual escolar." (p. 59)

Seguidamente, a aula decorreu com uma exposição oral, por parte da autora, explicando como decorreu o período de Salazar, enquanto chefe de governo, indicando às crianças que assinalassem no friso cronológico as datas que ia referindo. Todos os frisos cronológicos necessitam de se basear num determinado tema. Neste caso, o tema da sessão foi o eleito para a construção do friso cronológico, tendo sido datados os momentos que a autora elegeu como os mais marcantes. A utilidade do friso cronológico, neste caso, centra-se na consolidação dos conhecimentos por partes dos(as) alunos(as) sobre um tema específico da História e Geografia de Portugal na contemporaneidade.

Apesar das autoras acima mencionadas recorrerem ao friso cronológico como recurso educativo, este pode ter uma funcionalidade diferente, não necessitando de ser exclusivamente utilizado no campo da educação. Ana M. A. B. Sousa (2013), na tese de Mestrado em Ciências da Educação, feito na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, apoia-se neste recurso para descrever o seu percurso profissional, definindo, para essa finalidade, tal como a mesma relata: "os pontos significativos do meu percurso profissional que pudessem constituir contributos para uma dinâmica construtiva e consequente no meu trajeto enquanto docente (...)." (p. 52) Assim, Sousa (2013) comprova que o friso cronológico poderá ter uso diverso, sendo,

neste caso, um método de identificar o seu trajeto profissional, localizando, temporalmente, os momentos mais marcantes da carreira de alguém.

Com uma visão mais próxima à deste estudo, Carlos J. M. Fertuzinhos (2004), centra a sua atenção nas funcionalidades do friso cronológico, tendo recorrido a este recurso numa turma do 4.º ano de escolaridade, de uma escola na zona de Guimarães. O autor esclarece que "as linhas de tempo e os frisos cronológicos são muito úteis e necessários, pois os alunos apresentam muitas dificuldades em compreender o tempo histórico." É de salientar que esta foi uma das motivações que me conduziu à produção deste estudo. "(...) Por esse motivo, e tendo sempre presente o sucesso do processo ensino-aprendizagem, começo por pedir aos alunos que indiquem os acontecimentos mais marcantes das suas vidas." (p. 289) Posteriormente, com essa mesma finalidade, o autor propôs aos(as) alunos(as) que construíssem um friso cronológico acerca de si, destacando os pontos significativos que tinham referido anteriormente. Prossegue, esclarecendo que "deste modo, encontram-se mais aptos [os alunos] para o estudo da História e Geografia de Portugal, cujos acontecimentos mais marcantes também se podem apresentar em frisos cronológicos." (p. 289) Este autor é, de entre os que enunciei, aquele de quem mais me aproximo, relativamente ao modo como utiliza o friso cronológico em sala de aula, esclarecendo que "grande parte dos alunos não consegue construir mentalmente um friso cronológico dos acontecimentos durante a leitura que realizam. Entendem os acontecimentos isoladamente. Mas, na sua maioria, não são capazes de os ligar com outros temas." (p. 19)

Considero pertinente acrescentar que durante o período de redação do presente relatório participei no Seminário de Investigação "Entre a Teoria, os Dados e o Conhecimento: Investigar práticas em contexto", que teve lugar a 30 de outubro de 2014 na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Tive a oportunidade de realizar uma breve apresentação acerca deste estudo, numa fase em que estava a ser desenvolvido. Esta comunicação foi benéfica, especialmente no período em que ocorreu, uma vez que me possibilitou uma primeira experiência de divulgação deste estudo ao público. Permitiu-me dar a conhecer a outras pessoas o projeto que estava a

desenvolver. Poderia ter sido visto também, como uma forma de ser confrontada com possíveis questões que pudessem surgir, que poderiam ser um apoio para aperfeiçoar este relatório, o que acabou por não acontecer, uma vez que me foi colocada apenas uma questão: "Na definição do conceito de tempo recorreu a outras áreas para além da História e Geografia de Portugal?". Em resposta, indiquei que sim, dando como exemplo a Física, enquanto ciência, no que diz respeito aos movimentos de rotação e de translação da Terra, responsáveis pela contagem dos dias e dos anos, respetivamente. Também a Sociologia, visto que a perceção temporal que cada indivíduo tem é influenciada pela sociedade onde se encontra, como se pode verificar através das estações do ano: no mundo ocidental existem quatro estações, ao passo que na Nigéria existem duas estações correspondentes, cada uma, a meio ano, ao contrário da Índia que tem seis. A Psicologia tem também um papel de destaque na perceção que temos do tempo. Tomemos como exemplo a questão do tempo psicológico, referido anteriormente, que evidencia que a perceção que temos do tempo é influenciada pelo momento que estamos a viver. A nível religioso também se destaca alguma influência do tempo, como é o caso da Páscoa, uma data assinalada nos calendários ocidentais, que tem um carácter religioso, inicialmente judaico e, posteriormente, adotado pelos cristãos, sendo assinalado ao domingo (o primeiro dia da semana em Portugal).

O friso cronológico é, assim, o recurso educativo sobre a qual centro este estudo e utilizo-o, como referi anteriormente, de uma forma que se aproxima a esta última abordagem de Fertuzinhos (2004) mas difere dele em relação à informação que o friso cronológico representa.

3 - METODOLOGIA

Neste capítulo descrevo as opções metodológicas que me guiaram ao longo da construção, aplicação e reflexão deste estudo. Primeiramente, caracterizo o contexto escolar onde se desenvolveu este projeto, fazendo também referência à turma e à professora cooperante que estiveram envolvidos(as). De seguida, elaboro uma descrição dos procedimentos utilizados na recolha de dados, indicando as técnicas e métodos que usei. Concluo com a descrição dos processos de análise dos dados.

3.1. CONTEXTO E PARTICIPANTES

A presente investigação desenvolveu-se durante o ano letivo 2013-2014, com uma turma de 5.º ano de escolaridade de uma Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo, na qual efetuei o estágio curricular, ao longo de dez semanas.

No decurso do estágio, tive a oportunidade de recolher os dados para esta investigação durante quatro semanas, correspondentes ao período entre 28 de abril e 23 de maio de 2014.

3.1.1. CONTEXTO

A Escola pertence ao Agrupamento Vertical de Escolas Pinhal de Frades, situado no concelho do Seixal, distrito de Setúbal.

A localidade onde se situa a Escola fica a, aproximadamente, nove quilómetros do concelho do Seixal, sendo uma área residencial, numa zona de comércio local de pequena escala e do tipo familiar. Na década de sessenta do século passado, ocorreu um acréscimo significativo da população, relacionado com a melhoria das acessibilidades e do sistema de transportes em relação à área metropolitana de Lisboa.

A instituição escolar onde decorreu este estudo foi inaugurada em 10 de outubro de 1995. No ano letivo 2003/2004, foi constituída escola sede do Agrupamento pelo despacho da Diretoria Regional de Educação de Lisboa de 30 de julho de 2003, conforme ofício número 7185 de 5 de agosto de 2003.

Segundo o Projeto Educativo, o espaço escolar encontra-se distribuído, atualmente, por três blocos onde se localizam quatro laboratórios de Ciências Físico-Naturais, duas salas de Educação Tecnológica, duas salas de Educação Visual, duas salas de Educação Visual e Tecnológica, duas salas de Música, dois campos de jogos, três salas de Informática, uma Biblioteca Escolar, um Auditório e um espaço multiusos (onde decorrem as aulas de Educação Física quando as condições atmosféricas não permitem a prática exterior, ou aula de acompanhamento). Existe, ainda, um outro bloco separado, destinado aos balneários.

Atualmente, tal como indica o documento mencionado anteriormente, a população anual da escola é constituída por cerca de 980 alunos(as) do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. No entanto, a Escola tem, neste momento, mais alunos(as) do que o esperado, ultrapassando a capacidade que se previu, inicialmente, para a mesma. Esta situação compromete a distribuição equilibrada da carga horária para alunos(as) e docentes e impede a atribuição de salas específicas para o desenvolvimento de projetos extracurriculares. Alguns serviços prestados são, também, condicionados, nomeadamente, o refeitório, a papelaria e o bufete.

3.1.2. TURMA E PROFESSORA COOPERANTE

Este estudo foi realizado com alunos(as) de uma turma do 5.º ano de escolaridade, constituída por vinte e três crianças, sendo doze do género feminino e onze do masculino, com idades compreendidas entre os dez e os treze anos. Todas as crianças são de nacionalidade portuguesa.

Em relação ao nível de desenvolvimento e aprendizagem, trata-se de uma turma homogénea, revelando níveis e ritmos de aprendizagem semelhantes. Contudo, duas alunas ficaram retidas no 5.º ano de escolaridade, no ano letivo anterior, e, como tal, foram inseridas na turma.

Estão integradas três crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), abrangidas pelo Decreto de lei 3/2008, por dislexia identificada por relatório e problemas de relacionamento pessoal. Uma destas alunas é acompanhada pela docente do ensino especial e frequenta um Currículo Específico Individual (CEI).

No que diz respeito à disciplina de História e Geografia de Portugal, segundo a professora cooperante desta área, os(as) alunos(as), de um modo geral, no início deste estudo, revelavam algumas dificuldades relativamente ao vocabulário envolvido, não identificando o significado de alguns conceitos históricos e, para além disso, a sua consciência de temporalidade encontrava-se, ainda, pouco desenvolvida.

A professora cooperante da disciplina de História e Geografia de Portugal leciona também Português a estes(as) alunos(as). Para além destes cargos, tem ainda a função da Direção desta turma. Ao longo do período de estágio desenvolvi diversas conversas informais com a docente, no sentido de me apoiar neste estudo e nas planificações das sessões.

A nível dos recursos educativos que utiliza nas aulas de HGP, centra-se, preferencialmente, no manual escolar, justificando que se tratava do recurso educativo mais fiável e que lhe permite abordar os conteúdos no tempo previsto. Quando revelei à professora cooperante a hipótese de utilizar o friso cronológico nas aulas que se destinavam à recolha de dados para este estudo, revelou interesse nesta abordagem, confessando que uma das maiores dificuldades das crianças, na aprendizagem da disciplina de HGP, se relaciona com a questão da temporalidade, tal como refere na entrevista que analiso mais adiante (c.f. p. 103 - 105). Contudo, durante estas sessões, sentiu necessidade de me propor o recurso ao manual escolar, sendo que o friso cronológico seria utilizado apenas quando houvesse tempo disponível, fundamentando,

compreensivelmente, que apenas o manual escolar poderia apoiar as crianças e era um recurso que lhe permitia não se "atrasar" na planificação prevista.

3.2. OPÇÕES METODOLÓGICAS GERAIS

Segundo Arménio Martins Fernandes (s/d) a investigação tem como objetivo geral arranjar estratégias de resolução para os problemas que podem surgir num determinado contexto e, para isso, utiliza teorias, conceitos, técnicas e instrumentos. Neste sentido, este estudo visa apoiar os(as) alunos(as) na estruturação da noção de temporalidade, uma vez que esta era uma das maiores dificuldades apresentadas pela turma, em relação à disciplina de História e Geografia de Portugal.

Judith Bell (1997) esclarece que "a abordagem adoptada e os métodos de recolha de informação seleccionados dependerão da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretenda obter". (p. 20) Atendendo às suas características, este estudo enquadra-se numa abordagem qualitativa interpretativa, uma vez que o mesmo é sustentado pela interpretação que faço acerca do modo como pensam e agem os(as) alunos(as).

Os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objectivo de perceber "aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem. (Psathas, 1973 citado por Robert Bogdan & Sari Biklen, 1994, p. 51)

A abordagem qualitativa não requer nenhum plano prévio detalhado, de forma a evitar iniciar-se um estudo com hipóteses previamente organizadas.

Bogdan & Biklen (1994) salientam a importância da frequência do investigador nos locais de estudo indicando que "(...) as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência." (p. 48). Assim, o ambiente onde decorre a investigação constitui um instrumento fundamental. Cabe ao investigador tentar envolver-se no contexto, dando-se a conhecer e registando, sistematicamente, tudo aquilo que ouve e observa.

No decorrer da ação, a fonte dos dados a investigar ocorre no próprio ambiente de sala de aula, onde os dados se apresentam, maioritariamente, com um carácter descritivo, procurando dar maior relevância ao processo do que, propriamente aos resultados obtidos, mantendo-se o(a) investigador(a) sempre em interação com os participantes.

Esta abordagem insere-se numa vertente da investigação ação, que João Pedro da Ponte (2002) define como uma "(...) sucessão de ciclos envolvendo uma descrição dos problemas existentes num dado campo social, seguidos da elaboração de um plano de acção, da colocação desse plano em prática e da respectiva avaliação." (p. 6) O(a) professor(a) é confrontado(a), constantemente, com a necessidade de se envolver em investigação, derivada de situações problemáticas que surgem.

A investigação-acção não é um método nem uma técnica. Consiste numa abordagem que se revela particularmente atraente para os educadores devido à sua ênfase prática na resolução de problemas devido ao facto de serem profissionais (...) a levarem a cabo a pesquisa e esta visar um maior entendimento e aperfeiçoamento do desempenho durante um certo período de tempo. (Bell, 2002, p. 22)

Este processo envolve dinâmica e abertura para se reajustar o que se tinha previsto inicialmente. Por essa razão, não exige uma planificação prévia rígida, sendo que, constantemente, poderá sofrer alterações, dependente das necessidades que forem surgindo. Assim, Lúcia M. P. Esteves (2008) afirma que "a investigação-acção (...) é um processo dinâmico, interactivo e aberto aos emergentes e necessários reajustes, provenientes da análise das circunstâncias e dos fenómenos em estudo." (p. 82)

Bogdan e Biklen (1994) indicam que "a investigação-ação é um tipo de investigação aplicada no qual o investigador se envolve activamente na causa da investigação." (p. 293) Ou seja, o investigador envolve-se ativamente com a realidade com que está a contactar, focalizando-se num determinado aspeto, com vista à sua interpretação e possíveis alterações.

3.3. PROCESSO DE RECOLHA DE DADOS

Depois de definir o tema, identificar as questões de investigação e especificar os objetivos, comecei a considerar o modo como iria proceder para recolher a informação de que necessitava.

Para a recolha de dados recorri a três técnicas da investigação qualitativa, a saber: a observação participante, a entrevista e a recolha documental.

3.3.1. OBSERVAÇÃO

Segundo Natércio Afonso (2005) a observação "é uma técnica de recolha de dados particularmente útil e fidedigna, na medida em que a informação obtida não se encontra condicionada pelas opiniões e pontos de vista dos sujeitos." (p. 91) Foi utilizada ao longo de toda a investigação. Numa fase inicial, foi crucial para a definição do problema em estudo. Através da observação pude verificar as dificuldades que os(as) alunos(as) revelavam relativamente à questão da temporalidade na disciplina de História e Geografia de Portugal. Sublinho uma observação que efetuei, de imediato, durante a primeira semana de estágio: uma criança indicou que uma aula de matemática tinha um período de tempo maior que um jogo de futebol, quando, na realidade, têm ambas a duração de 90 minutos (esta questão foi, posteriormente, explorada neste estudo, nas entrevistas às crianças – c. f. Tabela 2).

Esteves (2008) salienta que "a observação permite o conhecimento directo dos fenómenos tal como eles acontecem num determinado contexto." (p. 87) A integração no contexto onde desenvolvi a investigação permitiu-me identificar as características e as necessidades das crianças, assim como o ambiente de sala de aula. A autora refere que "a observação é uma faculdade que, sendo natural, tem de ser treinada; todavia, a sua aprendizagem imbrica-se, necessariamente, na prática: aprende-se praticando. A regra de ouro para evitar a dispersão é a concentração da atenção nas questões formuladas." (p. 87)

De entre os diversos tipos de observação possíveis, optei pela observação participante. Esta técnica de recolha de dados envolveu-me no contexto, enquanto investigadora, possibilitando-me uma apreensão mais clara das reações dos(as) alunos(as) às propostas de trabalho e às questões que lhes eram colocadas, registando, simultaneamente, alguns aspetos que serviram de alvo à minha reflexão, numa fase posterior. Contudo, é necessário que consigamos estabelecer alguma imparcialidade durante este momento, pois, tal como Bell (2002) indica "os observadores participantes estão bem cientes dos riscos de serem parciais". (p. 142)

A observação requer um registo e, para tal, recorri às notas de campo, sendo estas definidas por Bogdan e Biklen (1994) como "o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo." (p. 150)

As notas de campo, primeiramente, têm um carácter descritivo, isto é, tendo por base a observação das pessoas, das ações e das conversas observadas, constrói-se uma imagem mental do que é observado. Posteriormente, tornam-se num material reflexivo, baseando-se, essencialmente, no ponto de vista, das ideias e preocupações do observador.

Esteves (2008) indica que "os diários são colectâneas de registos descritivos acerca do que ocorre nas aulas, sob a forma de notas de campo ou memorandos (...), de observações estruturadas e registos de incidentes críticos." (p. 89) Partindo deste princípio, os diários começaram a ser uma constante durante a minha investigação, permitindo-me registar descrições sistemáticas e detalhadas que se tornaram potenciadores da minha reflexão (c.f. Apêndice 1).

3.3.2. ENTREVISTA

Para além da observação, também recorri à entrevista como instrumento para recolher dados.

As entrevistas exploratórias não têm como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema, nos quais o investigador não teria decerto pensado espontaneamente. (Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt, 2005, p. 79)

Procurei elaborar entrevistas semiestruturadas que, embora ofereçam uma certa liberdade ao(à) entrevistado(a) para exprimir livremente a sua opinião, não lhe permite fugir ao tema.

Seguindo as indicações de Afonso (2005), recorri a diversas táticas, de entre as quais passo a enunciar: a repetição do que o entrevistado disse, utilizando outras palavras para confirmar o sentido; o pedido de exemplos, que justifiquem e sustentem a resposta; a solicitação da explicação de interpretações, causas ou objetivos. É de salientar importância da atitude do entrevistador durante a entrevista, sendo que o autor anteriormente mencionado explica-a como sendo a de um "ouvinte atento que procura constantemente compreender o que é dito pelo inquirido, uma atitude não-crítica e de não-avaliação." (p. 99)

Segundo Esteves (2008), "o tipo de perguntas formuladas estará de acordo com a dinâmica da entrevista e varia segundo os objectivos do professor-investigador e as respostas dadas." (p. 96) Nas entrevistas semiestruturadas, a ordem de colocação das questões é flexível, possibilitando o(a) entrevistador(a) de modelar a entrevista, sem seguir, rigidamente, o guião orientador previamente estruturado. O modo como se questiona o entrevistado pode influenciar a sua resposta e, como tal, Afonso (2005) sublinha que "é necessário saber ouvir, isto é, não interromper a linha de pensamento do entrevistado, aceitar as pausas e, em geral, aceitar tudo o que é dito numa atitude de neutralidade atenta e apática." (p. 99)

Optei por realizar entrevistas à professora cooperante e a um grupo de cinco alunos(as).

A professora cooperante, além de ser professora da turma em duas das áreas curriculares (História e Geografia de Portugal e Português), tem ainda a função da Direção de Turma, sendo, portanto, a pessoa que melhor identifica as características dos(as)

alunos(as), conhecendo a personalidade destes(as), bem como as potencialidades e fragilidades que apresentam relativamente à consciência de temporalidade.

A entrevista à professora cooperante decorreu durante o período de preparação do projeto. A sua análise foi fundamental para implementação deste estudo, uma vez que me apoiou na definição do tema, tendo a docente assinalado a questão da temporalidade como uma das maiores dificuldades dos(as) alunos(as) na disciplina de História e Geografia de Portugal. Na análise desta entrevista, tive acesso a outras questões que desenvolvi neste projeto, tais como, as estratégias que podem ser mais eficazes na aquisição/desenvolvimento da noção de temporalidade.

Todos os(as) alunos(as) da turma participaram neste estudo, no entanto selecionei cinco para analisar particularmente. A escolha destes(as) alunos(as) foi sendo feita ao longo do tempo em que o projeto foi implementado e centrou-se num critério de seleção: as etapas de consciência de temporalidade em que as crianças se encontravam. Verifiquei (durante as conversas informais com a turma e nas respostas às tarefas propostas) que estes(as) alunos(as) se encontravam em etapas diferentes relativamente à consciência de temporalidade e, como tal, considerei que seria pertinente a análise das suas respostas. Tive perceção de duas crianças que se destacavam pelo notório desenvolvimento da consciência de temporalidade. Por outro lado, elegi um aluno que demonstrava fragilidades, num momento inicial, não registando evoluções significativas no fim do período de implementação do projeto. Selecionei ainda duas crianças que, inicialmente revelavam dificuldades em responder às questões colocadas, mas que registaram um progressivo desenvolvimento da consciência de temporalidade. Este grupo de cinco alunos(as) foi eleito, como forma de representar a turma, sendo que cada um, possui características distintas, que permitem identificar-se com os restantes colegas. Para além desta questão, a seleção destas crianças incidiu ainda na participação durante as sessões. Relativamente aos restantes elementos da turma, este grupo revelou maior prontidão em participar. Uma vez que a entrevista exige que o entrevistado tenha abertura para responder abertamente às questões colocadas, penso que tenha sido benéfico ter este aspeto em consideração.

As entrevistas às crianças deram-me a possibilidade de as questionar acerca de alguns aspetos que não tinham sido aprofundados durante as sessões e que eram fundamentais para responder às questões de investigação (c.f. p. 5 e 6). A partir desta análise, verifiquei, com maior rigor, o modo como cada uma destas crianças (do grupo de cinco, que escolhi para entrevistar) desenvolve a sua noção de temporalidade e se este estudo as apoiou nesse sentido.

O registo das entrevistas foi feito em registo áudio, que, tal como refere Esteves (2008) "permite o registo integral da conversação, de modo que o entrevistador fica com mais liberdade para se concentrar no tópico e na dinâmica da entrevista." (p. 102).

Para analisar as entrevistas, comecei por transcrevê-las (c.f. Apêndices 7 e 8) e mais adiante, identifiquei o método que utilizei para as analisar.

3.3.3. RECOLHA DOCUMENTAL

Segundo Bell (1997) "a análise documental serve para complementar a informação obtida noutros métodos, constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo." (p. 90)

O *corpus* documental utilizado tratou-se das tarefas produzidas, previamente, por mim, constituídas por questões que tinham como intuito dar resposta aos indicadores de análise que estabeleci para o tratamento de dados (c. f. Tabela 1).

Num momento inicial, antes de começar a construir o friso cronológico com as crianças, senti necessidade de verificar o nível de desenvolvimento da noção de temporalidade de cada aluno(a), bem como o domínio da numeração romana. Nesse sentido, propus aos(às) alunos(as) que preenchessem a Ficha de Ordenação Cronológica: Do século XI ao século XIII (c.f. Apêndice 5).

Posteriormente, considerei pertinente analisar se as crianças conseguiam interpretar a informação representada no friso cronológico. Para essa finalidade, solicitei que completassem o Friso Cronológico: Revolução de 1383-85 (c.f. Apêndice 5).

Mais tarde, propus que realizassem a "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX" e, ainda, que preenchessem o "Friso Cronológico: Expansão Marítima" (c.f. Apêndice 5), para identificar se tinha havido registo de evolução, por parte das crianças, em relação às tarefas anteriores.

Por fim, os(as) alunos(as) realizaram a "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos". (c.f. Apêndice 5).

A recolha documental foi fundamental para este estudo, pois permitiu-me analisar a evolução dos(as) alunos(as) durante este estudo e apoiou-me na obtenção de respostas às questões de investigação (indicadas nas p. 5 e 6). A análise detalhada destes documentos encontra-se descrita no capítulo referente aos resultados (c.f. p. 67 a 92).

3.4. PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

De forma a dar respostas às questões de investigação (indicadas nas p. 5 e 6) foi necessário recolher, interpretar e descrever os dados obtidos durante as aulas, sejam eles, as produções dos(as) alunos(as), as entrevistas ou mesmo a reflexão sobre a forma como se concebeu e se desenvolveu a experiência durante o estágio.

O processo de análise decorreu logo durante o período de recolha de dados. Numa primeira fase, foi essencial proceder a alguma análise, mesmo que pouco aprofundada, para readaptar as propostas de trabalho que se seguiram. Segui as orientações que são sugeridas por Bogdan e Biklen (1994) quando afirmam que:

(...) alguma análise tem de ser realizada durante a recolha de dados. Sem isto, a recolha de dados não tem orientação, se assim não o fizer, os dados que recolher podem não ser suficientemente completos para realizar posteriormente a análise. (p. 206)

Desde modo, uma primeira leitura e interpretação das produções escritas dos(as) alunos(as) permitiu-me identificar aspetos cruciais que deveria modificar nas futuras propostas de trabalho. Funcionou também como um ponto de partida para a começar a refletir sobre as respostas às questões de investigação (indicadas nas p. 5 e 6). Assim, tal

como refere Esteves (2008) "(...) a partir da análise dos trabalhos de cada aluno, os professores podem aprender muito sobre a forma como ensinam e como podem orientar a sua prática para colmatar as necessidades dos alunos." (p. 92)

Para analisar os dados recolhidos através da recolha documental, das entrevistas e da observação recorri à análise de conteúdo. Nesse sentido, Henry e Moscovici citados por Laurence Bardin, (1977) esclarecem que "tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo." (p. 33). A análise de conteúdo é vista como um método de organização e análise de dados cuja finalidade se prende com a compreensão do seu conteúdo. Portanto, os textos submetidos a uma análise necessitam de ser interpretados com rigor, seguindo variados critérios, pois, a análise de conteúdo visa "a ultrapassagem da incerteza (...) e o enriquecimento da leitura." (Bardin, 1977, p. 29).

Cada uma destas tarefas, foi produzida previamente à sua aplicação em sala de aula. De forma a apoiarem-me nas respostas às questões de investigação (indicadas nas p. 5 e 6), estabeleci indicadores de análise. Assim, o intuito das mesmas, visa dar resposta a cada um destes critérios de análise.

A seguinte tabela indica as tarefas desenvolvidas durante a recolha documental, as respetivas datas e os critérios de análise estabelecidos.

Tabela 1 - Tarefas, datas e critérios de análise

Data da recolha de dados	Designação da tarefa	Indicadores de Análise
30 de abril de 2014	Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII	Capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos; Competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século.
23 de maio de 2014	Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX	

14 de maio de 2014	Friso Cronológico: Revolução de 1383-85	Capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos; Competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século;
23 de maio de 2014	Friso Cronológico: Expansão Marítima	Proficiência para identificar as datas correspondentes aos acontecimentos históricos presentes no friso cronológico.
30 de maio de 2014	Tabela de Análise de Frisos Cronológicos	Competência para relacionar as informações presentes em ambos os frisos cronológicos; Capacidade de identificar as datas dos reinados, através do friso cronológico. Competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século; Capacidade de ordenar cronologicamente quatro dos reinados correspondentes à 1. ^a e 2. ^a Dinastia.

Selecionei cinco alunos(as) para analisar os dados obtidos na recolha documental, baseando-me no mesmo critério de seleção e recorrendo à mesma justificação que indiquei, anteriormente, em relação às entrevistas (c. f. p. 41 - 44)

Também as entrevistas foram planeadas previamente. Na fase de preparação, construí os guiões que utilizei, onde redigi as questões que coloquei aos(as) alunos(as) e à professora cooperante e os respetivos objetivos, tal como descreve a tabela seguinte.

Tabela 2 - Questões das entrevistas e objetivos

Público Entrevistado	Questões	Objetivos
	Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?	Verificar se os(as) alunos(as) reconhecem épocas históricas que ocorreram há um longo período de tempo

Alunos (as) *	<p>Por quê (escolherias essa época histórica e não outra)?</p> <p>Por quê (escolherias esse acontecimento histórico como o que mais/menos te agradou em HGP, durante o 5.º ano)?</p>	Compreender as razões que justifiquem a(s) resposta(s) que os(as) alunos(as) indicaram
	Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.	Analisar se as crianças se recordam de acontecimentos da vida pessoal que ocorreram a um curto ou longo período de tempo
	Recordas-te quando foi (o momento importante da tua vida)?	Interpretar se os(as) alunos(as) identificam uma data, relacionada com a vida pessoal, que ocorreu no passado
	Qual foi o acontecimento que mais/menos te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?	Analisar se as crianças se recordam de conteúdos estudados em HGP que foram abordados a um curto ou longo período de tempo (máximo, 9 meses)
	Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?	Verificar se os(as) alunos(as) têm perceção de que dois acontecimentos ocorridos em séculos diferentes podem não ter diferença de 100 anos (1 século)
	O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?	Compreender se as crianças atribuem a duração das ações que praticam ao tempo físico (medido pelo relógio) ou ao tempo psicológico (medido pela intensidade com que é vivido)
Professora Cooperante	Quais as maiores dificuldades que os(as) alunos(as) apresentam relativamente à disciplina de História e Geografia de Portugal?	Averiguar se a questão da temporalidade é uma das maiores dificuldades que os(as) alunos(as) apresentam relativamente à disciplina de História e Geografia de Portugal
	Pode indicar-me algumas estratégias que considere mais eficazes na aquisição/desenvolvimento da noção de temporalidade?	Identificar estratégias que a professora cooperante considera como sendo as mais eficazes na aquisição/desenvolvimento da noção de temporalidade
	O friso cronológico poderá ser visto como um recurso de apoio ao desenvolvimento da noção de temporalidade dos(as) alunos(as)?	Interpretar a opinião da entrevistada em relação à utilização do friso cronológico como recurso educativo para desenvolver a noção de temporalidade dos(as) alunos(as)
	Já utilizou o friso cronológico nas suas aulas?	Verificar se a docente já recorreu ao friso cronológico nas suas aulas

	Com que regularidade/em que momentos considera pertinente recorrer ao friso cronológico nas aulas?	Analisar com que regularidade/em que momentos é que a professora cooperante considera pertinente recorrer ao friso cronológico em sala de aula
--	--	--

*O critério de seleção destes(as) alunos(as) para a entrevista encontra-se descrito nas p. 41 - 44

Tendo em consideração que a análise de conteúdo possui um cariz interpretativo, depois de recolhidos todos os dados, procedi a uma leitura rigorosa dos mesmos e à organização da informação (Informação descrita mais adiante, no capítulo 5, relativo aos resultados, c.f. p. 67 a p. 105).

4 - PROPOSTA PEDAGÓGICA

4.1. CONSTRUÇÃO DA BASE DO FRISO CRONOLÓGICO

Depois de ter visto as dificuldades das crianças na organização do tempo e nas questões da temporalidade foi a vez de pensar/decidir qual seria o(s) tema(s) mais adequado(s) do Programa de HGP do 2.º Ciclo do Ensino Básico, para com ele aplicar o friso cronológico. Visto que as aulas que lecionei incidiram sobre o tema programático da Expansão Marítima, considerei que seria pertinente focalizar no friso cronológico os acontecimentos históricos relativos ao território português entre os séculos XI e XXI. Pretendia que através desta abordagem, as crianças tivessem perceção das alterações que ocorreram no território português, em termos geográficos, alargando, por vezes, o estudo dos conteúdos históricos, para além do que estava previsto no Programa de História e Geografia de Portugal para o 5.º ano de escolaridade. É de salientar que o tema do friso cronológico só foi discutido com a turma numa fase final, no período de análise do friso cronológico.

Seguiu-se a construção da base para o friso cronológico (c.f. Apêndice 2). Comecei por definir o papel de cenário como material para a base. De seguida, recortei-o, com as dimensões que defini (245x45 cm). Posteriormente, assinalei a representação de cada século, recorrendo a uma relação de proporcionalidade representada a partir de uma escala de medida de 20x38 cm correspondente a cem anos.

De seguida, aleatoriamente, elegi quatro cores que foram utilizadas para representar o fundo (branco), os séculos (vermelho), as datas (laranja) e os acontecimentos históricos estudados (azul).

Depois, estabeleci uma lista dos acontecimentos históricos que pretendia que fossem representados no friso cronológico e realizei o seu registo escrito. Na pesquisa bibliográfica que efetuei para obter esta lista recorri a diversas obras (como por exemplo, Pedrosa, A. (1993). *As grandes datas da História de Portugal*. Lisboa:

Biblioteca de História). Juntamente com as indicações da professora cooperante, selecionei os acontecimentos históricos que representei no friso cronológico. De seguida, coleí os acontecimentos relativos a este tema registados até 1415¹, para que os(as) alunos(as) visualizassem os conteúdos que tinham estudado anteriormente.

Concluída esta fase, era chegado o momento de preparar o modo como seria implementado este estudo, que se encontra descrito no subcapítulo que se segue.

4.2. PREPARAÇÃO DAS AULAS COM O FRISO CRONOLÓGICO

As aulas com recurso ao friso cronológico foram planificadas e discutidas previamente, nas reuniões informais e formais com o supervisor de estágio, a orientadora do projeto de investigação e a professora cooperante.

A finalidade destas reuniões visava refletir sobre o modo como iria implementar este estudo, tendo em consideração os conteúdos já desenvolvidos na sala de aula e os objetivos que pretendia atingir (indicados na p. 6). Foram, ainda, antecipadas algumas questões que poderiam ser colocadas na exploração do friso cronológico, bem como as dificuldades que os(as) alunos(as) poderiam apresentar.

Apesar de a professora cooperante nunca ter utilizado, anteriormente, este recurso educativo nas aulas com a turma em estudo, existiu uma tentativa de não modificar radicalmente o seu trabalho, mas, por outro lado, consolidar os conteúdos já estudados e integrar os que estavam previstos, desenvolvendo, a consciência de temporalidade das crianças de uma forma mais ativa/prática e menos abstrata.

Delineado o planeamento prévio das sessões, a sua concretização encontra-se descrita no subcapítulo que se segue.

¹ Exemplos de acontecimentos históricos representados no friso cronológico, até 1415: Conquista da costa algarvia: Alvor, Silves, Albufeira, Lagos, Portimão, Monchique e Messines (1189); reconquista de Alcácer do Sal (1217); reconquista de Beja (1234).

4.3. AULAS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO FRISO CRONOLÓGICO

As aulas de exploração do friso cronológico envolveram uma organização específica. Seguidamente, passo a apresentar a configuração das mesmas.

Estas sessões foram organizadas em três fases distintas, a saber: a (a) introdução e menção ao friso cronológico, a (b) construção do friso cronológico e, por fim, a (c) análise do friso cronológico.

Estas sessões desenvolveram-se durante o período de estágio (de 28 de abril a 23 de maio, ou seja, quatro semanas).

(a) Introdução e menção ao friso cronológico (2 sessões: 30 de abril e 2 de maio)

Para trabalhar com o friso cronológico e como queria saber o que as crianças já conheciam e quais as maiores dificuldades temporais que apresentavam, desenvolvi duas sessões de “introdução e menção ao friso cronológico”, ocorridas nos dias 30 de abril e 2 de maio.

Sessão do dia 30 de abril

Na primeira sessão de implementação do projeto, produzi um conjunto de questões para colocar às crianças (que passo a revelar de seguida na Tabela 3).

Para colocar as questões que pretendia à turma, desenvolvi uma atividade que tinha um caráter lúdico, de modo a apelar à participação dos(as) alunos(as).

Tendo em conta a disposição dos(as) alunos(as) na sala de aula, agrupei a turma em duas equipas, que as crianças intitularam de os “Invencíveis” e os “Heróis”. De seguida, propus-lhes que realizássemos um jogo que designei como “Quem quer ser Historiador?” e expliquei que teriam de responder às questões que lhes iria colocar. Posteriormente, indiquei as regras do jogo: (1) As questões só podem ser respondidas depois de se colocar o braço no ar e de esperar pela permissão para participar; (2) Cada

equipa inicia o jogo com 0 pontos; (3) Por cada resposta correta, a equipa ganha 1 ponto e por cada resposta incorreta, não ganha nem perde pontuação; (4) Quando a equipa apresentar respostas diferentes, conta a resposta que for dada em maior número pelos elementos da equipa (ex.: se seis crianças responderem “sim” e as outras quatro responderem “não”, conta o “sim” como resposta da equipa); (5) A equipa vencedora será aquela que obtiver maior pontuação no final do jogo.

Antes de iniciar esta atividade, registei no quadro o nome das duas equipas e, no decorrer da mesma, fui assinalando a respetiva pontuação.

Esta conversa foi redigida pela minha parceira de estágio, no momento em que a aula estava a decorrer e, posteriormente, transcrevi-a, resultando na tabela seguinte.

Tabela 3 - Conversa desenvolvida com a turma na sessão do dia 30 de abril

Questão	Objetivo(s)	Respostas dos(as) alunos(as)	Reflexão sobre as respostas
"O tempo pode ser medido?"	Verificar que percepção é que as crianças têm sobre a medição do tempo	“Sim.” (Ra., 10 anos, M., 10 anos, I. R., 10 anos) “Podemos medir o tempo com um friso cronológico.” (R., 10 anos)	As crianças reconheceram que o tempo pode ser medido e que o friso cronológico é instrumento de medida do tempo, possivelmente, da sua utilização em anos anteriores
"Para além do friso cronológico, que instrumentos podem ser utilizados para medir o tempo?"	Interpretar se os(as) alunos(as) conhecem instrumentos de medição do tempo	Os(as) alunos(as) indicaram o relógio, o calendário, o Sol e as estrelas. Estes foram citados pela Ra. (10 anos), I. R. (10 anos), T. (10 anos) e R. (10 anos), respetivamente	Os(as) alunos(as) indicaram quatro instrumentos de medida do tempo, para além do friso cronológico

"O que é um friso cronológico?"	Compreender que conhecimentos é que os(as) alunos(as) apresentam acerca do friso cronológico	"É uma linha do tempo dividida em séculos." (I. D., 11 anos); "É uma coisa que nos diz os acontecimentos da História." (T., 10 anos); "Serve para medir os acontecimentos no tempo." (Ra. 10 anos); "Funciona como uma espécie de calendário, mas mede mais tempo, mede os séculos." (C. 10 anos); "É uma linha onde estão marcados momentos importantes como os nossos aniversários, batalhas que Portugal tenha enfrentado ou o Tratado de Zamora." (R. 10 anos)	Os(as) alunos(as) sabiam que: . No friso cronológico estão representados os séculos (reconheciam a estrutura do friso cronológico); . O conteúdo do friso cronológico diz respeito a acontecimentos históricos que podem, ou não, estar relacionados com a História de Portugal; . O friso cronológico é uma representação da passagem do tempo
"Como se encontra organizado o friso cronológico?" ²	Verificar se as crianças reconhecem a estrutura do friso cronológico	"Está dividido em séculos." (D., 10 anos); "Antes do ano 1 existe a parte "antes de Cristo" e, a partir daí, é "depois de Cristo." (R., 10 anos); "Os séculos estão em numeração romana." (Ra., 10 anos)	As crianças sabiam que: . O friso cronológico pode estar organizado em séculos; . O nascimento de Cristo assinala uma alteração no registo dos séculos; . Para se representarem os séculos utiliza-se a numeração romana

Após esta conversa, procedeu-se à contagem da pontuação das duas equipas e verificou-se que a equipa vencedora foram os "Invencíveis".

Através das respostas dos(as) alunos(as) às questões colocadas (c.f. Tabela 3), realizei uma breve reflexão sobre as mesmas. Constatei que reconheciam e identificavam diversos instrumentos de medida do tempo, inclusive o friso cronológico. Revelaram também que tinham alguns conhecimentos relativamente à utilidade e estrutura deste recurso educativo, o que me permitiu concluir que a utilização do friso cronológico não seria uma "novidade" para as crianças. Como resultado, delineei outros objetivos que pretendia analisar e, com base nestes, produzi um novo conjunto de questões baseadas na interpretação que os(as) alunos(as) faziam do friso cronológico (c.f. Tabela 4).

² Esta questão só foi colocada às crianças que já conheciam o friso cronológico, uma vez que se não conheciam não seria suposto que soubessem responder

Sessão do dia 2 de maio

Numa segunda sessão, apresentei a base do friso cronológico às crianças, colocando-a no quadro, de modo a que todos os(as) alunos(as) a visualizassem. Esclareci a turma de que iríamos desenvolver, novamente, o jogo da aula anterior e, como tal, redigi os nomes das duas equipas no quadro para assinalar a pontuação que iam obtendo. Sugeri que observassem o friso cronológico para responderem a algumas das questões colocadas.

Tendo em conta todos os limites que se impuseram e que já enunciei anteriormente (c.f. p. 6 a 8), que condicionaram o tempo disponível para a recolha de dados, optei por seguir a estratégia da aula anterior, pois, desta forma, envolvia todas as crianças na atividade e desenvolvia-a num espaço de tempo relativamente curto (cerca de 25 minutos). Simultaneamente, colocava todas as questões que eram fundamentais nesta etapa, para que, através das suas respostas, compreendesse em que fase se encontravam as noções temporais dos(as) alunos(as) e quais as maiores fragilidades que apresentavam, de forma a identificar a melhor estratégia para apoiar a turma nas sessões seguintes.

Tal como na sessão anterior, esta conversa foi redigida pela minha parceira de estágio, no momento em que a aula estava a decorrer e, posteriormente, transcrevi-a, resultando na tabela seguinte.

Tabela 4 - Conversa desenvolvida com a turma na sessão do dia 2 de maio

Questão	Objetivo(s)	Respostas dos(as) alunos(as)	Reflexão sobre as respostas
----------------	--------------------	---	------------------------------------

"Qual foi o século que escolhi para iniciar este friso cronológico?"	Analisar se as crianças dominam a numeração romana	"No século X." (I. M., F., 10 anos); "Inicia-se no século IX." (G., J., 10 anos); Inicia no século XI e termina no século XXI, que é agora." (Ra., R., 10 anos)	As respostas dividiram-se entre os séculos IX, X e XI. Os (as) alunos(as) I. M., F., G. e J. (10 anos) não identificaram corretamente o século que escolhi para iniciar o friso cronológico, devido a fragilidades demonstradas no domínio da numeração romana
"Quantos anos correspondem a um século?"	Identificar se os(as) alunos(as) sabem quantos anos correspondem a um século	"São 10 anos." (J., I. M., F., 10 anos; L.; Jo., Cla., 11 anos) "São 100 anos." (C. B., 11 anos; T., M.; R., Ra., 10 anos)	Os(as) alunos(as) J., J.; I. M.; F. (10 anos); L.; Jo. e Cla. (11 anos) não sabem quantos anos correspondem a um século. Em contrapartida, a C. B. (11 anos); o T., o M.; o R. e a Ra., (10 anos) indicaram que um século tem a duração de 100 anos
"Quantos anos correspondem a uma década?"	Identificar se os(as) alunos(as) sabem quantos anos correspondem a uma década	"São 50 anos." (F., 10 anos; J. 10 anos) "São 10 anos." (Ra, 10 anos) "São 10 anos, nós temos quase todos uma década." (R. 10 anos)	A Ra. (10 anos), revelou ter conhecimento de que uma década corresponde a 10 anos. O R. (10 anos) demonstrou que conseguia relacionar esta unidade temporal com a sua própria idade. O F. e o J. (10 anos) não reconheceram o número de anos correspondentes a uma década
"Qual é o acontecimento histórico, dos que já estudámos em HGP, que consideram mais relevante?"	Analisar se as crianças se recordam de conteúdos estudados em HGP que foram abordados a um curto ou longo período de tempo (máximo, 9 meses)	"Tratado de Zamora" (todas as crianças)	A resposta foi unânime, uma vez que a professora cooperante lhes tinha indicado, anteriormente, que teriam de memorizar a data deste acontecimento, referindo que se trata do momento mais marcante da História de Portugal

<p>“Recordam-se em que ano ocorreu o Tratado de Zamora?”</p>	<p>(Esta questão funciona, meramente, como ponto de partida para a pergunta seguinte, visto que o intuito deste estudo não é que os(as) alunos(as) memorizem datas e só foi colocada porque já tinha verificado anteriormente, que as crianças reconheciam esta data)</p>	<p>"1143." (todas as crianças).</p>	
<p>“A que século corresponde o ano de 1143?”</p>	<p>Identificar se os(as) alunos(as) conseguem associar um determinado ano ao século que lhe é correspondente</p>	<p>“Ao século X” (F., 10 anos; J., 10 anos) “Século XI” (L., 11 anos; M., 13 anos; I. M., L., J., I. D., 10 anos) “Século XII” (Ra., D., G., R., 10 anos)</p>	<p>A turma ficou dividida na resposta a esta questão, indicando os séculos X, XI e XII, como opções de resposta. Algumas crianças conseguiam associar um determinado ano ao século correspondente, mas outros(as) alunos(as) não sabiam como é que se estabelecia esta correspondência</p>
<p>"O ano 700 corresponde a que século?"</p>	<p>Verificar se os(as) alunos(as) conseguem associar um determinado ano (com três algarismos) ao século que lhe é correspondente</p>	<p>"Ao século setenta porque é seguido de um zero." (F., 10 anos); “Como só tem três algarismos, só o primeiro é que corresponde ao século, portanto, é século sete.” (Ra. 10 anos) (Neste momento, houve necessidade de esclarecer o F. 10 anos que, estando atualmente, no século XXI, nunca poderíamos ter estado no século 70 no ano 700. Quando um ano tem três algarismos o século correspondente só terá um algarismo)</p>	<p>Estas questões geraram algumas dúvidas, pois alguns os(as) alunos(as) utilizaram a mesma estratégia a que recorreram para os anos com quatro algarismos, indicando um século superior ao atual. Por outro lado, outros(as) alunos(as) demonstraram ser capazes de assinalar o século correspondente a um determinado ano (tendo este dois ou três algarismos). As respostas à última questão são muito interessantes, no sentido em que é possível verificar as dúvidas que surgem em relação ao século.</p>

<p>“O ano 63 corresponde a que século?”</p>	<p>Verificar se os(as) alunos(as) conseguem associar um determinado ano (com dois algarismos) ao século que lhe é correspondente</p>	<p>"Não é século nenhum porque um século são 100 anos." (J., 11 anos; F., J., L., I. M., 10 anos). "Pertence ao século I porque faz parte dos primeiros 100 anos." (Ra., R., 10 anos)</p>	<p>O J., o F., o L. e a I. M. (10 anos) indicaram que um século tinha 100 anos, pensando que o século I só se iniciava a partir do ano 100.</p>
---	--	--	---

É de salientar que na coluna respetiva às respostas dos(as) alunos(as) (c.f. Tabela 3 e Tabela 4) aparecem enunciadas apenas algumas crianças porque só participaram aquelas que colocaram o braço no ar, caso contrário, não exige que todos os(as) alunos(as) respondessem a todas as questões, pois, estas atividades visavam verificar os conhecimentos da turma, de forma geral, sendo que seriam analisados, individualmente, os seus registos escritos nas tarefas que lhes foram propostas.

Terminada esta atividade, procedeu-se à contagem da pontuação das duas equipas e verificou-se que, a equipa vencedora foram os “Heróis”.

Através das respostas dos(as) alunos(as) às questões colocadas e das respetivas reflexões sobre as mesmas (c.f. Tabela 4), concluí que as maiores fragilidades da turma, nesta etapa, diziam respeito ao domínio da numeração romana, à identificação do número de anos correspondentes a um século e a uma década e à correspondência entre um determinado ano e o respetivo século. A identificação destas dificuldades que os(as) alunos(as) apresentaram foi fundamental para a etapa seguinte, no sentido em que as sessões seguintes centraram-se na estruturação das noções de temporalidade, explorando estas questões através da utilização do friso cronológico.

No final desta sessão, propus às crianças a realização de um trabalho de grupo, a ser concretizado fora da sala de aula. Inicialmente, estava previsto que esta atividade estivesse integrada nas aulas que lecionei durante o período de estágio. No entanto, mais uma vez, devido aos limites que se foram desencadeando (indicados nas p. 6 a 8), tive menos tempo disponível para a implementação deste estudo. No entanto, não queria

colocar de parte esta atividade, uma vez que, como pude apurar através de conversas informais com a professora cooperante, os(as) alunos(as) nunca desenvolveram trabalhos de grupo. Pretendia dar a oportunidade à turma de desenvolver uma nova experiência, que cativasse o espírito de entreajuda e, simultaneamente, trabalhava os conteúdos previstos.

Para introduzir esta atividade, produzi, previamente, o guião de trabalho para cada grupo (c.f. Apêndice 9). A cada criança foi entregue o guião do respetivo grupo onde estava contida informação acerca dos elementos, as questões a investigar, relativamente aos conteúdos previstos e as fontes de pesquisa que poderiam consultar.

Na proposta de atividade à turma, indiquei que iriam desenvolver um trabalho em grupo, que envolvia, numa fase inicial, uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a produção de uma apresentação com a informação recolhida, em formato *word* ou *PowerPoint*, para ser divulgado à restante turma, na sessão de HGP do dia 16 de maio. Seguidamente, entreguei o guião do trabalho a cada criança e propus-lhes que lessem naquele momento, para o caso de poder esclarecer alguma dúvida que tenha surgido, o que não se verificou.

(b) Construção do friso cronológico (3 sessões: 14, 16 e 23 de maio)

Concluída a etapa de “diagnóstico”, que me permitiu identificar as maiores fragilidades das crianças relativas à consciência de temporalidade e, conseqüentemente, os aspetos que deveriam ser explorados com a utilização do friso cronológico, seguiu-se a fase da construção deste recurso educativo.

Mais uma vez, devido aos limites que condicionaram, de certo modo, a implementação deste estudo (c.f. p. 6 a 8), esta etapa só começou a ser desenvolvida doze dias depois da anterior. Esta situação resultou no esquecimento, por parte de algumas crianças, das questões que tinham sido abordadas anteriormente (c.f. Tabelas 3 e 4). Durante este intervalo de tempo, refleti acerca da informação que recolhi nas sessões anteriores e que

me ajudou a planear com melhor rigor o desenvolvimento destas aulas, que passo a descrever.

Sessão do dia 14 de maio:

Nesta sessão, comecei uma abordagem ao tema da Expansão Marítima, centrando-me no episódio da Conquista de Ceuta (c.f. Apêndice 1).

Num segundo momento da aula, selecionei duas crianças para assinalarem, no friso cronológico, as datas correspondentes à conquista de Ceuta (1415) e ao abandono de Ceuta por parte dos portugueses (1668)³. Este procedimento realizou-se da seguinte forma: à vez, chamei cada uma destas crianças, entregando-lhes um registo escrito destes acontecimentos históricos com a respetiva data. De seguida, propus-lhes que indicassem o século em que o mesmo se assinalou. Por fim, dei-lhes indicação para colarem o respetivo acontecimento histórico no século correspondente representado no friso cronológico.

Para representar no friso cronológico a Conquista de Ceuta, elegi o R. (10 anos). Este aluno identificou, de imediato, que este acontecimento tinha ocorrido no século XV e, seguidamente, colou-o no friso cronológico, no respetivo local (c.f. Apêndice 3). De seguida, propus ao F. (10 anos) que representasse, no friso cronológico, o acontecimento relativo ao Abandono de Ceuta (c.f. Apêndice 3). Como verifiquei, nas sessões anteriores, que este aluno não tinha conhecimento do critério científico para definir o século, quis trabalhar este aspeto com ele nesta atividade. Inicialmente, indicou que este acontecimento tinha sido no século XVI. Consequentemente, o R. (10 anos) pediu para intervir com o intuito de explicar ao colega a sua estratégia para resolver esta questão. Seguidamente, apresento a transcrição da explicação deste aluno.

R. (10 anos): Escrevemos o ano, neste caso, 1668. Como são quatro números, vemos quais são os dois primeiros e, se a seguir estiverem dois zeros, o século corresponde aos dois primeiros números do ano. Se não tiverem zeros,

³ Data em que se assinou o Tratado de Lisboa: Portugal cedeu Ceuta a Espanha

o século corresponde aos dois primeiros números mais um. Neste caso, é o século XVII.

A partir desta atividade, constatei que estes alunos se encontravam em etapas da consciência de temporalidade distintas. Por um lado, o F. (10 anos) não reconhecia o critério científico para identificar o século correspondente a um determinado ano. Por outro lado, o R. (10 anos), conhecia este critério e sabia aplicá-lo e explicá-lo ao seu colega.

Sessão do dia 16 de maio:

A aula do dia 16 de maio destinou-se à apresentação dos trabalhos de grupo ou seja, catorze dias depois da entrega da proposta de trabalho à turma. Durante este intervalo de tempo, como estava com a turma também nas disciplinas de Matemática, Ciências da Natureza (lecionadas pela minha parceira de estágio durante este período, sendo que a minha presença era meramente como espectadora) e Português (lecionada por mim durante este período de estágio), tive a oportunidade de acompanhar a pesquisa bibliográfica que os grupos estavam a desenvolver e de apoiá-los na produção do trabalho escrito para ser apresentado. Como seria de esperar, visto que as crianças não estavam habituadas a trabalharem em equipa, surgiram inúmeras dificuldades, em termos de cooperação com os(as) colegas. No entanto, as mesmas foram ultrapassadas com o meu apoio, sugerindo alternativas que pudessem ser úteis.

Uma vez que esta sessão tinha uma duração de quarenta e cinco minutos, e cada apresentação durava, no mínimo, quinze minutos, apenas três grupos apresentaram os trabalhos à turma, sendo que os restantes ficaram agendados para a aula seguinte. Como até à data desta sessão, somente três grupos me tinham enviado os trabalhos, dei prioridade às crianças que cumpriram o prazo de entrega. Defini como critério para apresentação destes trabalhos, a ordem cronológica dos respetivos temas.

Durante as apresentações, os grupos apresentaram os conteúdos programáticos previstos à restante turma. Posteriormente, existiu um momento, para o esclarecimento de

dúvidas por parte dos(as) alunos(as) e aproveitei para clarificar algumas questões que tinham ficado por definir.

No final de cada apresentação, selecionei, aleatoriamente, alguns elementos de cada grupo para colarem no friso cronológico os acontecimentos históricos que assinalaram o seu trabalho (estes foram redigidos, previamente, por mim, durante a etapa de “preparação das aulas com o friso cronológico”, p. 51). O registo deste momento foi feito fotograficamente, tendo um carácter meramente ilustrativo (c.f. Apêndice 3).

Tabela 5 - Tarefa de construção do friso cronológico desenvolvida no dia 16 de maio

Tema do Grupo	Acontecimento(s) Histórico(s)	Observações sobre a atuação dos(as) alunos(as)	Reflexões
“Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores”	Descoberta da ilha de Porto Santo (1418)	A aluna I. R., 10 anos, referiu, de imediato, que este acontecimento histórico ocorreu no séc. XV	* ³ Este aluno sabia que para reconhecer o século teria de ter em conta os dois primeiros algarismos do ano correspondente. No entanto, estava confuso porque sabia que existia ainda uma outra fase na aplicação deste critério, mas não sabia como se aplicava.
	Descoberta da ilha da Madeira (1420)	O aluno G., 10 anos, demonstrou algumas dúvidas entre o séc. XIV e o séc. XV* ³	
	Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira (1425)	A aluna Ra., 10 anos, referiu, de imediato, que este acontecimento histórico ocorreu no séc. XV	* ⁴ Estes alunos justificaram as respostas, referindo que reconheciam o século a partir dos dois primeiros algarismos do ano correspondente. Foram os(as) colegas do grupo que os esclareceram, indicando, como exemplo, que o ano de 1418 corresponde ao século XV,
	Descoberta das ilhas orientais e centrais dos Açores (1427 – 1431)	O aluno J., 10 anos, indicou que este acontecimento histórico ocorreu no século XIV* ⁴	

“Presença portuguesa na Índia”	Ocupação e colonização efetivas do arquipélago dos Açores (1439)	O aluno Jo., 11 anos, indicou que este acontecimento histórico ocorreu no século XIV* ⁴	<p>enquanto o ano de 1400 corresponde ao século XIV, porque termina em zeros.</p> <p>*⁵ Esta aluna revelou algumas dúvidas entre o século XIX e o século XX. Depois de algum momento de reflexão, em que associou a data do nascimento da sua irmã (1999) ao século XX, afirmou que o século XIX terminou em 1900, logo este acontecimento assinalou-se no séc. XX</p>
	Chegada à Índia (1498)	A aluna I. M., 10 anos, referiu, de imediato, que este acontecimento histórico ocorreu no séc. XV	
	Fim da presença portuguesa na Índia (1961)	A aluna C., 11 anos, indicou que este acontecimento histórico ocorreu no século XIV* ⁵	
“Presença portuguesa no Brasil”	Chegada ao Brasil (1500)	O aluno F., 10 anos, referiu, de imediato, que este acontecimento histórico ocorreu no séc. XV	
	Ocupação e colonização efetivas do Brasil (1532)	O aluno L., 11 anos, referiu, de imediato, que este acontecimento histórico ocorreu no séc. XV	
	Independência do Brasil (1822)	O aluno M., 10 anos, referiu, de imediato, que este acontecimento histórico ocorreu no séc. XIX	

Através desta atividade (c.f. Tabela 5) concluí que três em oito alunos(as) revelaram fragilidades em relação à correspondência entre ano e século. O G., o J. (10 anos) e o Jo. (11 anos) começaram a identificar o critério científico para a definição de século, necessitando ainda, de apoio para saberem que é necessário que se tenha em consideração a questão do ano terminar, ou não, em zeros para se definir o século respetivo. Já a C. (11 anos) necessitou de alguns momentos para refletir acerca desta questão. Contudo, concluiu a sua resposta, indicando-a corretamente, depois de a ter relacionado com datas que dizem respeito à sua vida pessoal.

Sessão do dia 23 de maio:

Na sessão do dia 23 de maio, os restantes grupos apresentaram os trabalhos e o procedimento da aula anterior alterou-se. No final de todas as apresentações, ao invés de entregar às crianças (selecionadas aleatoriamente) o acontecimento histórico para o colocarem no friso cronológico, optei por propor que assinalassem três datas correspondentes ao século que lhes indiquei⁴ (c.f. Apêndice 3). As razões que justificam esta alteração no procedimento prendem-se com o facto de que os temas apresentados por estes grupos, apesar de estarem inseridos no subtema da Expansão Marítima, não representavam acontecimentos históricos que se enquadrassem com a índole temática do friso cronológico que estava a ser construído. Sendo estes temas: “Um mundo desconhecido” (passagem do Cabo Bojador e do Cabo das Tormentas) e a “Arte de Navegar” (instrumentos de navegação e de orientação).

Tabela 6 - Tarefa de construção do friso cronológico desenvolvida no dia 23 de maio

Século indicado	Observações sobre a atuação dos(as) alunos(as)	Reflexões
Séc. XV	A aluna C., 10 anos, identificou, de imediato, três acontecimentos históricos ocorridos no séc. XV	* ⁶ Estas crianças assinalaram os séculos apenas a partir dos primeiros algarismos do ano em questão.
	O aluno D., 10 anos, identificou, de imediato, três acontecimentos históricos ocorridos no séc. XV	
Séc. XVI	O aluno Ti., 10 anos, identificou, de imediato, três acontecimentos históricos ocorridos no séc. XVI	

⁴ Exemplos de acontecimentos históricos representados no friso cronológico, entre o séc. XV e o séc. XXI: Início da ocupação em Moçambique (1505); Ocupação de Timor (1515); Doação de Macau a Portugal, por parte da China (1557); Independência de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau (1975)

	O aluno T., 10 anos, identificou, de imediato, três acontecimentos históricos ocorridos no séc. XVI	
Séc. XVII	A aluna C.B. , 11 anos, identificou um acontecimento histórico que não correspondia ao séc. XVII * ⁶	
Séc. XX	O aluno M., 10 anos, identificou, de imediato, três acontecimentos históricos ocorridos no séc. XX	
Séc. XXI	A aluna I. D., 11 anos, identificou três acontecimentos históricos que não correspondiam ao séc. XXI * ⁶	

Esta atividade (c.f. Tabela 6), permitiu-me constatar que duas das cinco crianças que a desenvolveram revelaram fragilidades em relação à correspondência entre ano e século.

(c) **Análise do friso cronológico** (1 sessão: 30 de maio)

A sessão de “análise do friso cronológico” decorreu fora da disposição temporal do estágio (no dia 30 de maio), uma vez que existiram constrangimentos, mencionados anteriormente nas p. 6 a 8, que contribuíram para que fosse necessário este alargamento no período de recolha de dados.

Nas sessões anteriores, destinadas à construção do friso cronológico, que decorreram no período de 14 a 23 de maio, os(as) alunos(as) verificaram que a Expansão Marítima teve duas fases para Portugal. Numa primeira fase, as descobertas e ocupação de territórios. Na segunda fase, a perda desses territórios por independência, por doação ou por conquista de outros países. Excecionalmente, em alguns casos, a primeira fase é simultânea com a segunda, como por exemplo, a independência do Brasil antes da ocupação em Angola.

À medida que ia colocando no friso cronológico as datas assinaladas, a turma apercebeu-se de que, atualmente, o nosso país é constituído apenas pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, concluindo que tudo o que Portugal possuía anteriormente, acabou por perder, com o decorrer do tempo.

Decidi inquirir as crianças sobre qual o título a atribuir ao friso cronológico. Como resultado desta questão, obtive os seguintes comentários dos(as) alunos(as):

C. (10 anos) - "Este friso cronológico mostra-nos que Portugal já tem uma história de há muitos séculos."

Ra. (10 anos) - "Com o friso cronológico, podemos ver quais os territórios que pertenceram a Portugal anteriormente."

R. (10 anos) - "Este friso cronológico mostra que Portugal já teve muitos territórios e que, atualmente, é só constituído pelo território continental e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira."

I. M. (10 anos) – "Com este friso cronológico vemos os territórios que Portugal conquistou e depois perdeu."

F. (10 anos) – "Este friso cronológico pode também mostrar o que aconteceu dentro e fora de Portugal entre os séculos XI e XXI."

A partir destes comentários, verifiquei que os(as) alunos(as) tinham consciência de que a História de Portugal tem vindo a ser construída há já muitos séculos, tal como refere a C. (10 anos). As crianças reconheceram também que durante este período, entre o século XI e o século XXI, Portugal teve duas fases vincadamente marcadas, tal como referi anteriormente. Concluí assim, que os(as) alunos(as) compreenderam o conteúdo do friso cronológico, tendo consciência de que este nos revela as alterações que se registaram no território português entre os séculos XI e XXI.

Tendo em conta os comentários obtidos, decidimos atribuir o seguinte título: "Território Português: século XI - XXI."

5 - RESULTADOS

Apresento, seguidamente, os resultados que obtive na análise que realizei às respostas dos(as) alunos(as) nas tarefas propostas, bem como às entrevistas feitas a cinco alunos(as) e à professora cooperante.

5.1. Análise detalhada das tarefas propostas

Selecionei cinco crianças desta turma para analisar as respostas às tarefas propostas (o critério de seleção foi justificado, anteriormente, nas p. 41 a 44).

Na apreciação dos registos escritos parti dos indicadores de análise, estabelecidos antecipadamente, durante a produção das tarefas (c.f. Tabela 1).

Inicialmente, analiso cada uma das tarefas, centrando-me no grupo de cinco alunos(as) que escolhi para este estudo. Analiso o modo como as crianças utilizavam o friso cronológico na disciplina de História e Geografia de Portugal, identificando, simultaneamente, a(s) facilidade(s)/dificuldade(s) que apresentavam, bem como as dúvidas que surgiam na utilização deste recurso educativo e, ainda, a forma como desenvolveram, ou não, a noção de temporalidade, a partir do uso deste recurso educativo.

5.1.1. Tarefa: “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII”

A “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII” foi a primeira tarefa deste projeto que os(as) alunos(as) realizaram e ocorreu no dia 30 de abril de 2014.

Numa primeira fase de preparação, estabeleci os indicadores que pretendia analisar com esta tarefa (c.f. Tabela 1). A escolha destes critérios de análise é justificada a partir das

indicações que a professora cooperante indicou, na entrevista que lhe fiz (c.f. p. 103 a 105), durante o período de preparação deste estudo.

Para a produção desta tarefa, recorri, novamente, à informação que a professora cooperante tinha referido, durante as conversas informais que realizámos acerca dos conteúdos que a turma tinha estudado na disciplina de História e Geografia de Portugal. Elaborei um levantamento de alguns acontecimentos históricos que marcaram os períodos históricos já trabalhados em sala de aula, tendo em conta o tema do friso cronológico: “Território português: séculos XI a XXI” (que ainda não tinha sido revelado às crianças nesta fase). Deste modo, iniciei esta abordagem com temas que já faziam parte do conhecimento dos(as) alunos(as).

Depois de produzida e respondida pelos(as) alunos(as), seguiu-se a fase de análise desta tarefa (c.f. Tabela 1 – Apêndice 6).

Numa análise feita à primeira questão, constatei que tanto o R. (10 anos) como a Ra. (10 anos) demonstraram ter capacidade para ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos. Ambos responderam a esta questão sem qualquer incorreção. Ainda relativamente a estas crianças, verifiquei que identificaram, corretamente, os séculos correspondentes às datas assinaladas (Fig. 1).

2	1143: Tratado de Zamora: Afonso Henriques reconhecido como rei de Portugal por D. Afonso VII	XI
4	1217: Reconquista de Alcácer do Sal	XIII
1	1096: Condado Portucalense fica a cargo de D. Henrique	XI
3	1191: Mouros retomam Alcácer do Sal, Silves, Palmela e Almada	XII
6	1297: Tratado de Alcanizes: Definição das fronteiras de Portugal	XIII
5	1249: Reconquista de Albufeira, Faro e Silves	XIII

Figura 1 - Resolução do R. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"

Por outro lado, verifiquei que as restantes três crianças apresentaram incorreções na ordenação cronológica dos acontecimentos históricos. No caso da I. M. e do F. (10 anos) trocaram a ordem cronológica de dois dos acontecimentos históricos (Fig. 2).

- 1 1143: Tratado de Zamora: Afonso Henriques reconhecido como rei de Portugal por D. Afonso VII X I
- 4 1217: Reconquista de Alcácer do Sal X I I
- 2 1096: Condado Portucalense fica a cargo de D. Henrique X
- 3 1191: Mouros retomam Alcácer do Sal, Silves, Palmela e Almada X I
- 6 1297: Tratado de Alcanizes: Definição das fronteiras de Portugal X I I
- 5 1249: Reconquista de Albufeira, Faro e Silves X I I

Figura 2 - Resolução da I. M. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"

O J. (10 anos) revelou quatro incorreções nesta resposta (Fig. 3). Não tive oportunidade de confrontar estas três crianças com as respostas que indicaram e, como tal, não foi possível detetar a origem destas incorreções.

- 1 1143: Tratado de Zamora: Afonso Henriques reconhecido como rei de Portugal por D. Afonso VII X I
- 5 1217: Reconquista de Alcácer do Sal X D I
- 2 1096: Condado Portucalense fica a cargo de D. Henrique X I
- 3 1191: Mouros retomam Alcácer do Sal, Silves, Palmela e Almada X I
- 6 1297: Tratado de Alcanizes: Definição das fronteiras de Portugal X I I
- 4 1249: Reconquista de Albufeira, Faro e Silves X I I

Figura 3 - Resolução do J. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"

Em relação à competência que estas três crianças apresentaram para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século, mostraram que ainda não sabiam aplicar o único critério científico para definir o século. Contudo, a partir da

análise da resposta a esta questão, concluiu que estavam a começar a perceber este critério, pois, nas suas incorreções, indicaram o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, apesar de não terem tido em consideração (ou não saberem ainda) se estes estavam, ou não, seguidos de zeros (Fig. 2, 3 e 4).

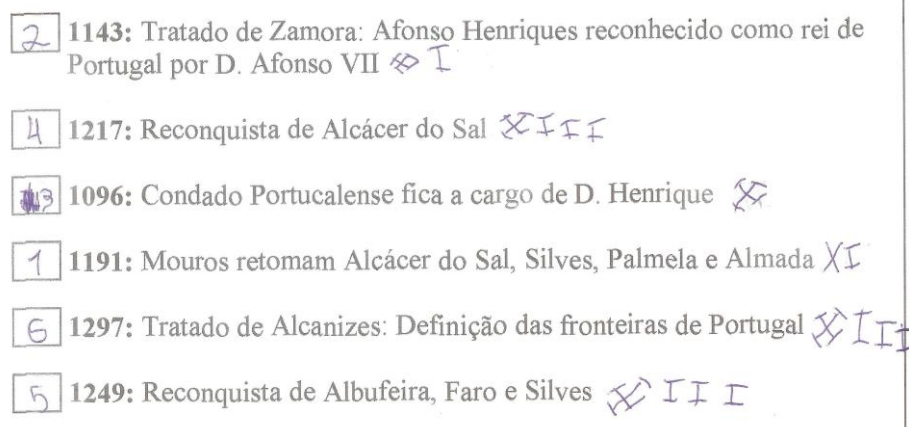


Figura 4 - Resolução do F. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII"

Realizei uma leitura global das respostas da turma a esta tarefa (c.f. Tabela 2 – Apêndice 6). Estes dados foram cruciais para as sessões/tarefas seguintes, uma vez que me ajudaram a perceber quais eram as questões que tinham de ser mais aprofundadas durante a implementação do projeto.

Naquele momento inicial, as maiores fragilidades dos(as) alunos(as) centraram-se no domínio da numeração romana, uma vez que das vinte e três crianças, quatro revelaram necessidade de recorrer à numeração árabe para indicar o século. No mesmo sentido, também a correspondência entre um determinado ano e o respetivo século precisava de ser ainda aprofundada. Mais de 50% das crianças revelaram fragilidades na resposta a esta questão. Dentro destas, a maioria (87 %) reconheceu o século identificando os primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos, ou não, por zeros, o que revela que começavam a saber aplicar o critério científico de definição do século.

5.1.2. Tarefa: “Friso Cronológico: Revolução de 1383-85”

A tarefa “Friso Cronológico: Revolução de 1383-85” desenvolveu-se a 14 de maio de 2014.

Durante a fase de preparação, estabeleci os indicadores que pretendia analisar (c.f. Tabela 1). As razões que justificam a escolha destes indicadores de análise prendem-se com a interpretação das facilidade(s)/dificuldade(s) que os(as) alunos(as) apresentaram e as dúvidas que se colocaram na utilização do friso cronológico.

De seguida, defini o tema de HGP que utilizei nesta tarefa. Como nas sessões anteriores a turma tinha estudado a "Revolução de 1383-85", elegi este tema para a execução/implementação deste exercício. Comecei por fazer um levantamento dos acontecimentos históricos que o manual escolar dos(as) alunos(as) referia como sendo os mais marcantes da Revolução de 1383-85 (Tratado de Salvaterra de Magos, morte de D. Fernando, Batalha de Atouguia, cerco de Lisboa pelo exército castelhano e Batalha de Aljubarrota) e registei as datas em que estes ocorreram.

Depois de produzida e respondida pelos(as) alunos(as), seguiu-se a fase de análise desta tarefa (c.f. Tabela 3 – Apêndice 6).

Constatei nesta análise que apenas um dos cinco alunos, o R. (10 anos), identificou o século no local correto do friso cronológico (Fig. 8), sendo que os(as) restantes, assinalaram-no, tendo em conta as colunas correspondentes às datas, tal como ilustra a figura seguinte.

Friso Cronológico			
Século	XIV	XIV	XIV
Anos	1383	1384	1385
Acontecimentos	<div>Morte de Fernando</div> <div>Tratado de Salvaterra de Magos</div> <div>D. Leonor Teles assume a regência de Portugal</div>	<div>Batalha de Atouguia</div> <div>Cerco de Lisboa pelo exército castelhano</div>	<div>Cortes de Coimbra</div> <div>Batalha de Aljubarrota</div>

Figura 5 - Resolução da Ra. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Tanto o R. como a Ra. (10 anos) apresentaram capacidade para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século (Fig. 5). Já a I. M. (10 anos) mostrou que ainda não conseguia estabelecer esta correspondência, referindo que estes acontecimentos tinham ocorrido no século XVI. Este resultado levou-me a explorar esta questão juntamente com a aluna, de forma a tentar compreender as suas fragilidades, uma vez que na tarefa anterior, tinha verificado que ela estava a começar a perceber este critério. Apercebi-me que as suas dificuldades estavam relacionadas com o domínio da numeração romana, pensado que XVI representava catorze (Fig. 6).

Friso Cronológico			
Século	XVI		XVI
Anos	1383		1384
Acontecimentos	<div> <div>Morte de D. Fernando</div> <div>Batalha de Salvedor de Magos</div> </div>		<div> <div>Batalha de Aljubarrota</div> <div>Tratado de Lisboa pelo qual se reconhece a soberania de Castela</div> </div>
	<div> <div>D. Leonor Teles assume a regência de Portugal</div> </div>		<div> <div>Cortes de Coimbra</div> <div>Batalha de Aljubarrota</div> </div>

Figura 6 - Resolução da I. M. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Quanto ao J. (10 anos) e ao F. (10 anos), tal como na tarefa anterior, definiram o século, a partir dos dois primeiros algarismos do ano correspondente, mas não identificaram a necessidade deste estar seguido, ou não, de zeros (Fig. 7 e 9)

Friso Cronológico			
Século	III		III
Anos	1383		1384
Acontecimentos	<div> <div>Morte de D. Fernando</div> <div>Batalha de Salvedor de Magos</div> </div>		<div> <div>Batalha de Aljubarrota</div> <div>Tratado de Lisboa pelo qual se reconhece a soberania de Castela</div> </div>
	<div> <div>D. Leonor Teles assume a regência de Portugal</div> </div>		<div> <div>Cortes de Coimbra</div> <div>Batalha de Aljubarrota</div> </div>

Figura 7 - Resolução do F. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Numa análise à questão em que se verificava a competência dos(as) alunos(as) para assinalar, no friso cronológico, os acontecimentos históricos indicados, apurei que apenas o R. (10 anos) assinalou todos os acontecimentos históricos no respetivo local.

Friso Cronológico			
Século	XIV		
Anos	1383	1384	1385
Acontecimentos	<div>a)</div> <div>b)</div> <div>D. Leonor Teles assume a regência de Portugal</div>	<div>c)</div> <div>d)</div>	<div>Cortes de Coimbra</div> <div>e)</div>

1. Completa os espaços em branco com os seguintes acontecimentos históricos:

abril de 1383 - Tratado de Salvaterra de Magos a)
 outubro de 1383 - Morte de D. Fernando b)
 abril de 1384 - Batalha de Atoleiros c)
 maio de 1384 - Cerco de Lisboa pelo exército castelhano d)
 agosto de 1385 - Batalha de Aljubarrota e)

Figura 8 - Resolução do R. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

A Ra., a I. M. e o J. (10 anos) trocaram dois acontecimentos de posição, visto que se tratavam de duas ocorrências do mesmo ano, apesar de terem acontecido em meses diferentes (Fig. 5, 6 e 9). Já o F. (10 anos), assinalou incorretamente quatro acontecimentos históricos. Como forma de compreender as dificuldades deste aluno propus-lhe, novamente, a realização deste exercício, numa conversa informal que estabeleci com ele, posterior à aula. Apercebi-me que as fragilidades deste aluno se prendem com a interpretação que faz da informação representada no friso cronológico, sendo que não sabia identificar os anos correspondentes aos acontecimentos assinalados.

Friso Cronológico			
Século	XIII		
Anos	1383	1384	1385
Acontecimentos	<div>morte D. Fernando</div> <div>Tratado de Salvaterra de Magos</div> <div>D. Leonor Teles assume a regência de Portugal</div>	<div>Batalha de Atoleiros</div> <div>Cerco de Lisboa pelo exército castelhano</div>	<div>Cortes de Coimbra</div> <div>Batalha de Aljubarrota</div>

Figura 9 - Resolução do J. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Em análise à questão relativa à ordenação cronológica dos acontecimentos, tanto o R. (10 anos) como a Ra. (10 anos) responderam corretamente, revelando, tal como na tarefa anterior, capacidade para ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos (Fig. 10). No entanto, no caso desta aluna, verifica-se uma incoerência com a forma como assinalou os mesmos no friso cronológico, pois, como já referi, não representou no local correto do friso cronológico dois acontecimentos (Fig. 5), o que me leva a pensar que o tenha feito apenas por uma questão de falta de concentração, reforçada pelo facto de os dois acontecimentos que a aluna trocou terem-se registado no mesmo ano, apesar de terem acontecido em meses diferentes.

- ☒ 6 Cortes de Coimbra, onde D. João, mestre de Avis é escolhido para rei de Portugal.
- ☒ 1 Tratado de Salvaterra de Magos
- ☒ 3 D. Leonor Teles assume a regência de Portugal
- ☒ 2 Morte de D. Fernando
- ☒ 4 Batalha de Atoleiros
- ☒ 5 Cerco de Lisboa
- ☒ 7 Batalha de Aljubarrota

Figura 10 - Resolução da Ra. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Também o J. (10 anos) (duas incorreções) e o F. (10 anos) (quatro incorreções) estabeleceram esta incoerência, uma vez que a ordenação cronológica que identificaram (Fig. 11), não correspondeu ao que preencheram no friso cronológico (Fig. 7 e 9). Como forma de compreender a origem das fragilidades que estes alunos apresentaram desenvolvi um diálogo, com cada um, sobre as respostas que redigiram. Esta conversa permitiu-me concluir que tinha de os apoiar, no sentido de os ajudar a compreender como podiam organizar cronologicamente as datas que lhes eram indicadas. Ambos mostraram que tinham dificuldades em perceber a sucessão dos acontecimentos.

- ☒ 6 Cortes de Coimbra, onde D. João, mestre de Avis é escolhido para rei de Portugal.
- ☒ 1 Tratado de Salvaterra de Magos
- ☒ 3 D. Leonor Teles assume a regência de Portugal
- ☒ 2 Morte de D. Fernando
- ☒ 5 Batalha de Atoleiros
- ☒ 4 Cerco de Lisboa
- ☒ 7 Batalha de Aljubarrota

Figura 11 - Resolução do J. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

A I. M. (10 anos) ordenou, incorretamente, dois dos acontecimentos históricos, trocando a sua ordem (Fig. 12). No entanto, verifiquei que a aluna se tinha orientado pelo modo como assinalou os acontecimentos no friso cronológico, em resposta à questão anterior.

- ☒ 6 Cortes de Coimbra, onde D. João, mestre de Avis é escolhido para rei de Portugal.
- ☒ 2 Tratado de Salvaterra de Magos
- ☒ 3 D. Leonor Teles assume a regência de Portugal
- ☒ 4 Morte de D. Fernando
- ☒ 5 Batalha de Atoleiros
- ☒ 6 Cerco de Lisboa
- ☒ 7 Batalha de Aljubarrota

Figura 12 - Resolução da I. M. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Em resposta à última questão, constatei que todos(as) os(as) alunos(as) identificaram, corretamente, as datas de dois dos acontecimentos históricos do friso cronológico, mostrando assim, proficiência para identificar as datas correspondentes aos acontecimentos históricos presentes no friso cronológico (Fig. 13).

4. Indica a data dos seguintes acontecimentos históricos:

4.1. Cortes de Coimbra: 1385

4.2. D. Leonor Teles assume a regência de Portugal: 1383

Figura 13 - Resolução do R. (10 anos) na questão 4 da tarefa "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Tal como na tarefa anterior, elaborei uma leitura geral dos registos escritos da turma, tendo em conta as incorreções dos(as) alunos(as), como forma de perceber, quais as maiores fragilidade que os mesmos apresentavam (c.f. Tabela 4 – Apêndice 6). Mais uma vez, ressalvo a importância da análise destes dados para as sessões/tarefas seguintes, pois, permitiram-me verificar quais eram as questões que tinham de ser mais aprofundadas durante a implementação do projeto.

Nesta fase, as maiores fragilidades registadas diziam respeito à identificação do século no friso cronológico, em termos de estrutura/organização, uma vez que 60% das crianças assinalou o século em cada uma das colunas correspondentes aos anos. Em relação à tarefa anterior, em que 50% das crianças revelaram fragilidades em estabelecer correspondência entre uma determinada data e o respetivo século, constatei que se registou uma evolução significativa, sendo que apenas 15% não respondeu corretamente a esta questão. No entanto, os(as) alunos(as) que constituem esta percentagem mostraram que começavam a compreender o critério científico de definição de século, pois, assinalaram-no a partir dos dois primeiros algarismos do ano indicado. É de salientar que em vinte crianças, uma não respondeu a esta questão porque necessitou de se ausentar durante o desenvolvimento desta tarefa em sala de aula.

Metade das crianças mostraram competência para assinalar no friso cronológico os acontecimentos históricos indicados. Dos outros 50%, verifiquei que 40% trocaram a posição de dois acontecimentos no friso cronológico, o que justifico pelo facto de que se tratavam de duas ocorrências do mesmo ano, apesar de terem acontecido em meses diferentes. Dos restantes 10%, metade registou três incorreções e a outra metade quatro, sendo que estas se referem aos alunos F. e J. (10 anos).

A respeito da ordenação cronológica dos acontecimentos históricos, registou-se um maior número de respostas incorretas face à tarefa anterior. No entanto, 40% das crianças revelaram duas incorreções, sendo que 36% se deveu à forma incorreta como assinalaram dois dos acontecimentos no friso cronológico. Para além destes, apenas um aluno, o F. (10 anos), teve quatro incorreções e uma outra aluna não respondeu porque, tal como referi anteriormente, necessitou de se ausentar durante o desenvolvimento desta tarefa em sala de aula.

Numa análise à questão que considera a proficiência para identificar as datas correspondentes aos acontecimentos históricos presentes no friso cronológico, constatei que 90% da turma reconheceu a data correspondente aos acontecimentos históricos representados no friso cronológico. Os restantes 10% não responderam a esta questão, sendo que uma das crianças foi a aluna que teve de se ausentar. Em relação à outra

criança, desconheço as razões que a levaram a não responder, visto que as suas respostas às outras questões estavam, maioritariamente, corretas.

5.1.3. Tarefa: “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX”

A terceira tarefa é muito idêntica à primeira, tendo sido efetuadas com um intervalo de quatro semanas e dois dias (esta última realizou-se a 23 de maio de 2014). Em ambas, pretendia analisar a “capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos” e a “competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século”. A análise destes dois indicadores, em períodos de tempo diferentes, permitiu-me perceber se os(as) alunos(as) mantiveram as mesmas dificuldades ou se este estudo os apoiou nesse sentido.

Para a produção desta tarefa, recorri à informação representada no friso cronológico que foi construído com a turma (c.f. Apêndices 2 e 3), para que os(as) alunos(as) associassem a atividade de construção do friso cronológico, desenvolvida em sala de aula, com as tarefas propostas (c.f. Apêndice 5).

Depois de produzida e respondida pelos(as) alunos(as), seguiu-se a fase de análise desta tarefa (c.f. Tabela 5 – Apêndice 6).

Tal como na primeira tarefa, a Ra. e o R. (10 anos) acertaram as duas questões colocadas, apresentando, portanto, capacidade para ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos e competência para estabelecer correspondência entre uma determinada data e o respetivo século (Fig. 14).

-
- A vertical list of historical events with handwritten corrections in purple ink. Each item consists of a number in a box, a date, a description, and a century written in Roman numerals.
- 3 1498: Chegada à Índia XV
 - 2 1425: Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira XV
 - 5 1668: Tratado de Lisboa: Portugal cede Ceuta a Espanha XVII
 - 6 1975: Independência de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau XX
 - 1 1415: Conquista de Ceuta XV
 - 4 1510: Conquista de Goa XVI

Figura 14 - Resolução do R. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XXI"

A I. M. e o F. (10 anos) registaram uma evolução significativa em relação às tarefas anteriores, no que diz respeito à ordenação cronológica dos acontecimentos históricos. Na primeira tarefa, ambos trocaram a ordem de dois acontecimentos. Na segunda tarefa, a I. M. (10 anos), seguindo a forma como assinalou os acontecimentos no friso cronológico, voltou a ter duas incorreções e o F. (10 anos) teve quatro incorreções. Nesta terceira tarefa, estas duas crianças ordenaram, corretamente, todos os acontecimentos históricos, revelando um desenvolvimento na noção da sequência (cronológica) da sucessão dos anos (Fig. 15).

-
- 3 1498: Chegada à Índia X | V
 - 2 1425: Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira X | V
 - 5 1668: Tratado de Lisboa: Portugal cede Ceuta a Espanha X V |
 - 6 1975: Independência de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau X | X
 - 1 1415: Conquista de Ceuta X | V
 - 4 1510: Conquista de Goa X V

Figura 15 - Resolução da I. M. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XXI"

Por outro lado, o J. (10 anos) continuou a apresentar fragilidades, sendo que teve duas incorreções (Fig. 16). Mais uma vez, desenvolvi conversas informais com este aluno, no sentido de o apoiar em relação a esta questão, propondo-lhe exercícios com o mesmo formato. Nestas conversas apercebi-me que o J. (10 anos) tinha falta de confiança e, consequentemente, revelava insegurança nas respostas.

-
- 4 1498: Chegada à Índia X | V
 - 2 1425: Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira X | V
 - 5 1668: Tratado de Lisboa: Portugal cede Ceuta a Espanha X V |
 - 6 1975: Independência de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau X | X
 - 1 1415: Conquista de Ceuta X | V
 - 3 1510: Conquista de Goa X V

Figura 16 - Resolução do J. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XXI"

Em relação à questão relativa à correspondência entre uma determinada data e o respetivo século, o F. (10 anos) mostrou que já reconhecia o critério científico para a definição de século, apresentando ainda uma incorreção na sua resposta (Fig. 17). De forma a compreender a razão para o aluno ter registado esta incorreção questionei-o, oralmente, sobre o século que tinha assinalado incorretamente. Sem hesitação, afirmou que o ano de 1415 correspondia ao século XV, o que me levou a crer que esta incorreção no registo escrito foi por questões de concentração. Tanto o J. como a I. M. (10 anos) (Fig. 15 e 16) não identificaram o critério científico, mantendo a ideia de que o século é reconhecido a partir dos primeiros algarismos da data, sendo estes seguidos, ou não, de zero.

3 1498: Chegada à Índia

2 1425: Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira

5 1668: Tratado de Lisboa: Portugal cede Ceuta a Espanha

6 1975: Independência de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau

1 1415: Conquista de Ceuta

4 1510: Conquista de Goa

Figura 17 - Resolução do F. (10 anos) na tarefa "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX"

Como nas tarefas anteriores, elaborei uma leitura geral das respostas da turma, tendo em conta as incorreções dos(as) alunos(as) vistas na primeira tarefa. Realizei uma interpretação comparativa, com o intuito de verificar se as dúvidas das crianças se alteraram ou se mantiveram (c.f. Tabela 6 – Apêndice 6).

Face à percentagem obtida em resposta à ordenação cronológica dos acontecimentos históricos, verifiquei que 87% dos(as) alunos(as) responderam corretamente a esta questão. Ainda assim, 13% das crianças revelaram incorreções, sendo uma delas o J. (10

anos). Em relação aos restantes dois alunos, verifiquei que um se enganou a redigir a resposta que pretendia, sendo que quando questionado oralmente indicou-a corretamente, enquanto o outro, mostrou ainda fragilidades nesta questão.

No que diz respeito à questão relativa à correspondência entre uma determinada data e o respetivo século, continuou a ser a que gerou maiores dúvidas, sendo que os(as) alunos(as) começavam a reconhecer o critério científico para definir o século só que tinham apenas em consideração os primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes, ou não, seguidos de zeros. No entanto, registou-se uma evolução significativa, uma vez que na primeira tarefa, 65% das crianças teve, no máximo, uma incorreção, ao passo que nesta, 82% encontraram-se nesta situação. Os restantes 8% revelaram, como já referi, que começavam a saber aplicar o critério para definir o século.

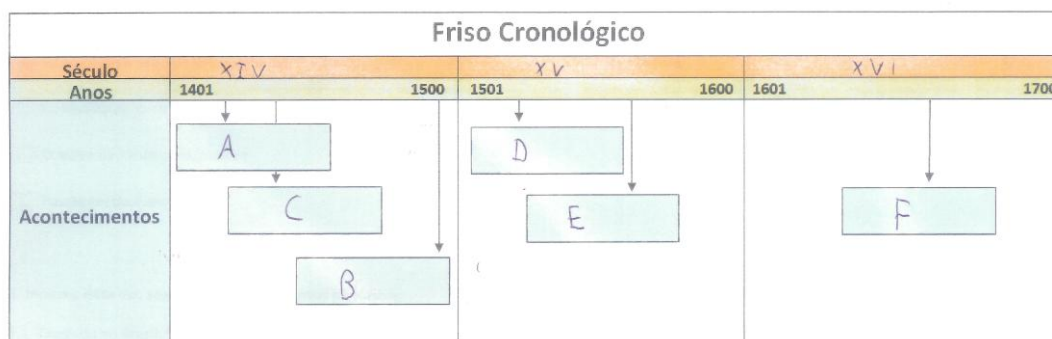
5.1.4. Tarefa: “Friso Cronológico: Expansão Marítima”

A quarta tarefa é muito idêntica à segunda, tendo sido efetuadas com um intervalo de uma semana e dois dias (esta última realizou-se a 23 de maio de 2014). Tal como nas tarefas anteriores, estabeleci os indicadores de análise na fase de preparação (c. f. Tabela 1).

Como nas sessões anteriores, o tema abordado tinha sido a "Expansão Marítima", recorri ao mesmo para a execução/implementação deste exercício. Para a produção desta tarefa, recorri à informação representada no friso cronológico que foi construído com a turma (c.f. Apêndices 2 e 3), para que os(as) alunos(as) associassem a construção do friso cronológico em sala de aula com as tarefas propostas. Desta forma, verificava se a utilização do friso cronológico tinha sido um apoio para o desenvolvimento da noção de temporalidade dos(as) alunos(as) ou se registavam as mesmas dificuldades que tinham antes da implementação do projeto.

Depois de produzida e implementada esta tarefa, seguiu-se a fase de análise (c.f. Tabela 7 – Apêndice 6).

Constatei nesta análise que as cinco crianças assinalaram o século, relativo a cada acontecimento, no local correto, o que não se verificou na segunda tarefa, pois, apenas o R. (10 anos) respondeu corretamente a esta questão (Fig. 18).



1. Completa os espaços em branco com os seguintes acontecimentos históricos:

1415 - Conquista de Ceuta **A**

1434 - Passagem do Cabo Bojador **B**

1500 - Chegada ao Brasil **C**

1505 - Início da ocupação em Moçambique **D**

1557 - Doação de Macau a Portugal, por parte da China **E**

1662 - Doação de Tânger a Inglaterra **F**

Figura 18 - Resolução do J. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Tal como se registou nas tarefas anteriores, o R. e a Ra. (10 anos) apresentaram capacidade para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século (Fig. 19).

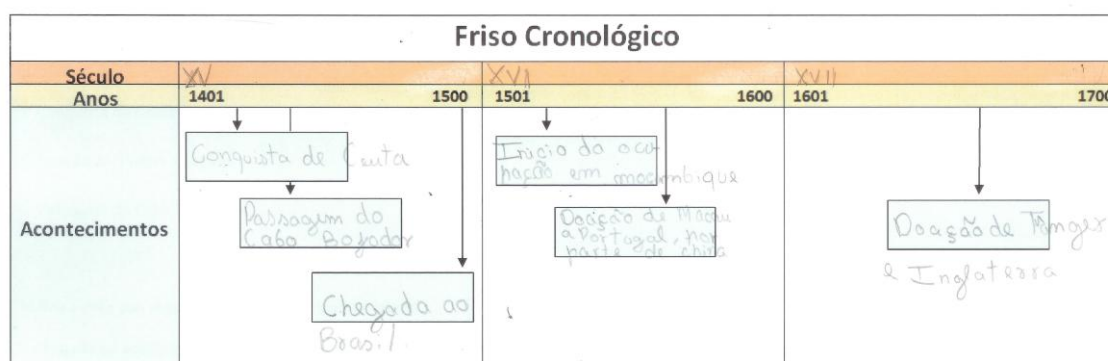


Figura 19 - Resolução da Ra. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Também o F. (10 anos) registou uma evolução nesse sentido, sendo que na primeira tarefa não soube aplicar o critério científico para definir o século, na segunda tarefa mostrou que tinha noção de que para identificar o século tinha de ter em consideração os primeiros algarismos do ano correspondente, mesmo não sabendo da importância destes serem seguidos, ou não, de zeros e, nesta tarefa, revelou que sabia aplicar este critério respondendo corretamente a esta questão (Fig. 20).

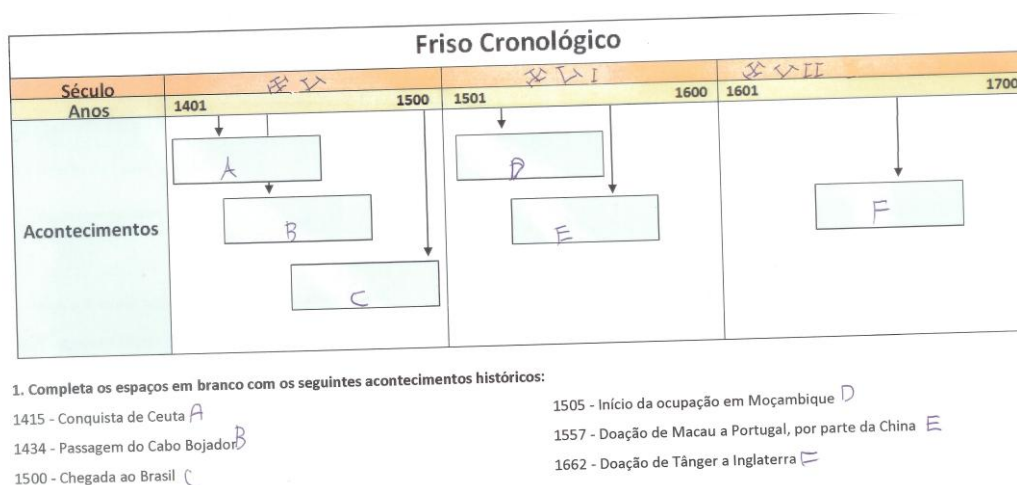
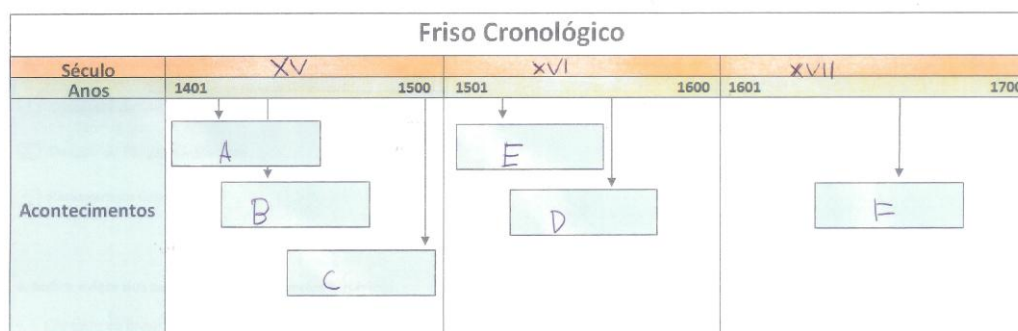


Figura 20 - Resolução do F. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Em relação ao J. e à I. M. (10 anos) continuaram a identificar o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente (Fig. 18)

Numa análise à questão que me permitia verificar se os(as) alunos(as) sabiam assinalar, no friso cronológico, os acontecimentos históricos, constatei que se registou uma evolução em relação à segunda tarefa. Uma semana e dois dias antes, apenas o R. (10 anos) respondeu corretamente a esta questão. Nesta tarefa, para além deste aluno, também a Ra. e o F. (10 anos) apresentaram competência para assinalar no friso cronológico os acontecimentos históricos (Fig. 19 e 20). Tanto o J. como a I. M. (10 anos) registaram duas incorreções em ambas as tarefas, trocando a posição de dois dos acontecimentos (Fig. 18 e 21).



1. Completa os espaços em branco com os seguintes acontecimentos históricos:

1415 - Conquista de Ceuta A

1505 - Início da ocupação em Moçambique D

1434 - Passagem do Cabo Bojador B

1557 - Doação de Macau a Portugal, por parte da China F

Figura 21 - Resolução da I. M. (10 anos) nas questões 1 e 2 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Em análise à questão relativa à ordenação cronológica dos acontecimentos, o R., a Ra., o F. (Fig. 22) e a I. M. (10 anos) responderam corretamente, apresentando capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos referidos. (Fig. 22)

- ☒ 3 Início da ocupação em Moçambique
- ☒ 1 Conquista de Ceuta
- ☒ 4 Doação de Tânger a Inglaterra
- ☒ 2 Passagem do Cabo Bojador

Figura 22 - Resolução do F. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

O J. (10 anos) apresentou duas incorreções (Fig. 23) e a ordenação cronológica que estabeleceu não correspondeu à forma como registou os acontecimentos históricos no friso cronológico. Mais uma vez, tal como se verificou nas tarefas anteriores, face às fragilidades que o J. (10 anos) apresentou nesta tarefa, desenvolvi uma conversa com este aluno, com o intuito de tentar apoiá-lo na estruturação das noções de temporalidade, uma vez que me apercebi que estas conversas informais eram

fundamentais para este aluno. Através deste diálogo, incentivava o J. (10 anos), de forma a que não se sentisse inseguro nas respostas que indicava.

- ☒ 4 Início da ocupação em Moçambique
- ☒ 1 Conquista de Ceuta
- ☒ 3 Doação de Tânger a Inglaterra
- ☒ 2 Passagem do Cabo Bojador

Figura 23 - Resolução do J. (10 anos) na questão 3 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Em resposta à última questão, constatei que, tal como na segunda tarefa, todos(as) os(as) alunos(as) identificaram, corretamente, as datas de dois dos acontecimentos históricos do friso cronológico (Fig. 24), mostrando assim, proficiência para identificar as datas correspondentes aos acontecimentos históricos presentes no friso cronológico.

- 4.1. Chegada ao Brasil: 1500
- 4.2. Doação de Macau a Portugal, por parte da China: 1557

Figura 24 - Resolução da Ra. (10 anos) na questão 4 da tarefa "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Do mesmo modo que nas tarefas anteriores, elaborei uma leitura geral dos registos escritos da turma, tendo em consideração as incorreções dos(as) alunos(as), como forma de perceber, quais as maiores fragilidades que os mesmos apresentam (c.f. Tabela 8 – Apêndice 6). Ressalvo a importância da análise destes dados para compreender se a utilização do friso cronológico apoia os(as) alunos(as) no desenvolvimento das noções de temporalidade.

Verificou-se que entre a primeira e a quarta tarefa registou-se uma evolução relativamente à identificação do século no friso cronológico, sendo que na primeira

tarefa tinham-se verificado 40% respostas corretas, sendo que nesta tarefa obteve-se uma percentagem de 82,6%. Os restantes 17,4% não responderam à questão, indicando que não sabiam indicar qual era o século correspondente à data que estava indicada.

Em análise à questão que explorava a competência para assinalar no friso cronológico os acontecimentos históricos indicados, verifiquei na segunda tarefa, apenas metade das crianças respondeu corretamente e desta tarefa resultaram 90% respostas corretas. Os restantes 10% dizem respeito à I. M. e ao J. (10 anos) que registaram duas incorreções, tendo trocado dois acontecimentos históricos da posição correta da sua representação no friso cronológico.

A respeito da ordenação cronológica dos acontecimentos históricos, registou-se um maior número de respostas corretas face à segunda tarefa, registando-se que dezanove crianças em vinte e duas não tiveram incorreções.

5.1.5. “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

A quinta e última tarefa foi implementada e concluída fora da disposição temporal do estágio, assim como as entrevistas realizadas às crianças (ocorreram no dia 30 de maio), uma vez que existiram constrangimentos, mencionados anteriormente nas p. 6 a 8, que contribuíram para que fosse necessário este alargamento no período da recolha de dados.

Estava prevista desde o início e era indispensável para este estudo, uma vez que envolvia questões que não tinham sido colocadas nas outras tarefas, que me permitiram analisar a “competência para relacionar as informações presentes em ambos os frisos cronológicos” e a “capacidade de identificar as datas dos reinados através do friso cronológico”. Para além das razões já apresentadas anteriormente, que justificam a escolha destes indicadores, acrescento ainda, a utilidade desta tarefa para verificar se os(as) alunos(as) conseguiram interpretar a informação representada no friso cronológico e associar o conteúdo presente em dois frisos cronológicos distintos.

Como tenho vindo a referir, esta tarefa envolveu a utilização de dois frisos cronológicos distintos. Um destes tratou-se do friso cronológico que foi construído com a turma em sala de aula, sobre o território português entre os séculos XI e XXI e cuja descrição da sua construção, preparação, implementação e análise foi descrita anteriormente (c.f. p. 50 a 66). O segundo friso cronológico foi construído por mim e utilizado apenas nesta tarefa. O uso deste teve como objetivo mostrar às crianças um outro friso cronológico, para além do que tinha sido construído em sala de aula, com um tema diferente, que representava acontecimentos ocorridos no mesmo período. Era uma forma de os(as) alunos(as) perceberem que os frisos cronológicos podem representar o mesmo intervalo de tempo, mas com informações/temas distintos, dando-lhes a possibilidade de verificarem que dois ou mais acontecimentos ocorreram simultaneamente, como por exemplo “a chegada da embarcação portuguesa ao Brasil” e o “reinado de D. Manuel I” (1500).

Definidos os indicadores de análise que pretendia com esta tarefa, era necessário construir o segundo friso cronológico. Contrariamente ao outro, que foi construído pelos(as) alunos(as), este passou por um processo diferente que passo agora a descrever (c.f. Apêndice 4).

A primeira etapa foi a escolha do tema para este friso cronológico. Durante o período em que a minha parceira de estágio estava a lecionar a disciplina de HGP, observei que a turma, de um modo geral, demonstrava interesse em saber os reis que governaram Portugal. Durante as sessões, os(as) alunos(as) questionavam, regularmente, qual era o reinado correspondente ao período histórico que estava a ser estudado. De modo a relacionar este interesse revelado pelas crianças a este estudo, optei por representar as datas correspondentes aos reinados da primeira e segunda dinastia neste friso cronológico. A razão para ter eleito estas dinastias e não outras, deve-se apenas à correspondência com os conteúdos de HGP que os(as) alunos(as) tinham estudado anteriormente.

Seguiu-se a etapa de construção, que foi idêntica à do outro friso cronológico (c.f. p. 50 e 51). Utilizei o papel de cenário como material para a base do friso cronológico e

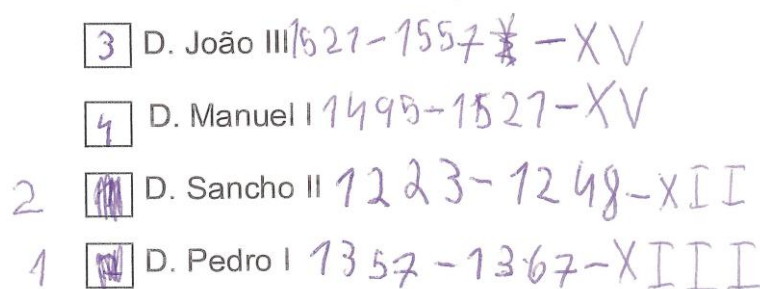
recortei-o com as dimensões que defini para este (145x45 cm). Posteriormente, assinalei a representação de cada século, recorrendo a uma relação de proporcionalidade representada a partir de uma escala de medida de 20x38 cm correspondente a cem anos. Relativamente às cores, elegi as mesmas que utilizei no outro friso cronológico.

Depois, estabeleci a lista dos reinados da 1.^a e 2.^a dinastia e realizei o seu registo escrito, assinalando também as respetivas datas.

Terminada a construção do friso cronológico representativo da 1.^a e 2.^a dinastia, produzi uma lista de questões com o intuito de dar resposta aos indicadores de análise que estabeleci (c.f. Tabela 1). Para responder a estas, os(as) alunos(as) tinham de interpretar/associar a informação representada em ambos os frisos cronológicos (c.f. Apêndice 5)

Depois de produzida e respondida pelos(as) alunos(as), seguiu-se a fase de análise desta tarefa (c.f. Tabela 9 – Apêndice 6).

Em análise à questão relativa à ordenação cronológica dos reinados, constatei que os(as) alunos(as) responderam corretamente a esta questão, apresentando, deste modo, capacidade de ordenar cronologicamente os reinados (Fig. 27 e 28), à exceção do J. (10 anos), que trocou a ordem de dois reinados (Fig. 25). Contudo, voltei a propor ao aluno que respondesse a esta questão, apoiando-o no sentido de lhe promover segurança.



3 D. João III 1521-1557 - XV
4 D. Manuel I 1495-1521 - XV
2 D. Sancho II 1223-1248 - XII
1 D. Pedro I 1357-1367 - XIII

Figura 25 - Resolução do J. (10 anos) na questão 2 da “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

Prosseguindo a análise, constatei que o R. e a Ra. (10 anos) demonstraram competência para estabelecer correspondência entre uma determinada data e o respetivo século, respondendo corretamente a estas questões (Fig. 26 e 27).

1.2. Em que século(s) governou D. Dinis?

XIII e XIV

Figura 26 - Resolução da Ra. (10 anos) na questão 1.2 da “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

- ☐ D. João III 1521-1557 XVI
- ☒ D. Manuel I 1495-1521 XV e XVI
- ☐ D. Sancho II 1223-1248 XIII
- ☐ D. Pedro I 1357-1367 XIV

Figura 27 - Resolução do R. (10 anos) na questão 2 da “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

A I. M. (10 anos) também soube aplicar esta correspondência, à exceção do século relativo ao reinado de D. João III. Como no momento não tive oportunidade de questionar a aluna acerca desta incorreção, desconheço as razões que estão por trás da mesma. O J. (10 anos) não verificou esta ligação, continuando, tal como se verificou nas tarefas anteriores, a associar os dois primeiros algarismos do ano ao século (Fig. 25). No que diz respeito ao F. (10 anos), indicou que D. Dinis governou apenas no século XIV e a resposta correta incluía também o século XIII e o mesmo sucedeu com o reinado de D. Manuel, referindo que este rei governou no século XVI e, na verdade, começou ainda no século XV (Fig. 28). O mesmo aluno não respondeu à questão relativa ao século correspondente ao reinado de D. Pedro (Fig. 28). Pelos mesmos motivos que aponte acerca da I. M. (10 anos), não consegui apurar as razões que levaram o aluno a registar estas incorreções.

- ☒ D. João III 1521-1557 séc. XVI
- ☒ D. Manuel I 1495-1521 séc. XVI
- ☒ D. Sancho II 1223-1248 séc. XIII
- ☒ D. Pedro I 1357-1367

Figura 28 - Resolução do F. (10 anos) na questão 2 da “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

Só nesta tarefa é que foi possível questionar os(as) alunos(as) acerca da informação representada no friso cronológico que representa as datas de início e fim da 1.^a e 2.^a Dinastia, uma vez que este recurso educativo foi apenas utilizado neste momento e destinou-se unicamente a esta tarefa. A I. M., o R. e a Ra. (10 anos) identificaram, corretamente, as datas correspondentes aos reinados (Fig. 27 e 29).

1.3. Em que reinado ocorreu a Conquista de Ceuta?

D. João I

1.4. Quais foram os anos correspondentes ao reinado de D. João II?

1481-1495

1.5. Qual era o rei que governava Portugal aquando da descoberta do Brasil?

D. Manuel I

1.6. Quem governava Portugal no ano de 1524?

D. João III

Figura 29 - Resolução da I. M (10 anos) nas questões 1.3 a 1.6 da “Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

O J. (10 anos) apesar, de ter respondido corretamente nas restantes respostas, não respondeu à questão acerca de quem governava Portugal no ano de 1524 (questão 1.6). Num momento posterior, conversei individualmente com este aluno de forma a compreender o que tinha acontecido para não ter respondido a estas questões. O J. (10 anos) indicou que não sabia a resposta correta. Expliquei ao aluno como deveria proceder, indicando-lhe que tinha de procurar no friso cronológico representativo dos reinados da 1.^a e 2.^a Dinastia, o rei que governava no ano de 1524. Após algum período de reflexão/exploração do friso cronológico (cerca de 5 minutos), o aluno respondeu

corretamente, indicando que o ano de 1524 correspondeu ao reinado de D. João III. Quanto ao F (10 anos), não reconheceu o reinado correspondente ao ano de 1524, indicando que quem governava nesta data era D. Manuel, quando, na verdade, se tratava de D. João III. Como no momento não tive oportunidade de questionar o aluno acerca desta incorreção, desconheço as razões que estão por trás da mesma (Fig. 30).

1.6. Quem governava Portugal no ano de 1524?

D. Manuel

Figura 30 - Resolução do F. (10 anos) na questão 1.6 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"

A Ra., a I. M. e o R. (10 anos) reconheceram a data em que ocorreram os acontecimentos históricos e associaram as mesmas ao rei que governava na altura, estabelecendo a correspondência entre os dados identificados em cada um dos frisos cronológicos, apresentando competência para relacionar as informações presentes em ambos os frisos cronológicos (Fig. 29 e 31).

1.1. Quais os territórios conquistados durante o reinado de D. Afonso Henriques?

Lerica, Almada, Santarém, Lisboa, Palma, Óbidos, Alenquer, Açúcar do Sol

Figura 31 - Resolução do R. (10 anos) na questão 1.1 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"

Já o J. (10 anos), conseguiu reconhecer as datas em que D. Afonso Henriques governou (representadas no friso cronológico da 1.^a e 2.^a Dinastia) e associar as mesmas às conquistas feitas nesse período (representadas no friso cronológico representativo do território português entre o século XI e XXI). No entanto, não identificou as datas em que ocorreram a conquista de Ceuta e a chegada ao Brasil, e consequentemente, não as associou aos reis que governavam nas respetivas alturas (ex.: indica que a Conquista de Ceuta - 1415 - ocorreu no reinado de D. Manuel, quando a resposta correta seria no reinado de D. João I, Fig. 32).

1.3. Em que reinado ocorreu a Conquista de Ceuta?

D. Manuel

Figura 32 - Resolução do J. (10 anos) na questão 1.3 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"

Quanto ao F. (10 anos), reconheceu a data em que ocorreu a conquista de Ceuta (representada no friso cronológico construído em sala de aula), mas não associou esta ao respetivo reinado (Fig. 33).

1.3. Em que reinado ocorreu a Conquista de Ceuta?

No reinado de 1475

Figura 33 - Resolução do F. (10 anos) na questão 1.3 da "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"

Tal como nas tarefas anteriores, elaborei uma leitura geral dos registos escritos da turma, tendo em conta as incorreções dos(as) alunos(as), como forma de identificar, quais as maiores fragilidades das crianças e a evolução que estes apresentaram em relação aos seguintes indicadores de análise: “capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos” e “competência para estabelecer correspondência entre uma determinada data e o respetivo século”, também analisados nas restantes tarefas.

Esta análise revela que, apesar de ainda se verificar que 15% dos(as) alunos(as) tinham dificuldades na questão de ordenação cronológica, a maior percentagem da turma (85%), respondeu corretamente a esta questão. Inserido do grupo que apresentou dificuldades, composto por três crianças, encontrava-se o J. (10 anos) que, tal como referi anteriormente, apresentou três incorreções, encontra-se também uma das alunas com Necessidades Educativas Especiais que era acompanhada pela docente do ensino especial e frequentava um Currículo Específico Individual (CEI) (c.f. p. 36 e 37), que registou três incorreções e, ainda, um aluno que não respondeu à questão, justificando, posteriormente, por razões de concentração.

Relativamente à identificação da data correspondente a cada reinado, 80% das crianças respondeu corretamente a esta questão, não registando nenhuma incorreção e a restante percentagem, correspondente a 20%, não respondeu, por motivos que me são alheios, uma vez que não consegui averiguar junto destes(as) alunos(as) as razões que justificam esta situação. Mais uma vez, tal como se tem vindo a verificar nas tarefas anteriores, as maiores fragilidades centraram-se na indicação do século correspondente a uma determinada data. No entanto, nesta última tarefa, 75% dos(as) alunos(as) não revelaram nenhuma incorreção e 15% não responderam, justificando que não sabiam estabelecer esta correspondência.

5.2. Análise das entrevistas aos(às) alunos(as)

Selecionei cinco crianças desta turma para entrevistar (o critério de seleção foi justificado, anteriormente, nas p. 41 a 44).

Na apreciação das entrevistas parti dos indicadores de análise, estabelecidos antecipadamente, durante a produção do guião (c. f. Tabela 2).

5.2.1. Análise da entrevista à Ra. (10 anos)

Em análise às respostas que esta aluna registou nas tarefas propostas, constatei que, no início da implementação deste projeto, apresentava noções de temporalidade desenvolvidas, mantendo este registo com o decorrer do projeto (c.f. p. 67 a 92).

Na entrevista realizada a esta aluna, no dia 30 de maio, apercebi-me que de que apesar de ter apresentado uma noção de temporalidade estruturada nas respostas às tarefas propostas, mostrou algumas fragilidades relativamente à memória temporal em relação à disciplina de HGP e à vida pessoal, bem como na consciência temporal no que diz respeito à duração de um século e à perceção temporal baseada nas vivências.

Numa primeira questão colocada, pretendia verificar se reconhecia épocas históricas que tivessem ocorrido anteriormente. A aluna indicou-me um assunto que tinha sido abordado na sessão anterior, ou seja, uma semana antes, revelando que a sua memória temporal a reporta para acontecimentos que ocorreram há curto período de tempo.

Investigadora: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

Ra. (10 anos): (Alguma hesitação, reflete sobre o assunto). A última que falámos. A Expansão Marítima.

Quando questionada acerca do motivo que a levou a escolher esta época histórica, refere que se deveu ao trabalho em grupo que realizou, visto que nunca lhe tinha sido proposto este tipo de trabalho nas aulas da disciplina de História e Geografia de Portugal.

Na questão seguinte, em resposta a um acontecimento importante, durante a vida, indicou uma data próxima do presente, tratando-se do seu 10.º aniversário, ocorrido num intervalo de tempo inferior a um ano.

Numa análise às respostas indicadas pela aluna nestas duas questões, constatei que a sua memória temporal não vai além dos acontecimentos ocorridos recentemente, levando-me a pensar que este poderia ser um aspeto a ser trabalhado com a utilização do friso cronológico, caso a implementação deste estudo se tivesse prolongado. Uma atividade que, possivelmente, a iria apoiar seria a construção de um friso cronológico, equivalente ao que foi construído neste projeto, tendo como tema a história vida da aluna. Teria de representar neste friso cronológico todos os acontecimentos que considerasse marcantes, desde que nasceu até à atualidade. Com a utilização deste recurso educativo tinha uma perceção visual do que tinha acontecido, no seu caso, desde há dez anos atrás, podendo, deste modo, desenvolver a sua memória temporal.

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

Ra. (10 anos): Foi quando a professora Sofia começou a dar-nos aulas.

A professora explicava bem.

Esta questão surgiu com o intuito de analisar se a Ra. (10 anos) se recordava de conteúdos estudados em HGP que foram abordados a um curto ou longo período de tempo (máximo, 9 meses). No entanto, a resposta que indicou não me permitiu verificar o objetivo pretendido. Perante esta resposta, questioneei-a se tinha recordação da altura em que comecei a lecionar HGP e respondeu que tinha sido na passagem do 2.º para o 3.º período, o que me leva a constatar que tem consciência de quando é que os acontecimentos ocorreram, recordando-se das respetivas datas. Coloquei assim a hipótese de a aluna ter uma memória temporal mais desenvolvida do que apresentou, não indicando acontecimentos que ocorreram num longo período de tempo, por não terem tanto significado para si. Como esta entrevista só se realizou no final deste projeto, não tive oportunidade de conversar com a aluna, novamente, para compreender se esta hipótese seria, ou não, válida.

Durante a entrevista, revelou que não tinha perceção de que dois acontecimentos ocorridos em séculos diferentes podem não ter diferença de 100 anos (um século). Penso que a forma como coloquei a questão também poderá ter influenciado a resposta, uma vez que a construí propositadamente, com o intuito de verificar se os(as) alunos(as) eram influenciados pelo raciocínio que demonstrei.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

Ra. (10 anos): (Alguma hesitação) Sim, concordo.

Como forma de relacionar o que indiquei no segundo capítulo, referente ao “conceito de tempo”, com o que aqui analisei, construí uma questão para interpretar até que ponto, o tempo psicológico pode (ou não) ser influenciado pelas ações que desempenhamos. A Ra. (10 anos) indicou que, entre um jogo de futebol e uma aula de Educação Tecnológica, à terça-feira (ambos têm duração de 90 minutos), a última dura mais

tempo, o que significa que atribui a duração à intensidade com que vive as ações e não ao tempo físico, medido através do relógio.

5.2.2. Análise da entrevista à I. M. (10 anos)

A partir da análise do registo da I. M. (10 anos) nas tarefas propostas, constatei que num primeiro momento, apresentou noções de temporalidade pouco desenvolvidas, revelando dificuldades, essencialmente, na ordenação cronológica dos acontecimentos e na correspondência entre um determinado ano e o respetivo século. Com o decorrer do estudo, registou um progresso, começando a adquirir competências essenciais que lhe permitiram modificar a consciência acerca do tempo, especialmente, na disciplina de História e Geografia de Portugal (c.f. p. 67 a 92)

Em relação à entrevista realizada com a aluna, no dia 30 de maio, elaborei uma análise que descrevo em seguida.

De análise à questão relativa à época histórica que escolheria para viver, constatei que indicou a época dos reis, não justificando o motivo da sua escolha. Uma vez que o objetivo desta questão era verificar se reconhecia épocas históricas que tivessem ocorrido há um longo período de tempo, não consigo analisar o que era pretendido, pois, a “época dos reis” não diz respeito a um período fixo da História. De um modo geral, e partindo dos conteúdos previstos para a disciplina de História e Geografia de Portugal, as crianças associam esta época com prosperidade e, tal como a própria I. M. (10 anos) refere, "a época dos reis", não sendo reportados os outros grupos sociais. Neste sentido, geralmente, os(as) alunos(as) têm uma imagem mental deste período da História, relacionada, muitas vezes, com as histórias de ficção que fazem parte do seu quotidiano. Numa fase seguinte da entrevista, a aluna revela que o acontecimento histórico que mais lhe agradou (dos que estudou no 5.º ano de escolaridade) dizia respeito às datas dos reinados, dando continuidade ao raciocínio que tinha iniciado.

Investigadora: Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.

I. M. (10 anos): Dia 22 de agosto de 2012. Há quase 2 anos.

I.: E podes dizer-me porque é que essa data é importante para ti?

I. M. (10 anos): Foi o dia da minha Primeira Comunhão.

A partir da análise a esta transcrição, reconheci que a aluna tinha presente um acontecimento que ocorreu há quase dois anos, o que indica que a sua memória temporal vai além do tempo presente, podendo esta ser influenciada, ou não, pela recordação, a nível emocional, que regista desta data. Quando questionada pelo motivo pelo qual este acontecimento era importante, não respondeu à questão, identificando apenas o dia em que ocorreu. Penso que a aluna pode ter respondido desta forma porque para si, a Primeira Comunhão tem significado e, como tal, ao indicar este dia considera que a justificação já se encontra implícita na resposta.

De entre os acontecimentos históricos estudados no 5.º ano, revelou que o episódio da chegada à Índia foi o que menos lhe agradou, associando o mesmo ao trabalho de grupo que teve de realizar, na semana anterior. Através desta resposta, verifico que a memória temporal da aluna, em relação aos conteúdos estudados em HGP, não vai além de uma semana. No entanto, considere também que a resposta poderá ter sido influenciada por questões pessoais, uma vez que este trabalho teve significado para ela. Como os(as) alunos(as) nunca tinham feito um trabalho de grupo em HGP, este destacou-se em relação aos restantes conteúdos estudados nesta disciplina.

Quando a questioneei se tinha um século de diferença de mim (uma vez que nasci no século XX e ela no século XXI), respondeu que sim, revelando que não tinha perceção de que dois acontecimentos ocorridos em séculos diferentes podem não ter a diferença de 100 anos (um século). Tal como referi anteriormente, penso que a forma como coloquei a questão também poderá ter influenciado a sua resposta, uma vez que a construí propositadamente, com o intuito de verificar se os(as) alunos(as) eram influenciados pelo raciocínio que demonstrei.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à Terça-feira, ou um jogo de futebol?

I. M. (10 anos): É igual. Duram 90 minutos os dois.

Em análise a esta questão, que aqui transcrevo, verifico que a I. M. (10 anos) apercebe-se de que duas ações têm a mesma duração (90 minutos), não sendo influenciada pela intensidade com que as vive.

5.2.3. Análise da entrevista ao J. (10 anos)

A partir da análise do registo do J. (10 anos) nas tarefas propostas, verifiquei que a consciência de temporalidade dele ainda se encontra numa fase inicial, revelando que precisa de desenvolver a capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos, bem como a competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século, uma vez que continua a associar o século aos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos de zeros ou não (c.f. p. 67 a 92).

Em relação à entrevista realizada com este aluno, no dia 30 de maio, elaborei uma análise que descrevo em seguida.

Em resposta à questão relativa à época histórica que escolheria para viver, indicou o futuro, justificando que nessa época poderia voar nos carros voadores.

I.: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

J. (10 anos): No futuro.

I.: Por quê?

J. (10 anos): Há carros voadores e quero voar.

Numa análise a esta resposta, constatei que o aluno não reconhecia que uma época histórica tinha de ter ocorrido no passado e mostrou ainda, que não fazia distinção entre a realidade e a ficção. Através das conversas informais que desenvolvi com o J. (10

anos), durante o período de implementação do projeto, apercebi-me de que apresenta imaturidade, em relação aos(as) colegas (poderá estar relacionado com o facto de que era o aluno mais novo da turma), o que pode justificar também as fragilidades que apresentou na realização das tarefas propostas.

Quando foi proposto que indicasse um momento importante da sua vida, hesitou, durante breves minutos, para identificar a data exata do mesmo. Mesmo tendo sido um acontecimento que se tenha registado há 10 anos, não me permitiu analisar se a memória temporal o reporta a acontecimentos da sua vida pessoal que ocorreram a um curto ou longo período de tempo. A data de nascimento, à partida, é marcante para qualquer pessoa. Com esta questão pretendia que os(as) alunos(as) me indicassem um momento que os(as) tenha marcado e que se recordem, o que não se verificou neste caso, pois sabe que nasceu, a data em que este acontecimento ocorreu, mas, naturalmente, não se recorda de o ter vivido.

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

J. (10 anos): (Alguns minutos de reflexão) A Peste Negra.

I.: Por quê?

J. (10 anos): Porque achei curioso o modo como se propagou pela população.

A partir da análise a esta transcrição, verifiquei que o aluno se recordou de conteúdos de HGP que foram estudados cerca de um mês antes da entrevista (tendo em conta a idade do aluno, um mês é considerado um longo período de tempo para questões de memória temporal). Em relação à questão seguinte, não conseguiu eleger um acontecimento que menos o agradou, de entre os que estudou nesta disciplina, durante o 5.º ano de escolaridade, revelando que gostou de todos. Esta resposta não me permitiu verificar o objetivo que tinha estabelecido (c.f. Tabela 2).

Tal como se verifica na transcrição seguinte, revelou que não tinha perceção de que dois acontecimentos ocorridos em séculos diferentes podem não ter diferença de 100 anos (um século).

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

J. (10 anos): Sim.

O J. (10 anos) indicou que, entre um jogo de futebol e uma aula de Educação Tecnológica, à terça-feira (ambos têm duração de 90 minutos), a última dura mais tempo, o que significa que atribui a duração à intensidade com que vive as ações e não ao tempo físico, medido através do relógio.

5.2.4. Análise da entrevista ao R. (10 anos)

Em relação ao R. (10 anos), a capacidade de interpretar o friso cronológico e a consciência de temporalidade já se encontravam bastante evoluídas no momento em que se iniciou este estudo.

Da entrevista realizada com o aluno, no dia 30 de maio, elaborei uma análise que descrevo em seguida.

Através desta entrevista, verifiquei que tem, de facto, uma noção de temporalidade bastante desenvolvida, tal como comprova a seguinte transcrição:

I.: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

R. (10 anos): A época dos Dinossauros.

I.: Por quê?

R (10 anos): Para conhecer melhor essas espécies.

Como se pode verificar, reconhece uma época histórica que ocorreu há um longo período de tempo e justificou a resposta a partir do interesse que revelava pela área

científica, no que diz respeito aos Dinossauros, tendo como intuito, aprofundar os conhecimentos acerca desta espécie.

Quando questionado acerca de um momento que tenha marcado a sua vida, respondeu, com base na ligação afetiva ao futebol, que tinha sido o dia em que começou a praticar este desporto. Apesar de ser uma data marcante para ele, não registou, como é natural, na sua memória, o dia exato em que ocorreu, no entanto, recorda-se que foi em setembro do ano anterior, o que significa que foi oito meses antes desta entrevista. A partir da análise a estas respostas verifico que o aluno é capaz de se recordar e identificar a data de acontecimentos que ocorreram há um longo período de tempo e indica-as com precisão.

Em resposta ao acontecimento que mais o agradou de entre os que estudou em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano de escolaridade, indicou as conquistas no reinado de D. Afonso Henriques, justificando que foi uma das melhores fases para Portugal, apesar de depois ter perdido algumas terras. Numa análise a esta resposta, constatei que o aluno se recorda de conteúdos que foram estudados cerca de cinco meses antes da entrevista. Verifiquei ainda que compreendeu este tema de HGP, tendo em consideração que no reinado de D. Afonso Henriques o território português alargou as suas dimensões, graças às conquistas, contudo, remete de imediato para a perda de parte deste território, num momento posterior, o que indica que reconhece que a História é marcada por momentos de viragem. A mesma situação verificou-se também quando revelou que a Peste Negra tinha sido o acontecimento que menos o agradou na disciplina de HGP, uma vez que esta doença matou muita gente. Mais uma vez, identificou um tema desta disciplina que tinha sido estudado cerca de um mês antes da data da entrevista.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

R. (10 anos): Depende do ano em que tenhamos nascido. Eu nasci em 2003. Para termos um século de diferença, a professora tinha de ter nascido em 1903 porque assim, tínhamos 100 anos de diferença.

A partir desta transcrição, constatei com o aluno tem noção de que a duração de um século corresponde a cem anos, tendo por isso, uma percepção clara desta unidade temporal e um excelente domínio da língua e dos conceitos.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

R. (10 anos): A aula de Educação de Tecnológica porque o meu grupo é sempre o último a sair e passamos o intervalo na sala.

Questionado sobre qual das duas ações dura mais tempo, se uma aula de Educação Tecnológica ou um jogo de futebol, responde que se trata da primeira, justificando que esta dura mais do que os 90 minutos previstos porque fica mais tempo dentro da sala de aula. O aluno tem consciência de que ambas têm a mesma duração só que a aula dura sempre mais tempo devido ao impedimento que indicou.

5.2.5. Análise da entrevista ao F. (10 anos)

O F. (10 anos), num primeiro momento, apresentava uma noção de temporalidade pouco desenvolvida. Com o decorrer do estudo, registou algum progresso, começando a adquirir competências essenciais que lhe permitiram modificar a consciência acerca do tempo, especialmente, na disciplina de História e Geografia de Portugal (c.f. p. 67 a 92)

Em relação à entrevista realizada com o aluno, no dia 30 de maio, elaborei uma análise que descrevo em seguida.

Tal como a I. M. (10 anos), elegeu a época dos reis para viver, no entanto, por motivos diferentes. Justificou a resposta indicando que se tratou de um momento de grande agitação, revelando, assim, que tem consciência de que a História não é só marcada pela prosperidade. Uma vez que o objetivo desta questão era verificar se o aluno reconhecia épocas históricas que tivessem ocorrido há um longo período de tempo, não a analisei

de acordo com o que era pretendido, visto que a “época dos reis” não diz respeito a um período fixo da História.

Questionado acerca de um momento que tivesse sido importante para ele, indica que foi o nascimento, identificando a respetiva data com precisão, sem hesitações. Mesmo tendo sido um acontecimento que se tenha registado há 10 anos, não me permitiu analisar se apresentava memória temporal que reporta a acontecimentos da vida pessoal que ocorreram a um curto ou longo período de tempo. A data de nascimento, à partida, é marcante para qualquer pessoa. Com esta questão pretendia que os(as) alunos(as) me indicassem um momento que os(as) tenha marcado e que se recordem, o que não se verificou neste caso, pois sabe que nasceu, a data em que este acontecimento ocorreu, mas, naturalmente, não se recorda de o ter vivido.

Investigadora: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

F. (10 anos): O reinado de D. Afonso Henriques.

I.: Por quê?

F. (10 anos): Porque conquistou muitas terras.

Nesta transcrição é possível verificar que se recorda de conteúdos que tinham sido estudados cerca de cinco meses antes da entrevista, revelando uma memória temporal a longo prazo em relação à disciplina de História e Geografia de Portugal. Como justificação para a resposta que indicou, o aluno identifica este reinado como um momento de ascensão, destacando as conquistas que foram feitas naquela altura.

Na questão seguinte, revela que o acontecimento que menos lhe agradou, dos que estudou nesta disciplina, durante o 5.º ano, tratou-se da passagem do Cabo das Tormentas, sendo que o mesmo tinha sido estudado na semana anterior, numa das sessões em que os grupos apresentaram os trabalhos.

A questão seguinte tinha como intuito averiguar se as crianças tinham noção da duração da unidade de tempo século. O aluno respondeu que, tendo nascido no século XXI e eu no século XX, tínhamos um século de diferença, mostrando que não tinha ainda noção

de que um século dura cem anos e que para se ter um século diferença de outra pessoa seria necessário que tivessem exatamente essa diferença.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

F. (10 anos): Duram o mesmo tempo.

Apesar de ter necessitado de alguns instantes para refletir, o aluno respondeu que ambos têm a mesma duração (90 minutos), não sendo influenciado pela intensidade com que vive as ações.

5.3. Análise da entrevista à Professora Cooperante

Na apreciação da entrevista à professora cooperante centrei-me nos indicadores de análise, estabelecidos antecipadamente, durante a produção do guião (c. f. Tabela 2).

Na primeira questão que coloquei à docente, em que procurava averiguar se a temporalidade era uma das maiores dificuldades que os(as) alunos(as) apresentavam relativamente à disciplina de História e Geografia de Portugal, revelou preocupação com as dificuldades que as crianças apresentavam em relacionar factos e em localizá-los temporalmente e espacialmente, ressaltando a importância do domínio de vocabulário e conceitos específicos. Segundo a docente, “a abstração de conceitos de tempo, espaço são realidades muito longínquas, nesta faixa etária muito ligada ao concreto, às vivências pessoais dos alunos.”

Investigadora: Pode indicar-me algumas estratégias que considere mais eficazes na aquisição/desenvolvimento da noção de temporalidade?

Professora Cooperante: A construção de frisos cronológicos, exercícios de transformação de anos em séculos, localização de acontecimentos em frisos cronológicos. São tudo estratégias que ajuda os alunos a terem uma noção mais concreta de tempo e a manuseá-lo, de certa forma.

Em análise a esta resposta, obtive indicações fundamentais que me apoiaram na implementação deste estudo. Recorri às estratégias que a professora cooperante indicou para desenvolver este projeto, aplicando-as, essencialmente, nas tarefas que propus. Estabeleci, ainda, os indicadores de análise das tarefas propostas com base no conteúdo de exploração destas estratégias.

Coloquei uma outra questão com o intuito de interpretar a opinião da professora em relação à utilização do friso cronológico como recurso educativo para desenvolver a noção de temporalidade dos(as) alunos(as). A entrevistada indicou que este recurso educativo é a melhor forma de os(as) alunos(as) visualizarem a passagem do tempo, posicionando os acontecimentos em relação a acontecimentos marcantes da História. Através da análise a esta resposta, constatei que apresentava empatia com a utilização do friso cronológico, referindo a sua importância em História e Geografia de Portugal. No entanto, tal como verifiquei durante a implementação do projeto, não utilizava o friso cronológico nas suas aulas, pois, recorria, maioritariamente, ao uso exclusivo do manual escolar. Durante as conversas informais, tive a oportunidade de colocar esta questão à docente e esta referiu que, apesar de considerar que o friso cronológico é muito útil no ensino/aprendizagem da disciplina de HGP, devido ao tempo disponível que tinha para abordar os conteúdos programáticos, optava pelo recurso ao manual escolar, utilizando o friso cronológico apenas no tempo disponível.

I.: Já utilizou o friso cronológico nas suas aulas?

P. C.: Utilizo frisos cronológicos, sobretudo a partir do estudo do Império Romano. Antes disso é prematuro. Se lidar com anos e séculos é complicado para os alunos, com milénios nem se fala.

Em análise a esta transcrição, verifiquei que a docente estabelecia um período para começar a utilizar o friso cronológico em sala de aula, tendo como critério, as unidades temporais envolvidas nos temas programáticos.

Na questão que visava analisar com que regularidade/em que momentos a docente considerava pertinente recorrer ao friso cronológico nas aulas, a professora, na resposta

que indicou referiu que periodicamente, utiliza o friso cronológico que o manual escolar apresenta onde se destacam os acontecimentos mais marcantes a estudar em cada unidade programática. Indicou ainda que utilizava este friso cronológico no início do estudo de cada tema em HGP e salientou a importância de localizar os acontecimentos estudos no tempo e no espaço.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo centra-se na vertente didática da História, estabelecendo uma ligação com a História enquanto ciência, no que diz respeito ao rigor científico que o envolve. A passagem da ciência histórica para a disciplina enquadra-se num processo metodológico rigoroso. O(a) professor(a) é o(a) agente responsável por conhecer a natureza própria do conhecimento histórico, transpondo-a para a prática pedagógica.

Segundo Félix (1998) o conhecimento histórico que a Escola deve promover, deve estar integrado na aprendizagem de conceitos, na explicação histórica e na questão do tempo. De entre estas características que citei, este estudo foca-se nesta última. A dimensão temporal é de difícil compreensão, especialmente, para as crianças, uma vez que não têm ainda estruturadas as noções de temporalidade.

No sentido mais vulgar, o tempo está bastante presente no nosso quotidiano, tornando-se complicado encontrar um significado para este conceito, sendo uma tarefa de difícil explicação para qualquer pessoa. Essa dificuldade aumenta quando se lida com crianças, faixa etária de que aqui me ocupo.

O tempo é, sem dúvida, um conceito de difícil definição. Ao refletir sobre todas as questões que estão por trás deste conceito apercebi-me da importância que tem na vida de cada um de nós. Todos falamos do tempo como se fosse um remédio para os obstáculos que se cruzam no nosso caminho. Dizemos que com o tempo amadurecemos e que este nos ajuda a prosseguir a nossa vida. E, afinal de contas, onde o podemos encontrar? Se está tão presente nas nossas palavras por que razão não o conseguimos ver ou tocar? Uma coisa é certa, o tempo é muito “astuto”! Ninguém o vê, mas ele passa por nós. Quanto maior a qualidade das ações que estamos a praticar, mais depressa ele prossegue e agarra tudo, guardando as nossas memórias. O tempo é o nosso comando. Falamos dele porque o respeitamos, acima de tudo. Poderíamos colocar um sinal de “cedência de passagem” no seu caminho, para ver se abrandava. Mas o tempo é sábio... sabe, melhor do que ninguém, que nunca devemos abrandar e muito menos parar. No

dia em que isso acontecer, já ele passou por nós, prosseguindo o seu caminho e enunciando a célebre expressão: “Eu avisei....!”

A presença do tempo nas nossas vidas pode ser vista a partir da perspectiva histórica. Este conceito encontra-se integrado na História enquanto ciência e enquanto disciplina. A História envolve um trabalho permanente com o tempo. O ensino desta disciplina exige uma especial atenção no que se refere à questão do tempo.

Como forma de apoiar os(as) alunos(as), o(a) professor(a) utiliza diversos recursos didáticos nas suas práticas, de modo a tornar as aprendizagens mais significativas. De entre o vasto conjunto de recursos educativos existentes, ponderei explorar o manual escolar, as TIC, a iconografia, a banda desenhada ou o filme. Face ao que tenho vindo a referir, elegi o friso cronológico, visto que opera como uma possibilidade de trabalhar a temporalidade em História, na sala de aula. A organização estruturada deste recurso permite uma interpretação, de forma acessível, sobre a passagem do tempo. Apesar de ser utilizado com frequência nas escolas, existe pouca informação bibliográfica acerca deste recurso educativo, tanto na área de educação/ensino, como em outras áreas. Deste modo, considere que seria interessante desenvolver uma investigação centrada na utilização do friso cronológico em sala de aula, como tentativa de inovação e também como possível apoio aos meus futuros colegas e profissionais de educação, para que se sintam orientados e motivados em experimentar/utilizar o friso cronológico nas práticas.

Partindo destas questões orientadoras, este estudo centra-se na problemática da temporalidade em História e Geografia de Portugal, no 5.º ano de escolaridade. Para o concretizar, o friso cronológico foi utilizado como recurso educativo para auxiliar os(as) alunos(as) a melhorar a perceção do tempo nesta disciplina.

O friso cronológico pode ter diversas finalidades para além da exploração da noção de temporalidade em História e Geografia de Portugal. Alguns autores revelam como o utilizaram nas suas práticas. No caso de Marques (2012) e de Calixto (2012) recorreram ao friso cronológico com o intuito de realizarem uma consolidação dos conhecimentos por parte dos(as) alunos(as) sobre um tema específico de História e Geografia de

Portugal (c.f. p. 31). Por outro lado, Sousa (2013) apoia-se neste recurso para descrever o seu percurso profissional (c.f. p. 32).

Apoiada na observação que realizei e na minha intervenção, concluo que esta proposta pedagógica suscitou interesse nos(as) alunos(as), dando-lhes a oportunidade de utilizarem o friso cronológico nas aprendizagens dos conteúdos previstos para História e Geografia de Portugal, desenvolvendo a consciência de temporalidade e interpretando a informação que este recurso educativo representa.

Após a análise de todo o percurso, é possível verificar que se registou evolução em algumas crianças, no que diz respeito à estruturação das noções de tempo, no entanto, outros(as) alunos(as), apesar de terem desenvolvido a consciência de temporalidade, ainda revelam algumas lacunas⁵. O friso cronológico enquanto recurso educativo de apoio à estruturação das noções de tempo em História e Geografia de Portugal demonstra resultados positivos, no entanto não são imediatos, pois é um processo que envolve um trabalho sistemático com os(as) alunos(as), que leva o seu tempo e obriga a uma certa persistência e continuidade da parte do(a) professor(a).

Apesar dos contributos positivos do friso cronológico para o desenvolvimento da perceção do tempo em História e Geografia de Portugal, afigura-se pertinente enunciar, novamente, as limitações decorrentes deste estudo que se baseiam, fundamentalmente no tempo destinado ao projeto e na realidade que o contexto pedagógico comporta (c. f. p. 6 a 8). Todos estes limites manifestaram-se, sobretudo, durante o processo de recolha de dados, os mesmos implicaram alterações no modo como tinha, inicialmente, previsto a realização do projeto.

Visualizando de forma retrospectiva todo o trabalho desenvolvido, avalio de forma positiva a minha atuação durante o período em que desenvolvi este estudo, enquanto futura profissional de educação e enquanto investigadora em evolução. Tenho perfeita consciência de que a minha inexperiência nestas duas vertentes de atuação possa ter influenciado o aparecimento dos limites que anteriormente enunciei. Quando fui

⁵ Como é o caso do J. (10 anos), que ainda não reconhecia o critério científico que estabelece a correspondência entre um determinado ano e o respetivo século, no final do estudo.

confrontada com estes, poderia tê-los previsto, previamente, para que os conseguisse solucionar mais facilmente. No entanto, uma vez que nunca tinha tido a oportunidade de desenvolver um estágio no 2.º Ciclo do Ensino Básico, era-me praticamente impossível ter tido, anteriormente, contacto com este contexto e, consequentemente, prever as complicações que podiam desencadear-se. Para além disso, a minha vontade de realizar este estudo sobrepôs-se a estes constrangimentos e, mesmo não os tendo planeado, procurei encontrar a melhor forma para os resolver, sem que tivesse de abdicar do tema que tinha pensado e que tanto interesse me suscitou.

Com este estudo, amadureci não só em termos profissionais como pessoais. Em relação à vertente profissional, deu-me a oportunidade de utilizar um recurso educativo, construído por mim, que se encontra pouco explorado por outros autores. Tive pouco suporte bibliográfico de apoio e, como resultado, o trabalho que desenvolvi, quer na construção do friso cronológico, quer na sua implementação em sala de aula, recaíram numa experimentação que eu própria reproduzi, com o apoio da professora orientadora e do supervisor de estágio. Nesse sentido, uma vez que o tempo destinado à recolha dos dados no terreno era bastante limitado, à medida que ia identificando a melhor forma de utilizar o friso cronológico com os(as) alunos(as), tinha, simultaneamente, de recolher todos os dados de que necessitava, correndo assim, o “risco” de não conseguir ultrapassar algum constrangimento que pudesse emergir.

Numa perspetiva atual, observo as limitações que se verificaram como obstáculos que apareceram no meu caminho, que me deram força suficiente para prosseguir, valorizando ainda mais o tema que tinha escolhido e todo o esforço que depus neste estudo. Hoje sei que se tivesse desistido, no momento em que todos estes limites se impuseram, não teria, possivelmente, a mesma motivação que tive ao desenvolver este relatório. Estas questões guiaram-me para um desenvolvimento também em termos pessoais, fazendo-me acreditar que a força de vontade se pode sobrepor a qualquer impedimento que possa desencadear-se. Esta era suportada pelo desejo de apoiar os(as) alunos(as) nas maiores dificuldades que revelavam em relação à disciplina de História e Geografia de Portugal e também pela ambição de tentar causar algum impacto com este

estudo, no sentido de sensibilizar os(as) profissionais de educação em relação à questão da temporalidade nesta disciplina e à utilização do friso cronológico nas suas práticas.

Num momento em que estamos mergulhados num clima de “agonia” na área da educação, torna-se evidente nas escolas, a pressão a que tanto os(as) docentes como os(as) próprios(as) alunos(as) estão sujeitos. Para os(as) professores(as) que lecionam, de uma forma geral, as aulas começaram a ser comandadas pelo tempo que existe para cumprir os programas previstos, colocando de parte as ideias de inovação. Para mim, enquanto futura docente, afiguram-se poucas perspectivas de empregabilidade, depois de todo o empenho depositado para obter um grau académico que me dê a possibilidade de lecionar. Trata-se de uma realidade que estamos a viver atualmente. No entanto, penso que o importante é que todos os envolvidos no campo da educação não se conformem com esta situação e que estejam abertos à mudança, a partir da partilha de experiências desencadeadas pelo trabalho cooperativo. Deste modo, penso que a utilização de recursos educativos inovadores, como o friso cronológico, possa ser um importante passo para a educação, no sentido em que possibilitam novas experiências às crianças, podendo tornar as suas aprendizagens significativas.

Apesar de se afigurar uma perspectiva de difícil resolução, observo o futuro de forma positiva e reconstruo uma lista de objetivos que pretendo atingir profissionalmente. De entre os quais, destaco a vontade de apoiar os(as) alunos(as) que se cruzarem no meu percurso, para que sejam agentes individuais e sociais interessados em relação ao mundo que os rodeia.

«A Educação é a melhor arma para mudar o Mundo»

Nelson Mandela

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA.

Bardin, I. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70

Bell, J. (2002). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva (2.^a ed.).

Bergson, H. (2006). *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Cainelli, M. R. (2008). Os saberes docentes de futuros professores de História: a especificidade do conceito de tempo. *Currículo sem Fronteiras*, 8, (2), 134-147.

Calixto, M. L. P. (2012). *Prática de Ensino Supervisionada no 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico* (Relatório de Estágio para obtenção de grau de mestre no Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, Instituto Politécnico de Bragança). Bragança: ESE de Bragança.

Cipolla, C. M. (1989). *As Máquinas do Tempo*. Lisboa: Ed. 70.

Citron, S. (1990). *Ensinar a História hoje: a memória perdida e reencontrada*. Lisboa: Livros Horizonte.

Duarte, A. S. C. (2013). *A utilização das TIC no ensino e aprendizagem da História*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Lisboa). Lisboa: Instituto de Educação.

Esteves, L. M. P. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Acção*. Porto: Porto Editora.

- Félix, N. (1998). *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Fernandes, A. M. (s/d). *A Investigação-acção como metodologia*. Disponível em http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESE_Armenio/TESE_Armenio/_vti_cnf/TESE_Armenio_web/cap3.pdf consultado a 17-05-2014.
- Fertuzinhos, C. J. M. (2004). *A Aprendizagem da História no 1.º Ciclo do Ensino Básico e o uso do Texto Prosa e da Banda Desenhada: Um estudo com alunos do 4.º ano de escolaridade* (Tese de Mestrado, Universidade do Minho). Braga: Instituto de Educação e Psicologia.
- Hall, E. T. (1996). *A dança da vida a outra dimensão do tempo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Holford-Strevens, L. (2008). *Pequena História do Tempo*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Klein, E. (2007). *O Tempo de Galileu a Einstein*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Le Goff, J. (1977). *História e Memória*. Lisboa: Ed. 70. (1.º vol. e 2.º vol.)
- Lima, J. C. S. F. (2010). *Tendências no uso dos Manuais Escolares de História e de Geografia: Estudo de Caso*. (Relatório de Estágio para obtenção de grau de mestre no Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade do Minho). Braga: Instituto de Educação.
- Marques, M. R. (2012). *Prática de Ensino Supervisionada no 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico* (Relatório de Estágio para obtenção de grau de mestre no Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, Instituto Politécnico de Bragança). Bragança: ESE de Bragança.
- Ministério da Educação (1991). Programa de História e Geografia de Portugal do 2º ciclo do Ensino Básico. Lisboa: D.G.E.B.S. - Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Montangero, J. (1977). *La notion de durée chez l'enfant de 5 a 9 Ans*. France: Presses Universitaires de France.

Mota, A. C. C. (2012). *A Banda Desenhada como representação gráfica-verbal na aprendizagem de História e Geografia*. (Relatório de Estágio para obtenção de grau de mestre no Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade do Minho). Braga: Instituto de Educação.

Nogueira, I. C. (2006). *Como vai o tempo no 1.º Ciclo?*. Porto: ESE de Paula Frassinetti. p. 73-83

Pedrosa, A. (1993). *As grandes datas da História de Portugal*. Lisboa: Biblioteca de História

Pereira, P. D. M. (2012). *O cinema enquanto recurso educativo na aprendizagem de História e de Geografia: Uma exploração com alunos do 8.º ano de História e alunos de 11.º ano de Geografia*. (Relatório de Estágio para obtenção de grau de mestre no Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade do Minho). Braga: Instituto de Educação.

Pessoa, F. (1982). *O Livro do Desassossego*. Lisboa: Europa-América.

Piaget, J. (1946). *Le développement de la notion de temps chez l'enfant*. Trad. Fiúza Rubens. Paris: Presses Universitaires de France.

Pinto, J. M. S. (2001). *O tempo e a aprendizagem: Subsídios para uma Nova Organização do Tempo Escolar*. Porto: Edições ASA.

Plácido, B. I. J. (2010). *Aquisição do campo semântico do tempo em PLN: Análise de produções escritas e correlação com estratégias de ensino/aprendizagem*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra). Coimbra: Faculdade de Letras.

Ponte, J. P. (2002). *Investigar a nossa própria prática*. In GTI (Org.), *Reflectir e Investigar sobre a prática profissional* (pp. 5-28). Lisboa: APM.

Ramos, R. (coord.), Vasconcelos e Sousa, B., Monteiro, N. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Remédio, M. M. R. (2012). *A Lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo: Contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939)*. (Dissertação de Mestrado em Didática da História, Universidade de Lisboa). Lisboa: Faculdade de Letras.

Sacramento, C. (2014). *Prática de Ensino Supervisionada no 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico: Desenvolver competências de recolha e tratamento da informação na aprendizagem da História e Geografia no 1.º 2.º CEB* (Relatório de Investigação para obtenção de grau de mestre no Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, Instituto Politécnico de Lisboa). Lisboa: ESE de Lisboa.

Siraj-Blatchford, I. (2004). *Manual de Desenvolvimento Curricular para a Educação de Infância*. Lisboa: Texto Editores.

Sousa, A. B. (2005). *A Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, A. M. A. B. (2013). *Aprender, refletindo sobre um percurso profissional*. (Relatório para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Universidade Católica Portuguesa). Porto: Faculdade de Educação e Psicologia.

Tuma, M. M., Cainelli, M. R., Oliveira, S. R. F. (2010). *Os Deslocamentos Temporais e a Aprendizagem da História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Retirado a 16 de julho de 2014 de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/06.pdf>.

Apêndices

Apêndice 1

Diário da sessão do dia 14
de maio de 2014

14/05/2014 (quarta-feira)

Sofia João

11h45 - 12h30 (45 minutos)

Pinhal de Frades - EB 2, 3 Carlos Ribeiro - sala 26

1. Os(as) alunos(as) entraram na sala e sentaram-se nos respetivos lugares.
2. Verifiquei, no computador, que era a vez do M., 10 anos escrever o sumário.
3. O aluno redigiu o sumário que lhe indiquei e que foi projetado no quadro.

Sumário: O início da Expansão Marítima: Conquista de Ceuta.

4. Correção do Trabalho de Casa (questões 2 e 3 da página 43 do Manual, vol. 2)
5. Expliquei à turma que Portugal estava a viver num "clima de agonia", devido a todos os fatores referidos na sessão anterior (descrito no diário desta sessão). Havia necessidade de encontrar uma solução para resolver esta situação. Face a estas questões, foram reunidas as condições que caracterizavam o nosso país: (1) Situa-se, geograficamente, numa faixa ocidental que apresenta características específicas que conduzem ao estabelecimento de atividades por via marítima que lhe permitiam “voltar as costas” ao interior continental; (2) As classes sociais mais altas ansiavam pela oportunidade de voltarem a ganhar poder, essencialmente a nobreza, que desejava alcançar terras fora de Portugal. Assim sendo, Portugal tomou a decisão de explorar, por via marítima, outros territórios, com o intuito de solucionar os seus problemas.
6. Indiquei às crianças que os portugueses consideraram que Ceuta era um destino favorável para a ocupação de novas terras.
7. Conversei com os(as) alunos(as) acerca dos motivos que levaram os portugueses a conquistar Ceuta (descritos na planificação).
8. Os(as) alunos(as) observaram no atlas onde se localiza Ceuta. - A L. (11 anos) deslocou-se até ao quadro e apontou a localização de Ceuta.

9. Questionei a turma:

. Em que continente se situa Ceuta? – “África” (M. 10 anos)

. Qual é a sua posição relativamente a Portugal Continental? – “Fica a Sul” (I. M, 10 anos). “Fica mais precisamente a Sudeste” (R., 10 anos)

10. Propus ao R. (10 anos) para representar no friso cronológico a Conquista de Ceuta (1415) - Este aluno identificou, de imediato, que este acontecimento tinha ocorrido no século XV e, seguidamente, colou-o no friso cronológico, no respetivo local.

11. Propus ao F. (10 anos) para representar no friso cronológico a data correspondente ao abandono de Ceuta (1668) - Tratado de Lisboa: Portugal cedeu Ceuta a Espanha. Nas sessões anteriores, este aluno não tinha conhecimento do critério científico para definir o século. Inicialmente, indicou que este acontecimento tinha sido no século XVI. Consequentemente, o R. (10 anos) pediu para intervir com o intuito de explicar ao colega a sua estratégia para resolver esta questão. “Escrevemos o ano, neste caso, 1668. Como são quatro números, vemos quais são os dois primeiros e, se a seguir estiverem dois zeros, o século corresponde aos dois primeiros números do ano. Se não tiverem zeros, o século corresponde aos dois primeiros números mais um. Neste caso, é o século XVII.” (R. 10 anos)

Apêndice 2

Construção da base do friso

cronológico: “Território

Português: século XI - XXI”

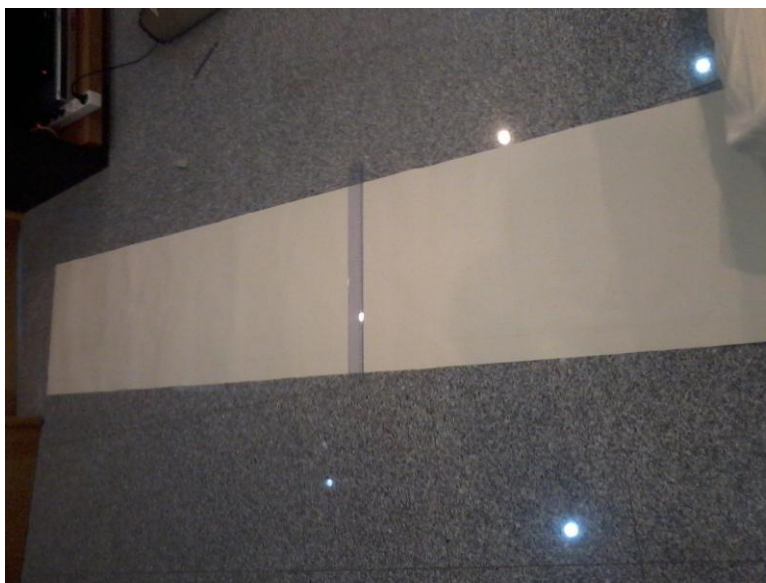


Fig. 1) Construção da base do friso cronológico: 1.^a Etapa

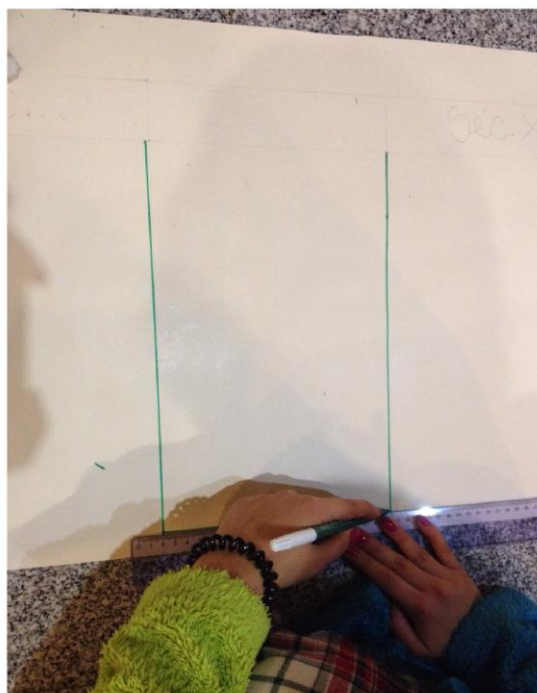


Fig. 2 e 3) Construção da base do friso cronológico: 2.^a Etapa



Fig. 4) Construção da base do friso cronológico: 3.ª Etapa



Fig. 5) Construção da base do friso cronológico: 4.ª Etapa



Fig. 6) Construção da base do friso cronológico: 5.ª Etapa



Fig. 7) Base do friso cronológico

Apêndice 3

Construção do friso

cronológico: “Território

Português: século XI - XXI”



Fig. 8) Conquista de Ceuta

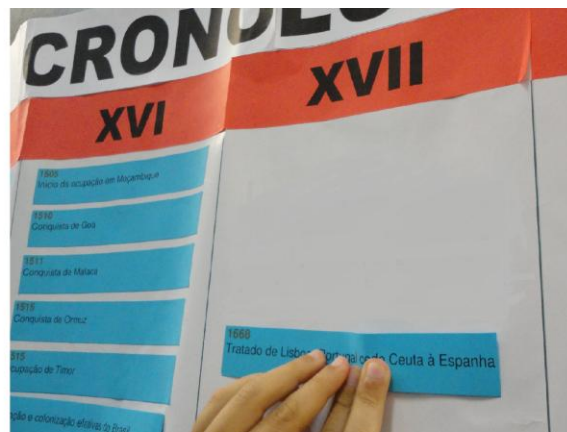


Fig. 9) Abandono de Ceuta

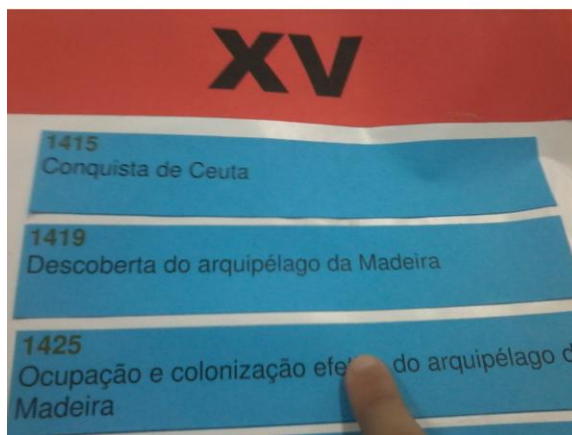


Fig. 10) Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira



Fig. 11) Independência do Brasil

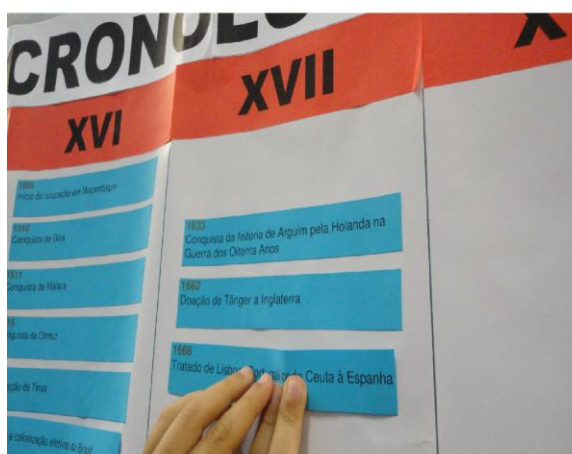


Fig. 12) Acontecimentos registados no séc. XVII

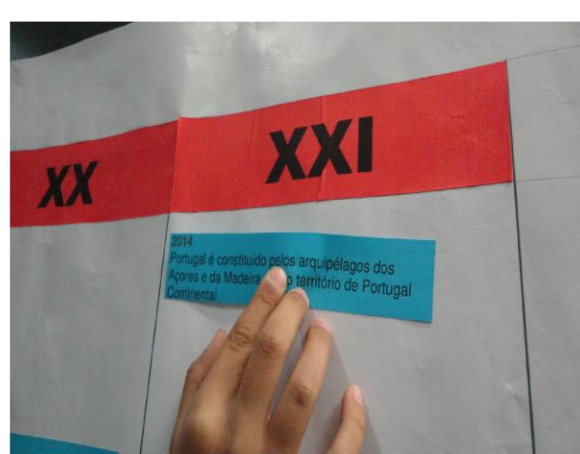


Fig. 13) Acontecimentos registados no séc. XXI

Apêndice 4

Construção do friso
cronológico: “Datas dos
reinados da Primeira e da
Segunda Dinastia”

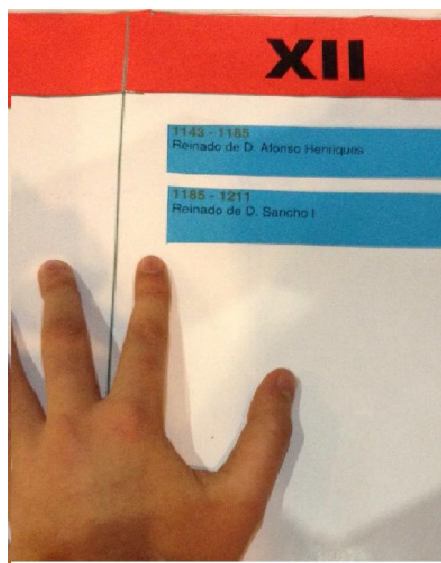


Fig. 14) Identificação dos reinados registados no séc. XII

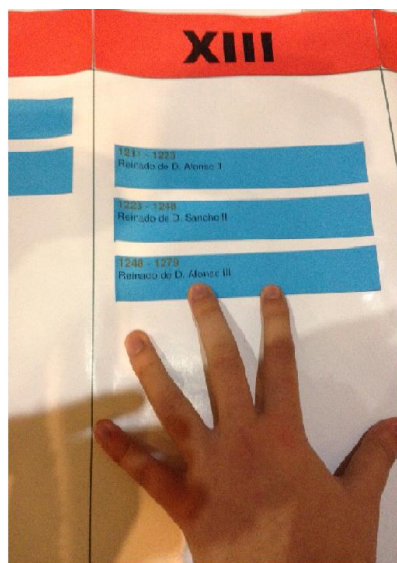


Fig. 15) Identificação dos reinados registados no séc. XIII

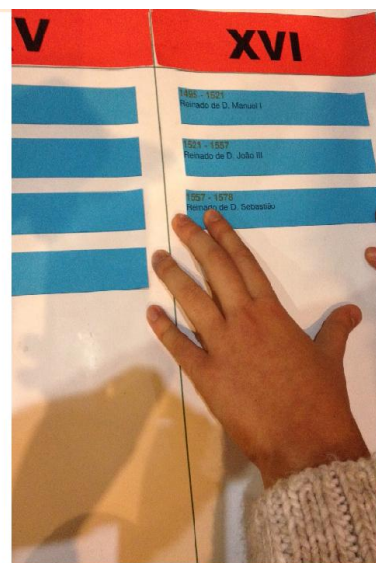


Fig. 16) Identificação dos reinados registados no séc. XVI



Fig. 17) Friso cronológico: “Datas dos reinados da 1.ª e da 2.ª Dinastias



Fig. 18) Apresentação dos frisos cronológicos na sala de aula

Apêndice 5

Enunciados das Tarefas

Propostas

Tarefa: “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XI ao século XIII”

1. Observa os seguintes acontecimentos históricos:

- ☐ **1143:** Tratado de Zamora: Afonso Henriques reconhecido como rei de Portugal por D. Afonso VII
- ☐ **1217:** Reconquista de Alcácer do Sal
- ☐ **1096:** Condado Portucalense fica a cargo de D. Henrique
- ☐ **1191:** Mouros retomam Alcácer do Sal, Silves, Palmela e Almada
- ☐ **1297:** Tratado de Alcanizes: Definição das fronteiras de Portugal
- ☐ **1249:** Reconquista de Albufeira, Faro e Silves

1.1. Ordena-os cronologicamente, por ordem crescente.

1.2. Indica o século correspondente a cada uma das datas assinaladas.

Tarefa: “Friso Cronológico: Revolução de 1383-85”

Friso Cronológico			
Século			
Anos	1383	1384	1385
Acontecimentos	<div></div> <div></div> <div>D. Leonor Teles assume a regência de Portugal</div>	<div></div> <div></div>	<div>Cortes de Coimbra</div> <div></div>

1. Completa os espaços em branco com os seguintes acontecimentos históricos:

abril de 1383 - Tratado de Salvaterra de Magos

outubro de 1383 - Morte de D. Fernando

abril de 1384 - Batalha de Atoleiros

maio de 1384 - Cerco de Lisboa pelo exército castelhano

agosto de 1385 - Batalha de Aljubarrota

2. Assinala no friso cronológico o século correspondente às datas indicadas.

3. Ordena cronologicamente os seguintes acontecimentos históricos:

☐ Cortes de Coimbra, onde D. João, mestre de Avis é escolhido para rei de Portugal.

☐ Tratado de Salvaterra de Magos

☐ D. Leonor Teles assume a regência de Portugal

☐ Morte de D. Fernando

☐ Batalha de Atoleiros

☐ Cerco de Lisboa

☐ Batalha de Aljubarrota

4. Indica a data dos seguintes acontecimentos históricos:

4.1. Cortes de Coimbra:

4.2. D. Leonor Teles assume a regência de Portugal:

Tarefa: “Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX”

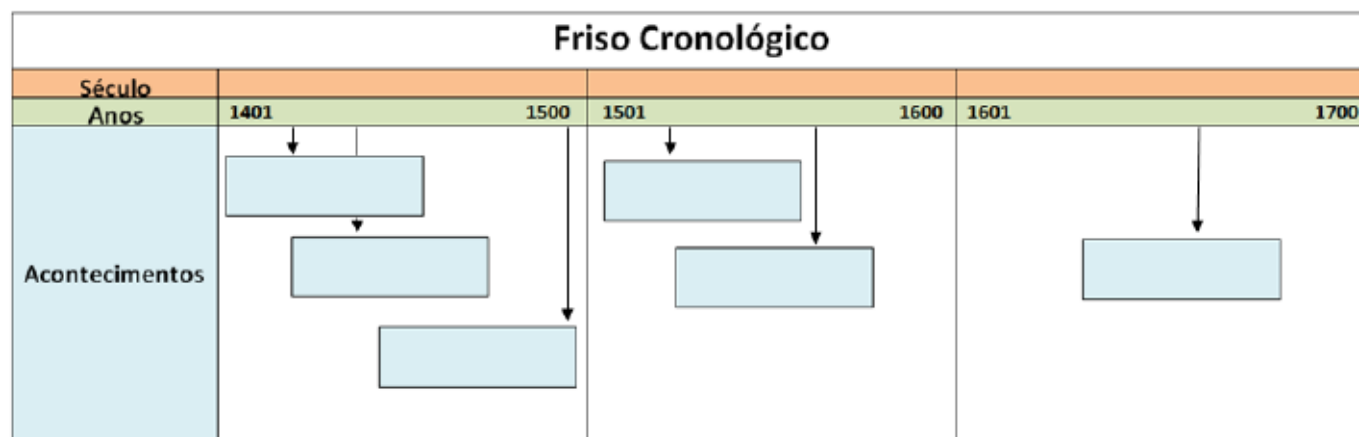
1. Observa os seguintes acontecimentos históricos:

- ☐ **1498:** Chegada à Índia
- ☐ **1425:** Ocupação e colonização efetivas do arquipélago da Madeira
- ☐ **1668:** Tratado de Lisboa: Portugal cede Ceuta a Espanha
- ☐ **1975:** Independência de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau
- ☐ **1415:** Conquista de Ceuta
- ☐ **1510:** Conquista de Goa

1.1. Ordena-os cronologicamente, por ordem crescente.

1.2. Indica o século correspondente a cada uma das datas assinaladas.

Tarefa: “Friso Cronológico: Expansão Marítima”



1. Completa os espaços em branco com os seguintes acontecimentos históricos:

1415 - Conquista de Ceuta

1434 - Passagem do Cabo Bojador

1500 - Chegada ao Brasil

1505 - Início da ocupação em Moçambique

1557 - Doação de Macau a Portugal, por parte da China

1662 - Doação de Tânger a Inglaterra

2. Assinala no friso cronológico o século correspondente às datas indicadas.

3. Ordena cronologicamente os seguintes acontecimentos históricos:

☐ Início da ocupação em Moçambique

☐ Conquista de Ceuta

☐ Doação de Tânger a Inglaterra

☐ Passagem do Cabo Bojador

4. Indica a data dos seguintes acontecimentos históricos:

4.1. Chegada ao Brasil:

4.2. Doação de Macau a Portugal, por parte da China:

“Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos”

1. Observa os frisos cronológicos.

1.1. Quais os territórios conquistados durante o reinado de D. Afonso Henriques?

1.2. Em que século(s) governou D. Dinis?

1.3. Em que reinado ocorreu a Conquista de Ceuta?

1.4. Quais foram os anos correspondentes ao reinado de D. João II?

1.5. Qual era o rei que governava Portugal aquando da descoberta do Brasil?

1.6. Quem governava Portugal no ano de 1524?

2. Ordena, cronologicamente, por ordem crescente, os seguintes reinados:

☐ D. João III

☐ D. Sancho II

☐ D. Pedro I

☐ D. Manuel I

2.1. Indica as datas em que os reis acima referidos governaram e o século correspondente.

Apêndice 6

Tabelas de Análise das Tarefas Propostas

	Capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos	Competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século
Ra. (10 anos)	Ordena, corretamente, todos os acontecimentos históricos referidos	Identifica, corretamente, todos os séculos correspondentes às datas assinaladas
I. M. (10 anos)	Ordena incorretamente dois dos acontecimentos históricos referidos	Identifica, incorretamente, quatro dos séculos correspondentes às datas assinaladas
J. (10 anos)	Ordena incorretamente quatro dos acontecimentos históricos referidos	Identifica, incorretamente, três dos séculos correspondentes às datas assinaladas.
R. (10 anos)	Ordena, corretamente, todos os acontecimentos históricos referidos	Identifica, corretamente, todos os séculos correspondentes às datas assinaladas
F. (10 anos)	Ordena incorretamente dois dos acontecimentos históricos referidos	Identifica, incorretamente, dois dos séculos correspondentes às datas assinaladas

Tabela 1 - Análise descritiva da tarefa: "Ficha de ordenação cronológica: do século XI ao século XIII"

Número de incorreções	Ordenação cronológica dos acontecimentos históricos	Identificação do século correspondente a cada uma das datas assinaladas
0	13	10
1	1	5
2	6	4
3	2	4
4	1	0
5	0	0
6	0	0
Não responde	0	0
Amostra: 23 alunos(as)		

Tabela 2 - Análise quantitativa da tarefa: "Ficha de ordenação cronológica: do século XI ao século XIII"

	Competência para estabelecer correspondência entre uma determinada data e o respetivo século	Competência para assinalar no friso cronológico os acontecimentos históricos	Capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos	Proficiência para identificar as datas correspondentes aos acontecimentos históricos presentes no friso cronológico
Ra. (10 anos)	Reconhece o século correspondente às datas referidas, assinalando-o no local incorreto*	Assinala, incorretamente, dois dos acontecimentos históricos indicados	Ordena, corretamente os acontecimentos históricos	Identifica, corretamente, as datas dos acontecimentos históricos questionados, através do friso cronológico
I. M. (10 anos)	Não reconhece o século correspondente às datas referidas, assinalando-o no local incorreto*	Assinala, incorretamente, dois dos acontecimentos históricos indicados	Ordena incorretamente dois dos acontecimentos históricos	
J. (10 anos)	Não reconhece o século correspondente às datas referidas (identifica o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos, ou não, por zeros), assinalando-o no local incorreto*	Assinala, incorretamente, dois dos acontecimentos históricos indicados	Ordena incorretamente dois dos acontecimentos históricos	
R. (10 anos)	Reconhece o século correspondente às datas referidas, assinalando-o no local correto	Assinala, corretamente, os acontecimentos históricos indicados	Ordena, corretamente os acontecimentos históricos	
F. (10 anos)	Não reconhece o século correspondente às datas referidas (identifica o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos, ou não, por zeros), assinalando-o no local incorreto*	Assinala, incorretamente, quatro dos acontecimentos históricos indicados	Ordena incorretamente quatro dos acontecimentos históricos - incoerência com a forma como assinalou os mesmos no friso cronológico	

Tabela 3 - Análise descritiva da tarefa: "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

Identificação do século no friso cronológico (organização)			
Assinala no local correto		7	
Assinala em cada uma das colunas correspondentes aos anos		12	
Assinala noutro local		0	
Não responde		1	
Identificação do século no friso cronológico (conteúdo)			
Identifica corretamente o século		16	
Identifica incorretamente o século		3	
Não responde		1	
Número de incorreções	Identificação dos acontecimentos históricos no friso cronológico	Ordenação cronológica dos acontecimentos históricos	Reconhecimento da data correspondente a cada acontecimento histórico
0	8	10	18
1	0	0	0
2	8	8	0
3	1	0	-----
4	1	1	-----
5	0	0	-----
6	-----	0	-----
7	-----	0	-----
Não responde	0	1	2
Amostra: 20 alunos(as)			

Tabela 4 - Análise quantitativa da tarefa: "Friso Cronológico: Revolução de 1383-85"

	Capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos referidos	Competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século
Ra. (10 anos)	Ordena, corretamente, todos os acontecimentos históricos referidos	Identifica, corretamente, todos os séculos correspondentes às datas assinaladas
I. M. (10 anos)	Ordena, corretamente, todos os acontecimentos históricos referidos	Identifica, incorretamente, todos os séculos correspondentes às datas assinaladas (identifica o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos por zeros ou não)
J. (10 anos)	Ordena incorretamente dois dos acontecimentos históricos referidos	Identifica, incorretamente, todos os séculos correspondentes às datas assinaladas (identifica o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos por zeros ou não)
R. (10 anos)	Ordena, corretamente, todos os acontecimentos históricos referidos	Identifica, corretamente, todos os séculos correspondentes às datas assinaladas
F. (10 anos)	Ordena, corretamente, todos os acontecimentos históricos referidos	Identifica, incorretamente, um dos séculos correspondentes às datas assinaladas

Tabela 5 - Análise descritiva da tarefa: "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX"

Número de incorreções	Ordenação cronológica dos acontecimentos históricos	Identificação do século correspondente a cada uma das datas assinaladas
0	20	15
1	1	4
2	2	1
3	0	1
4	0	0
5	0	0
6	0	2
Não responde	0	0

Amostra: 23 alunos(as)

Tabela 6 - Análise quantitativa da tarefa: "Ficha de Ordenação Cronológica: do século XV ao século XX"

	Competência para estabelecer a correspondência entre uma determinada data e o respetivo século	Competência para assinalar no friso cronológico os acontecimentos históricos indicados	Capacidade de ordenar cronologicamente os acontecimentos históricos	Proficiência para identificar as datas correspondentes aos acontecimentos históricos presentes no friso cronológico
Ra. (10 anos)	Reconhece o século correspondente às datas referidas, assinalando-o no local correto	Assinala, corretamente, os acontecimentos históricos indicados	Ordena, corretamente, os acontecimentos históricos	Identifica, corretamente, as datas dos acontecimentos históricos questionados, através do friso cronológico
I. M. (10 anos)	Não reconhece o século correspondente às datas referidas (identifica o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos por zeros ou não), assinalando-o no local correto	Assinala, incorretamente, dois dos acontecimentos históricos indicados	Ordena, corretamente, os acontecimentos históricos	
J. (10 anos)	Não reconhece o século correspondente às datas referidas (identifica o século a partir dos primeiros algarismos do ano correspondente, sendo estes seguidos por zeros ou não), assinalando-o no local correto	Assinala, incorretamente, dois dos acontecimentos históricos indicados	Ordena, incorretamente, dois dos acontecimentos	
R. (10 anos)	Reconhece o século correspondente às datas referidas, assinalando-o no local correto	Assinala corretamente os acontecimentos históricos indicados	Ordena, corretamente, os acontecimentos históricos	
F. (10 anos)	Reconhece o século correspondente às datas referidas, assinalando-o no local correto	Assinala corretamente os acontecimentos históricos indicados	Ordena, corretamente, os acontecimentos históricos	

Tabela 7 - Análise descritiva da tarefa: "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

Identificação do século no friso cronológico (organização)			
Assinala no local correto		19	
Assinala noutro local		0	
Não responde		3	
Identificação do século no friso cronológico (conteúdo)			
Identifica corretamente o século		18	
Identifica incorretamente o século		1	
Não responde		3	
Número de incorreções	Identificação dos acontecimentos históricos no friso cronológico	Ordenação cronológica dos acontecimentos históricos	Identificação da data correspondente a cada acontecimento histórico
0	20	19	21
1	0	0	0
2	2	2	0
3	0	0	-----
4	0	0	-----
5	0	0	-----
6	-----	0	-----
7	-----	0	-----
Não responde	0	1	1
Amostra: 22 alunos(as)			

Tabela 8 - Análise quantitativa da tarefa: "Friso Cronológico: Expansão Marítima"

	Competência para relacionar as informações representadas em ambos os frisos cronológicos	Capacidade de identificar as datas dos reinados	Competência para estabelecer correspondência entre uma determinada data e o respetivo século	Capacidade de ordenar cronologicamente de quatro dos reinados correspondentes à 1.ª e 2.ª Dinastia
Ra. (10 anos)	Relaciona as informações representadas em ambos os frisos cronológicos entre frisos cronológicos	Identifica as datas correspondentes aos reinados (à exceção das datas da questão 2, que não respondeu)	Estabelece a correspondência entre os anos que um rei governou e os séculos correspondentes	Ordena corretamente todas as datas da cronologia relativa à sucessão dos reinados
I. M. (10 anos)	Relaciona as informações representadas em ambos os frisos cronológicos entre frisos cronológicos	Identifica as datas correspondentes aos reinados	Estabelece a correspondência entre os anos que um rei governou e os séculos correspondentes (à exceção do século correspondente ao reinado de D. João III)	Ordena corretamente todas as datas da cronologia relativa à sucessão dos reinados
J. (10 anos)	(1) Associa as datas em que D. Afonso Henriques governou, associando as mesmas às conquistas feitas durante esse período; (2) Não relaciona as informações representadas em ambos os frisos cronológicos entre frisos cronológicos	Identifica as datas correspondentes aos reinados; Não reconhece o reinado correspondente a um determinado ano (neste caso, 1524) - não respondeu à questão	Não estabelece a correspondência entre os anos que um rei governou e os séculos correspondentes (continua a associar os dois primeiros algarismos do ano ao século correspondente)	Ordena incorretamente duas das datas da cronologia relativa à sucessão dos reinados
R. (10 anos)	Relaciona as informações representadas em ambos os frisos cronológicos entre frisos cronológicos	Identifica as datas correspondentes aos reinados	Estabelece a correspondência entre os anos que um rei governou e os séculos correspondentes	Ordena corretamente todas as datas da cronologia relativa à sucessão dos reinados
F. (10 anos)	(1) Reconhece as datas em que D. Afonso Henriques governou, associando às conquistas feitas durante as mesmas; (2) Identifica a data em que ocorreu um acontecimento histórico no friso cronológico	Não reconhece o reinado correspondente a um determinado ano (neste caso, 1524), indicando que esta data se insere no reinado de D. Manuel, quando, na verdade, ocorreu no reinado de D. João III	(1) Indica que D. Dinis governou apenas no século XIV e a resposta correta incluía também o século XIII e o mesmo se sucede com o reinado de D. Manuel, indicando que governou no século XVI e, na verdade, também se estende ao século XV.	Ordena corretamente todas as datas da cronologia relativa à sucessão dos reinados

	(conquista de Ceuta - 1415 - e descoberta do Brasil - 1500) mas não associa essa data ao rei que governava na altura, não estabelecendo a correspondência entre frisos cronológicos		(2) Não responde à questão relativa ao século correspondente ao reinado de D. Pedro	
--	---	--	---	--

Tabela 9 - Análise descritiva da tarefa: "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"

Número de incorreções	Ordenação cronológica dos reinados	Identificação da data correspondente a cada reinado	Reconhecimento do século correspondente a cada reinado
0	17	16	15
1	0	0	2
2	0	0	0
3	1	0	0
4	1	0	0
Não responde	1	4	3
Amostra: 20 alunos(as)			

Tabela 10 - Análise quantitativa da tarefa: "Tarefa de Análise de Frisos Cronológicos"

Apêndice 7

Transcrições das
Entrevistas aos(às)
alunos(as)

Dados da Entrevistada: Ra., 10 anos. Data de Nascimento: 30 de setembro de 2003

Investigadora: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

Ra. (10 anos): (Alguma hesitação, reflete sobre o assunto). A última que falámos. A Expansão Marítima.

I.: Por quê?

Ra.: Porque gostei de fazer o trabalho em grupo. Nunca tinha experimentado.*

I.: Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.

Ra.: Quando fiz os meus primeiros 10 anos.

I.: Recordas-te quando foi?

Ra.: Dia 30 de setembro de 2013

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

Ra.: Foi quando a professora Sofia começou a dar-nos aulas. A professora explicava bem.

I.: Lembras-te que tema estávamos a estudar nesse momento?

Ra.: Não

I.: Recordas-te quando foi?

Ra.: Foi na passagem do 2.º para o 3.º Período

I.: Qual foi o acontecimento que menos te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

Ra.: Acho que não foi nenhum.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

Ra.: (Alguma hesitação) Sim, concordo.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

Ra.: A aula de Educação Tecnológica.

* O tema da Expansão Marítima foi estudado a partir da pesquisa bibliográfica, orientada por um guião, em grupo.

Dados da Entrevistada: I. M., 10 anos. Data de Nascimento: 10 de outubro de 2003

Investigadora: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

I. M. (10 anos): A dos reis

I.: Por quê?

I. M.: Não sei explicar.

I.: Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.

I. M.: Dia 22 de agosto de 2012. Há quase 2 anos.

I.: E podes dizer-me porque é que essa data é importante para ti?

I. M.: Foi o dia da minha Primeira Comunhão.

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

I. M.: Gostei de aprender as datas dos reinados.

I.: Por quê?

I. M.: Não sei explicar.

I.: Qual foi o acontecimento que menos te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

I. M.: A Chegada à Índia.

I.: Por quê?

I. M.: Porque foi o trabalho que o meu grupo fez.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

I. M.: Sim, concordo.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

I. M.: É igual. Duram 90 minutos os dois.

Dados do Entrevistado: J., 10 anos. Data de Nascimento: 24 de dezembro de 2003

Investigadora: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

J. (10 anos): No futuro.

I.: Por quê?

J.: Há carros voadores e quero voar.

I.: Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.

J.: O meu nascimento.

I.: Recordas-te quando foi?

J.: (Hesitação) 24 de dezembro de 2003

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

J.: (Alguns minutos de reflexão) A Peste Negra.

I.: Por quê?

J.: Porque achei curioso o modo como se propagou pela população.

I.: Qual foi o acontecimento que menos te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

J.: Gostei de todos.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

J.: Sim.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

J.: A aula de Educação Tecnológica.

Dados do Entrevistado: R., 10 anos. Data de Nascimento: 22 de outubro de 2003

Investigadora: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

R. (10 anos): A época dos Dinossauros.

I.: Por quê?

R.: Para conhecer melhor essas espécies.

I.: Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.

R.: Quando entrei para o futebol.

I.: Recordas-te quando foi?

R.: Penso que foi em setembro do ano passado. Em 2013.

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

R.: As conquistas no reinado de D. Afonso Henriques.

I.: Por quê?

R.: Porque foi uma das melhores fases para Portugal. Apesar de depois ter perdido algumas terras.

I.: Qual foi o acontecimento que menos te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

R.: Não me recordo, talvez a Peste Negra.

I.: Por quê?

R.: Porque matou muita gente.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

R.: Depende do ano em que tenhamos nascido. Eu nasci em 2003. Para termos um século de diferença, a professora tinha de ter nascido em 1903 porque assim tínhamos 100 anos de diferença.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

R.: A aula de Educação de Tecnológica porque o meu grupo é sempre o último a sair e passamos o intervalo na sala.

Dados do Entrevistado: F., 10 anos. Data de Nascimento: 29 de setembro de 2003

Investigadora: Se pudesses viver noutra época histórica, qual escolherias?

F. (10 anos): No tempo dos reis.

I.: Por quê?

F.: Porque era uma altura em que se vivia com muita agitação.

I.: Indica-me um momento importante para ti, da tua vida.

F.: O dia do meu nascimento.

I.: Recordas-te quando foi?

F.: Dia 29 de setembro de 2003.

I.: Qual foi o acontecimento que mais te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

F.: O reinado de D. Afonso Henriques

I.: Por quê?

F.: Porque conquistou muitas terras.

I.: Qual foi o acontecimento que menos te agradou de entre os que estudaste em História e Geografia de Portugal, durante o 5.º ano?

F.: A Expansão Marítima. A Passagem do Cabo das Tormentas.

I.: Por quê?

F.: Achei muito triste. As sereias encantavam os navegadores.

I.: Tu nasceste no século XXI e eu no século XX, então temos um século de diferença de idades. Concordas?

F.: Sim.

I.: O que é que dura mais tempo: uma aula de Educação Tecnológica à terça-feira, ou um jogo de futebol?

F.: Duram o mesmo tempo.

Apêndice 8

Transcrição da Entrevista
à Professora Cooperante

Dados da Entrevistada: Diretora de Turma e Professora das disciplinas de Português e de História e Geografia de Portugal destes(as) alunos(as).

Investigadora: Quais as maiores dificuldades que os(as) alunos(as) apresentam relativamente à disciplina de História e Geografia de Portugal?

Professora Cooperante: HGP tem um programa (e agora também tem as metas) que é exigente ao nível de conceitos e conteúdos, bem como de competências. Exigem atenção e estudo, bem como domínio de vocabulário específico. São estas as dificuldades. Não conhecerem só factos dispersos, mas, sobretudo, relacioná-los, localizá-los no tempo e no espaço, dominando vocabulário e conceitos específicos. A abstração de conceitos de tempo, espaço e realidades muito longínquas, nestas faixa etária muito ligada ao concreto, às vivências pessoais dos(as) alunos(as).

I.: Pode indicar-me algumas estratégias que considere mais eficazes na aquisição/desenvolvimento da noção de temporalidade?

P.C.: A construção de frisos cronológicos, exercícios de transformação de anos em séculos, localização de acontecimentos em frisos cronológicos. São tudo estratégias que ajudam os(as) alunos(as) a terem uma noção mais concreta de tempo e a manuseá-lo, de certa forma.

I.: O friso cronológico poderá ser visto como um recurso de apoio ao desenvolvimento da noção de temporalidade dos(as) alunos(as)?

P.C.: Os frisos cronológicos são a melhor forma de os (as) visualizarem a passagem do tempo, posicionando os acontecimentos em relação a acontecimentos marcantes da História.

I.: Já utilizou o friso cronológico nas suas aulas?

P.C.: Utilizo frisos cronológicos, sobretudo a partir do estudo do Império Romano. Antes disso é prematuro. Se lidar com anos e séculos é complicado para os(as) alunos(as), com milénios nem se fala.

I.: Com que regularidade/em que momentos considera pertinente recorrer ao friso cronológico nas aulas?

P.C.: No início de cada unidade, o manual apresenta um pequeno friso cronológico onde se destacam os acontecimentos mais marcantes a estudar naquela unidade. Não avanço para os acontecimentos antes de os posicionar no tempo, com a ajuda deste friso. Tal como é fundamental localizá-los no espaço. Se não o fizermos será sempre muito confuso para os(as) alunos(as) desta faixa etária estes conceitos (tempo e espaço). Periodicamente, construímos o friso que acompanha o manual num caderno de atividades à parte.

Apêndice 9

Guião do Trabalho de Grupo

Guião do Grupo “Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores”

Grupo 1: Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores

Elementos do Grupo: J. (11 anos), I. R., Ra., G., J. (10 anos)

Questões a investigar:

- 1) Em que ano foram descobertos estes arquipélagos?
- 2) Em que ano foram ocupados e colonizados?
- 3) Quem foi o responsável pela descoberta do Arquipélago da Madeira? E dos Açores?
- 4) Em que reinado ocorreram estes acontecimentos?
- 5) Onde se localizam estes arquipélagos?

Fontes de pesquisa:

- 1) Manual;
- 2) Internet (à exceção do site da wikipedia)
- 3) Livros de HGP na biblioteca da escola.